

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

MARCELA FISCHER FRIEDMAN

**O PERFIL DE FORÇA DOS ESTADOS UNIDOS: O ESTUDO DE CONJUNTURAS
CRÍTICAS E O PERÍODO ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ E A GUERRA DO
IRAQUE**

Porto Alegre

2019

MARCELA FISCHER FRIEDMAN

**O PERFIL DE FORÇA DOS ESTADOS UNIDOS: O ESTUDO DE CONJUNTURAS
CRÍTICAS E O PERÍODO ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ E A GUERRA DO
IRAQUE**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Regina Feraboli

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Friedman, Marcela Fischer

O perfil de força dos Estados Unidos : o estudo de conjunturas críticas e o período entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque / Marcela Fischer

Friedman. -- 2019.

155 f.

Orientadora: Silvia Regina Ferabolli.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Segurança internacional. 2. Política externa. 3. Perfil de força. 4. Estados Unidos. 5. Conjunturas críticas. I. Ferabolli, Silvia Regina, orient. II. Título.

MARCELA FISCHER FRIEDMAN

**O PERFIL DE FORÇA DOS ESTADOS UNIDOS: O ESTUDO DE CONJUNTURAS
CRÍTICAS E O PERÍODO ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ E A GUERRA DO
IRAQUE**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em Porto Alegre, 02 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Regina Feraboli – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
UFRGS

Prof. Dr. Igor Castellano da Silva
UFSM

Profa. Dra. Tatiana Vargas Maia
Universidade La Salle

Dedico este trabalho aos meus avôs Francisco
e André (*in memoriam*)
Que vocês estejam inscritos aqui e também no
livro da vida

AGRADECIMENTOS

Todos e todas que me conhecem sabem que não sou ninguém sem aqueles que amo. Esta seção é dedicada a todas as pessoas que me acompanharam ao longo destes dois anos.

Primeiramente, devo agradecer aos meus pais, Vivian e Gilberto. Muito obrigada pelo amor incondicional, pelo apoio na escrita deste trabalho e pelos conselhos sobre o mundo acadêmico. Para mim, eles são exemplos de professores e pesquisadores, dedicados aos seus alunos e alunas e à produção de conhecimento. Espero, um dia, ser como vocês. Agradeço, na verdade, a toda a minha família – meus pais, minha irmã Rafaela, minhas avós Renata e Mari, meus tios, Rogério e Marlize, e meus primos, Gabriel e Daniela – por me acompanharem desde o início e por serem minha rede de apoio e amor.

Devo também dizer obrigada pela oportunidade de ter estudado em uma universidade pública de excelência como a UFRGS e pela bolsa de pesquisa oferecida pela Capes. Tenho gratidão enorme pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, pelos conhecimentos transmitidos e pelos seus conselhos. Agradeço em especial à minha orientadora, Silvia Feraboli. Ela foi, sem dúvida alguma, uma mentora excelente. Além de me ajudar a crescer como pesquisadora, ela me acompanhou em meus percalços profissionais e, até, pessoais, sempre me incentivando. Devo mencionar, também, os professores Érico, Igor e a professora Tatiana, por concordarem em participar da minha banca de defesa, e o professor José Miguel, pelas dicas ao longo deste período.

Ainda, tenho de agradecer aos meus amigos e amigas, pelos momentos de risadas, choros e alegrias, que me ajudaram a enfrentar o estresse de ser uma mestranda. Agradeço à minha família RI UFRGS, pilares de carinho que conheci durante estes últimos sete anos. Agradeço, em especial, à Roberta, à Luiza B., à Luiza M., à Michelle, ao Régis, ao Diego, à Bruna, à Rhaissa, à Carol e à Josita. Agradeço também às pesquisadoras de Segurança Internacional mais fantásticas que já conheci. Muito obrigada à Laís, à Bia, à Valeska, à Luana, à Larle e à Débora por me acompanharem neste ambiente majoritariamente masculino e machista. Agradeço, por fim, aos meus amigos e amigas de infância, que cresceram e amadureceram ao meu lado, que viveram comigo todos os meus marcos de vida. Devo nomear a Julia B., a Júlia K., a Natália, a Aline, o Dani, o Marco, a Thaís e a Camila.

Por fim, devo agradecer ao feminismo. Pode ser estranho agradecer a algo intangível como o movimento feminista. Contudo, conviver com tantas guerreiras, dos mais variados tipos, me ajudou a conhecer a mim mesma, saber a minha força e a minha garra. Por isso, meu mais sincero obrigada.

*A guerra é o que acontece quando a
linguagem falha*
Margaret Atwood (1993)

RESUMO

Esta dissertação estuda a evolução do perfil de força estadunidense, após 1975, em dois eixos centrais: política externa e modernização militar. Parte-se do pressuposto teórico de que a política externa deve ser o grande marco orientador do perfil de força de um país, não o contrário. Este argumento encontrou correspondência empírica na evolução histórica do Exército americano, até 1975, quando as forças dos EUA perderam o conflito no Vietnã. Esta derrota colocaria uma pressão de reforma sobre as instituições político-militares de tal forma, que se deu início à transformação do perfil de força dos EUA em 1973, com a criação do TRADOC, antes mesmo de ser operada uma reformulação dos objetivos de política externa do país. A Doutrina Carter (1980) surgiria apenas para validar as reformas anteriores; o elemento político não seria o norteador das mudanças no perfil de força e, sim, o contrário. Defende-se, portanto, que o caminho tenha sido feito de maneira inversa ao que a teoria propunha; objetiva-se tratar o conflito da Indochina, como uma quebra institucional relevante, que subverteu a lógica de subordinação dos objetivos militares às metas políticas. Pergunta-se se de que maneira tal evento promoveu uma reorientação nas instituições bélicas dos EUA, antes mesmo de uma reformulação no pensamento político do país. A hipótese deste trabalho diz que o Vietnã operou como uma conjuntura crítica na história americana – ou seja, como um evento contingente capaz de flexibilizar padrões institucionais, dando início a uma nova cadeia *path dependent* - capaz de inverter os eixos de política externa e modernização militar. Esta hipótese implicou na escolha pelo método homônimo. A análise de conjunturas críticas fornece uma visão holística da história militar norte-americana, ao integrar diferentes conflitos em uma linha de tempo única. Por isso, o trabalho será organizado conforme as etapas exigidas pela metodologia, da seguinte maneira: (a) antecedentes históricos; (b) conjuntura crítica do Vietnã; (c) análise do legado; e (d) crise do legado. A hipótese acabou sendo confirmada e, além disso, concluiu-se que o legado da Guerra do Vietnã se tornaria uma "síndrome", deformando e reformando a cultura estratégica dos EUA - principalmente no que remete às Forças Armadas e o modo de pensar intervenções. Seria reduzido o componente humano do Modo Americano de Fazer a Guerra, com consequências negativas no longo prazo.

Palavras-chave: Segurança internacional. Política externa. Perfil de força. Estados Unidos. Conjunturas críticas.

ABSTRACT

This dissertation studies the evolution of the US force structure after 1975, in two core aspects: foreign policy and military modernization. It is based on the theoretical assumption that foreign policy should be the guiding principle of a country's force structure, not the other way around. This argument found empirical correspondence in the historical evolution of the US Army until 1975, when North-American forces were defeated in Vietnam. This event would put reform pressure on political and military institutions in such a way that the transformation of the US force structure began in 1973, with the creation of TRADOC, before a proper reformulation of the country's foreign policy objectives. The Carter Doctrine (1980) would be presented only to validate these previous reforms; the political element would not drive the changes in the force structure, but rather the opposite. Therefore, it is argued that followed the opposite path of the one suggested by theory; this dissertation will treat the Indochina war as a relevant institutional breakdown that subverted the logic of subordination of military objectives to the political goals. The question to be answered is how such trauma promoted a reorientation in US war institutions, even before a reformulation of the country's political thinking. The hypothesis here is that Vietnam operated as a critical conjuncture in American history – that is, as a contingent event capable of flexibilizing institutional patterns, initiating a new path dependent chain of events – capable of reversing the logic between the cores foreign policy and military modernization. The construction of this hypothesis implicated on choosing the homonymous method. Critical conjuncture analysis provides a holistic view of US military history by integrating different conflicts into a single timeline. Therefore, the work will be organized according to the steps required by the method, as follows: (a) historical background; (b) critical conjuncture of Vietnam; (c) analysis of the legacy; and (d) legacy crisis. The hypothesis ended up being confirmed, and in addition, it was concluded that the legacy of the Vietnam War would become a "syndrome", deforming and reforming the US strategic culture – especially in what refers to the Armed Forces and the way of thinking foreign interventions. The human component of the American Way of War would be reduced, with negative long-term consequences.

Keywords: International security. Foreign policy. Force structure. United States. Critical conjunctures.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Efetivos Militares dos EUA de 1914 a 1939.....	36
Tabela 2 – Efetivos Militares dos EUA de 1939-1945.....	46
Tabela 3 – Mobilização Industrial dos EUA de 1939-1945.....	46
Tabela 4 – Expansão do Auxílio Militar dos EUA ao Vietnã do Sul (1960-1964).....	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A10-A	Avião de Combate de Suporte Aéreo Aproximado
AFV	Veículo Blindado de Combate
ALB	Batalha Ar-Terra
ASB	Batalha AeroNaval
AT&T	Corporação <i>American Telephone and Telegraph</i>
AWACS	Sistema Aéreo de Vigilância e Controle
C4IRS	Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Reconhecimento e Vigilância
CENTCOM	Comando Central dos Estados Unidos
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DI	Divisão de Infantaria
DPG	Guia de Planejamento de Defesa
DRC	Comitê de Requerimentos de Defesa
DRV	República Democrática do Vietnã
E-3 SENTRY	Aeronave AWACS
E-8 J-STARS	Sistema de Radar de Ataque de Vigilância Conjunta
EF-111	Aeronave Caça de Ataque Eletrônico
EI	Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
F-15	Aeronave de Combate dos EUA
F-16	Aeronave de Combate dos EUA
FM	Manual de Campo do Exército dos EUA
FNL	Frente Nacional para a Libertação do Vietnã
IAEA	Agência Internacional de Energia Atômica
M1 A1	Tanque de Combate M1 Abrams
MBT	Tanque de Combate
MDB	Batalha Multidomínio
MEF	Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais
MIG	Aeronave Mikoyan MiG
OEF	Operação Enduring Freedom
OIF	Operação Iraqi Freedom
OND	Operação New Dawn

ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Lei Pública Estadunidense
RMA	Revolução nos Assuntos Militares
SAM	Míssil Superfície-Ar
SEAD	Supremacia Aérea e Supressão de Defesa Antiaérea
SI	Sistema Internacional
SS	Prefixo Naval para <i>Steamship</i>
TRADOC	Comando de Treinamento e de Doutrina Militar dos EUA
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VOLAR	Exército de Voluntários dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO DE MASSAS DOS EUA E A CONCEITUAÇÃO DO MODO AMERICANO TRADICIONAL DE FAZER A GUERRA	26
2.1	A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: O MOVIMENTO DE PRONTIDÃO E A ATUAÇÃO DOS EUA NO CONFLITO	27
2.2	O PERÍODO ENTRE-GUERRAS NOS EUA: A ILUSÃO DE PAZ, A CRISE DE 1929 E A PREPARAÇÃO PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	36
2.3	A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: O CONTEXTO EUROPEU, O INÍCIO DA CONFLAGRAÇÃO E O ENVOLVIMENTO AMERICANO	40
2.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: O MODO AMERICANO TRADICIONAL DE FAZER A GUERRA	49
3	CONJUNTURA CRÍTICA: A GUERRA DO VIETNÃ, O FRACASSO DO EXÉRCITO DE MASSAS DOS EUA E O INÍCIO DA REFORMULAÇÃO DO PERFIL DE FORÇA NACIONAL	51
3.1	O DEBATE DOMÉSTICO SOBRE A SITUAÇÃO VIETNAMITA: O ANDAMENTO DO CONFLITO NA INDOCHINA E A PREPARAÇÃO DOS EUA PARA A INTERVENÇÃO MILITAR.....	53
3.2	A GUERRA DO VIETNÃ: BREVE DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CAMPANHAS E DA INSATISFAÇÃO POPULAR NOS EUA COM O CONFLITO	62
3.3	O <i>AFTERMATH</i> DA GUERRA: A HUMILHAÇÃO DA DERROTA ESTADUNIDENSE, A CRIAÇÃO DO TRADOC E AS TENTATIVAS DE EXTRAIR LIÇÕES DO VIETNÃ	72
3.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	80
4	LEGADO ESTADUNIDENSE: AS REFORMAS DO PERFIL DE FORÇA DOS EUA, A GUERRA DO GOLFO DE 1991 E O NOVO MODO AMERICANO DE FAZER A GUERRA	82
4.1	A INVASÃO IRAQUIANA DO KUWAIT E A PREPARAÇÃO DOS EUA PARA A INTERVENÇÃO MILITAR EM UM CONTEXTO DE UNIPOLARIDADE	83
4.2	O NOVO MODO AMERICANO DE FAZER A GUERRA: ANÁLISE PERFIL DE FORÇA DOS EUA E DA DOCTRINA DA BATALHA AR-TERRA	92

4.3	A GUERRA DO GOLFO DE 1991: A PRIMEIRA APLICAÇÃO EMPÍRICA DO NOVO PERFIL DE FORÇA NORTE-AMERICANO	98
4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	108
5	CRISE DO LEGADO: A CRESCENTE REDUÇÃO DO PAPEL DA OFENSIVA TERRESTRE NA GUERRA DO IRAQUE DE 2003 E SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DE LONGO PRAZO	113
5.1	A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES: INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO PERFIL DE FORÇA NO PERÍODO PÓS-GOLFO (1991)	116
5.2	A GUERRA DO IRAQUE DE 2003: A REDUZIDA IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA OFENSIVA TERRESTRE COMO DESESTABILIZADOR DA SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO	125
5.3	CONCLUSÕES PARCIAIS: ESTARÍAMOS VIVENDO A CRISE DO LEGADO ESTADUNIDENSE?.....	135
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como temática central o estudo dos processos de modernização militar e a transformação das Forças Armadas dos Estados Unidos. De forma mais delimitada, busca-se analisar como a evolução histórica do perfil de força estadunidense foi impactada pela derrota na Guerra do Vietnã (1955-1975), chegando ao período da Guerra do Iraque (2003-2011), e quais as consequências disto para a política externa americana. Aqui se utiliza o conceito de perfil de força desenvolvido por Finer (1975, p. 90) que, em termos simples, diz que este pode ser entendido como a estrutura organizacional e doutrinária das Forças Armadas, incluindo o tamanho das estruturas militares, a composição variante de suas armas principais e a estratificação social da força como componentes desta definição.

Em termos de política externa, este trabalho entende este conceito como a ação empreendida pelos países no campo internacional, não somente nos objetivos e linhas mestras que o país adotará sua relação com os demais agentes do Sistema Internacional (S.I.), mas principalmente suas estratégias de atuação nas relações de poder (político e militar) no globo. Dada a opção pelo escopo teórico realista, trabalhar-se-á com a ideia de que as decisões de política externa estão centradas (principalmente, não exclusivamente) nas mãos do Executivo e, portanto, serão consideradas as Doutrinas Presidenciais como os marcos de mudança de política externa. Consideram-se mudanças de política externa inflexões fundamentais, que ocorrem quando um governo reconhece que é necessário desviar-se de uma política previamente iniciada, implicando em poderosas consequências para outros países e/ou o S.I. como um todo; são elas alterações de programa, ou seja, métodos ou formas em que problema/meta é abordado, mudanças de problemas ou metas per se e inflexões na orientação internacional do país, em mais detalhes, no papel internacional e atividades exercidas por ele (FIGUEIRA, 2011, p. 3-15; HERMANN, 1990, p. 4-6).

Portanto, como problemática de pesquisa, este trabalho analisa a evolução do perfil de força estadunidense após 1975 em dois eixos centrais – política externa e modernização militar. Unindo as obras de Mearsheimer (1981) e Clausewitz (2003), interpretei que uma importante literatura do campo de Estudos Estratégicos¹ argumenta que a estrutura de força de um país deve se dar em função das suas considerações de Política Externa. Trata-se a atividade bélica como uma ferramenta para atingir fins políticos e, portanto, deve ser

¹ A presente dissertação entende Estudos Estratégicos como um campo acadêmico interdisciplinar centrado no estudo de estratégias de conflito e paz, frequentemente dedicando atenção especial à relação entre política internacional, geoestratégia, diplomacia internacional, economia internacional e poder militar.

organizada em torno dos mesmos. Deve ser a política a determinar a orientação do perfil de força de um país, o objetivo militar a ser alcançado e o montante de esforço que ele demanda. Não qualquer escopo de política externa, mas as metas de longo prazo, tendo em vista que quaisquer transformações de porte no perfil de força não acontecem de imediato, mas em um processo longo, que se estende por anos, décadas até.

Este argumento correspondeu a realidade histórica do perfil de força estadunidense até a Guerra do Vietnã, em 1975. Contudo, a presente dissertação entende que a derrota militar no conflito original uma espécie de “síndrome da derrota”, motivando uma reformulação da doutrina militar dos EUA que não foi precedida de uma reorientação de política externa do país. Durante a revisão de literatura que precedeu o desenvolvimento deste trabalho, identificamos que a criação do o Comando de Treinamento e de Doutrina Militar do Exército dos Estados Unidos (TRADOC, do inglês *United States Army Training and Doctrine Command*), em 1973, precedeu a promulgação da Doutrina Carter. Dito de outra forma, um marco de reforma militar precedeu um marco de reforma política. Por isso, interpretamos que o trauma da derrota no Vietnã colocou uma pressão de reforma sobre as instituições político-militares de tal forma, que se deu início ao planejamento tático-operacional antes mesmo de reorientar-se o pensamento político; acreditamos, portanto, que o caminho tenha sido feito de maneira inversa ao que Mearsheimer-Clausewitz propuseram. Além disso, já se adianta que o trabalho se insere em um contexto de crítica à possível inversão feita pelos EUA, dadas as distorções políticas que ocorreram como resultado da mesma.

Logo, a hipótese formulada é de que o Vietnã operou como uma conjuntura crítica na história americana – ou seja, como um evento contingente capaz de flexibilizar padrões institucionais, dando início a cadeias de eventos path dependent que possuem propriedades distintas - capaz de inverter os eixos de política externa e modernização militar. O objetivo geral do presente trabalho é analisar as mudanças do perfil de força estadunidense, subsequentes ao conflito da Indochina, como uma quebra institucional relevante, que subverteu a lógica de subordinação dos objetivos militares às metas políticas. Procurar-se-á responder o seguinte problema de pesquisa: partindo do pressuposto que a estrutura de força de um país deve ser estruturada em função das considerações de Política Externa, pergunta-se se de que maneira a percebida humilhação² da derrota do Vietnã promoveu uma reorientação das instituições militares e um novo planejamento tático-operacional, antes mesmo de uma

² A palavra humilhação é utilizada no sentido de uma grande potência não ter concretizados suas metas políticas em um país periférico, sendo forçada a sair da guerra não tendo evitado o surgimento de mais um país comunista no Terceiro Mundo.

reformulação no pensamento político estadunidense, o que ocasionou importantes repercussões para a esfera política-estratégica do país.

A fim de entender o argumento proposto por este trabalho, o primeiro passo torna-se fazer uma breve exposição do marco teórico utilizado - de que o perfil de força de um país deve ser organizado e modificado de acordo com as necessidades de política externa. Começamos com o trabalho “*The British Generals Talk: a Review Essay*”, de John J. Mearsheimer (1981). De acordo com o autor, há três escolas de pensamento que se dedicam a analisar o que determina a estrutura ou perfil de força. A primeira delas é a escola marxista, que argumenta que o desenho das forças militares de um país reflete a estrutura socioeconômica nacional. A segunda escola é a institucionalista, cujo foco recai na política e na burocracia domésticas: conflitos entre organizações nacionais determinam o perfil de força de uma nação. Por fim, a terceira escola argumenta que a estrutura de força deve se dar em função das considerações de Política Externa; mais especificamente, as ameaças externas percebidas pela cúpula decisória nacional determinam que tipo de estrutura militar o país desenvolverá. É nesta terceira escola que nos baseamos para a escrita desta dissertação.

Mearsheimer (1981) utiliza o debate interno das Forças Armadas Britânicas, às vésperas da Segunda Grande Guerra, para defender esta terceira escola. Ao final da Primeira Grande Guerra, a Grã-Bretanha, simultaneamente ao início do seu declínio econômico, enfrentava o desafio imposto pela emergência do Japão, da Alemanha, dos Estados Unidos (EUA) e da União Soviética (URSS), não podendo desenvolver as forças militares necessárias para proteger a totalidade de seu império. Nos anos 1930, esta situação chegou a um ponto crítico, sendo impossível enfrentar três frentes de combate – o Atlântico, a Europa Continental e o Leste Asiático. Portanto, estabeleceu-se o Comitê de Requerimentos de Defesa (do inglês *Defense Requirements Committee*, DRC), em 1933, para avaliar qual deveria ser a prioridade orçamentária. O DRC concluiu que a prioridade deveria ser a defesa frente à Alemanha nazista e que a Grã-Bretanha deveria se programar para uma guerra continental na Europa.

Entretanto, o debate interno das Forças Armadas fez com que o Gabinete de Defesa não aprovasse as recomendações do Comitê, preferindo focar seus investimentos na guerra aérea e marítima. Isto decorreu da tensão histórica que havia na organização entre dois diferentes tipos de missões: a luta no continente e o policiamento do Império. A cultura institucional britânica pedia para a defesa imperial e, não surpreendentemente, enviesou a decisão do gabinete. Entretanto, este acabou sendo um erro estratégico de enormes proporções e somente foi parcialmente revertida quando a ameaça de uma invasão germânica tornou-se iminente.

Da descrição histórica acima, pode-se inferir duas conclusões do trabalho de Mearsheimer (1981). Primeiro, nota-se a importância de conhecer o perfil de força adotado por um país, visto que este determina o tipo de missão que as Forças Armadas são capazes de cumprir - projeção de poder em longa distância, defesa territorial ou intervenções de pequeno porte em áreas diversas. Evidentemente, a despeito do ideal ser a manutenção de uma estrutura militar capaz de realizar uma variedade de missões, os custos financeiros humanos e materiais tornam isto inviável, sendo necessário direcionar a verba aos projetos prioritários. Segundo, o que deve determinar as características deste perfil de força são considerações estratégicas de política externa, do contrário o país pode sacrificar suas metas de longo prazo ou, inclusive, sua própria sobrevivência.

Este argumento de Mearsheimer (1981) encontra-se apoiado teoricamente nos textos de Theda Skocpol (1979) e J.R. Seeley (1971) cujos argumentos devem ser sumarizados. Primeiro, Skocpol argumenta prol da correlação entre perfil de força e política externa em sua obra *“States and Social Revolutions”*. A obra objetiva explicar as causas das revoluções através da análise histórica comparativa da Revolução Francesa de 1789, da Revolução Russa de 1917 e das Revoluções Chinesas de 1911 e Cultural de 1960. Skocpol argumenta que esses três casos, apesar de serem espalhados por um século e meio, são semelhantes no sentido de que os três podem ser caracterizados como revoluções sociais³.

A autora defende que revoluções devem ser analisadas a partir de uma perspectiva estrutural, com uma atenção especial dedicada ao contexto internacional e aos eventos domésticos e externos que podem influenciar a queda de organizações estatais defasadas, levando a construção de instituições revolucionárias. Pode-se inferir da leitura de Skocpol (1979) feita por Mearsheimer (1981) que, ao aplicar-se o modelo que a autora desenvolve para revoluções sociais às revoluções políticas no interior da estrutura estatal – reformas institucionais de amplo espectro, incluindo reformas no perfil de força – também percebe-se a influência do contexto internacional e, por conseguinte, da política externa no processo de transformação. De acordo com Skocpol (1979, P. 14): “[...] revoluções não podem ser explicadas sem uma referência sistêmica às estruturas internacionais e desenvolvimentos históricos mundiais”⁴.

Além disso, Skocpol (1979) parte do pressuposto que o Estado-nação pode ser definido como um conjunto de organizações desenhadas para manter o controle de territórios

³ Definidas como a subversão violenta da autoridade estatal para a transformação profunda de estruturas políticas e sociais.

⁴ Trecho original: *“revolutions cannot be explained without systemic reference to international structures and world-historical developments”* (SKOCPOL, 1979, p. 14).

domésticos e populações e para atuar no Sistema Internacional (S.I.), onde a competição militar é uma constante. Portanto, isso implica que desenvolvimentos históricos dentro deste sistema – tais como derrotas em conflitos, ameaças de invasão e disputas coloniais – contribuíram ativamente para o início de processos revolucionários. Utilizando o exemplo conferido por Mearsheimer, de acordo com o modelo desenvolvido pela autora, a Inglaterra optou por transformar – ao menos parcialmente – seu perfil de força frente à ameaça iminente de uma invasão da Alemanha nazista. Portanto, Skocpol (1979) reforça a conclusão de que considerações estratégicas de política externa podem ocasionar drásticas transformações militares, verdadeiras revoluções institucionais.

Por sua vez, J. R. Seeley, em seu livro *“The Expansion of England”* (1971), afirma categoricamente que o Estado não sobrevive sem o apoio de suas Forças Armadas. O autor procura demonstrar que isto é um fato constante, que perpassa as três fases de expansão inglesa. Primeiro, no século XVII, na busca pela proeminência entre Impérios coloniais; segundo, no século XVIII, em duelo com a França pela liderança global, disputando territórios nas Américas e na Ásia; e, terceiro, no século XIX, com a ascensão de duas potências terrestre – os EUA e a Rússia. Em cada uma destas fases, foi necessário reformar as Forças Armadas, dados os imperativos estratégicos específicos de cada momento histórico – tipos de ameaças no sistema internacional distintos.

Com fins de exemplificação, na primeira fase de expansão inglesa, o Estado inglês deu ênfase à Marinha Real, responsável por atuar nas colônias no além-mar. Contudo, já na terceira fase, quando se tornou necessário ter os meios para enfrentar potências terrestres extracontinentais, a ênfase da reforma recaiu sobre forças expedicionárias. Era necessário investir no Exército, evitando que o território inglês ficasse desprotegido no advento de uma guerra, por exemplo, contra a Rússia pelo controle das Índias Britânicas (SEELEY, 1971). Novamente, fica clara a relação indissociável entre Estado e Forças Armadas, com o objetivo político orientando as reformas nos Perfis de Força.

Deve-se destacar que o trabalho de Mearsheimer e dos outros dois historiadores pode ser complementado pelos livros de Carl von Clausewitz, reunidos sobre a obra intitulada *“A Guerra”*. Para entender o argumento do autor, devem estar claros os três pilares que orientaram seu raciocínio. O primeiro deles é a política, em mais detalhes, o contexto político, a característica do líder e das instituições políticas da nação que está sendo estudada; segundo, o caráter da população e das instituições sociais locais, seu engajamento às ações da liderança política, suas condições econômicas e técnicas de apoiar a guerra; e terceiro, os elementos de combate, ou seja, o comandante, os armamentos e a evolução das Forças Armadas em termos

de organização e estrutura. Em suma, a trindade povo, exército e governo. É a partir destes pilares que Clausewitz construiu sua teoria, suas considerações sobre estratégia, política, logística e tática.

O argumento que o presente trabalho procura fazer já pode ser identificado no primeiro capítulo da obra de Clausewitz, quando afirma que “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios” (2003, p. 27). É um fenômeno de conjunto, que perpassa a trindade povo, exército e governo, mas que converge para um mesmo ponto: a sobrevivência do Estado. Logo, a teoria (esfera político-estratégica) e a prática (exércitos e esfera tática) não podem se contradizer, pois pertencem a esta mesma trindade (CLAUSEWITZ, 2003, p. 30; 115). Dito de outra forma, a guerra é uma ferramenta para atingir metas políticas e, portanto, deve ser organizada em torno dos mesmos. Isto é, as decisões sobre que guerras travar e como usar da guerra para viabilizar o alcance de um — ou mais de um — objetivo nacional são considerações políticas. A partir delas, devem ser decididas questões operacionais, tais como a estrutura e quantidade de força que deve ser direcionada a cada enfrentamento, de modo a produzir resultados que viabilizem o sucesso na guerra e com isso, espera-se, o alcance do objetivo político.

Como mencionado anteriormente, o perfil de força adotado por um país é quem determina o tipo de missão que as Forças Armadas são capazes de cumprir. Portanto, unindo os trabalhos de Mearsheimer e Clausewitz, pode-se inferir que a política deve ser o elemento norteador das alterações no perfil de força e não o contrário. É necessário destacar que esta é uma inferência teórica minha, pois Clausewitz nunca trabalhou com o termo perfil de força, mas sim com a relação entre Política e Forças Armadas. Por isso, a derivação de que política deve orientar reformas militares, a partir da união das obras de Mearsheimer (1981) e Clausewitz (2003), não é óbvia e deve ser trabalhada em maiores detalhes em pesquisas futuras.

Até 1975, a evolução do perfil de força dos EUA seguiu a lógica proposta por estes quatro autores. Por isso, estabeleceu-se como um primeiro objetivo secundário o estudo dos antecedentes históricos à Guerra do Vietnã, que interpretamos ser a formação do Exército-cidadão de massas na primeira metade do século XX e o chamado “Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra”⁵. O Exército que combateria no conflito da Indochina remeteria, ao menos judicialmente, a esta forma de fazer a guerra. Por isso, torna-se imperativo revisar este período da história americana.

⁵ Denominação da autora, para fazer paralelo ao termo ‘Novo Modo Americano de Fazer a Guerra’, cunhado por Max Boot (2003).

Entre as duas Guerras Mundiais, formou-se o seguinte pensamento militar: guerras deveriam ser travadas em função de interesses nacionais vitais, com claros objetivos políticos (domésticos e internacionais), maciço apoio popular e uma força esmagadora de soldados de infantaria. Tal perfil de força corresponderia ao Exército de massas e seria orientado conforme o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, que lutou - de forma bem-sucedida - no teatro de guerra europeu em ambos os conflitos. Contudo, nos anos seguintes, os EUA viriam sofrer a maior derrota militar de sua história, o fracasso da Guerra do Vietnã, levando ao questionamento deste perfil de força.

Contudo, no segundo capítulo - contrariando a maior parte da literatura existente - demonstraremos que este não seria o perfil enviado ao Vietnã ou a razão da derrota estadunidense. Foi estabelecido como objetivo secundário ao capítulo a compreensão dos fatores que induziram a derrota no Vietnã e avaliar se esta guerra pode ser considerada uma ruptura (uma conjuntura crítica) na história das Forças Armadas estadunidenses; ainda pretende-se analisar quais as consequências da mesma para o perfil de força dos EUA. Será demonstrado que, na verdade, a perda do apoio doméstico à guerra e as falhas na convocação das reservas foram as principais causas da derrota na Indochina. Este erro de interpretação por parte do governo e direção militar dos EUA, originou a percepção de que deveria ser abandonada a conscrição e o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, em favor de uma força profissional, com mobilidade estratégica, capaz de deslocamento rápido e que contasse com a mais nova tecnologia de guerra, permitindo a obtenção de uma vitória rápida e fulminante.

Esta reforma portanto era inadequada; buscava soluções operacionais para uma derrota que havia sido política e não militar - como veremos no segundo capítulo, em termos numéricos, nenhuma batalha foi perdida no Vietnã. Não era necessário abandonar o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Não obstante, a reforma ocorreu; arquitetada pelo TRADOC, ela transformou o Exército americano em uma força de soldados profissionais que buscava meramente a rápida vitória operacional, visto que enfatizada a prontidão militar e a mobilidade das tropas, além de lançar mão de recursos como intensos bombardeios. Tamanhas mudanças implicariam em um alto custo, sendo necessário focar investimentos; havia um trade-off entre tecnologia e massa. Como consequência, seria reduzida a importância da ofensiva terrestre e o papel social que esta instituição representava, ou seja, a manutenção da ordem nos territórios civis e a reestruturação do país derrotado. O Vietnã funcionaria, portanto, como uma conjuntura crítica motivadora para as reformas das instituições bélico-militares das décadas de 1970 e 1980.

Esta reformas teriam consequências negativas profundas para perfil de força nacional, não só pela má interpretação do que havia sido o problema americano na Indochina, mas principalmente porque não foram precedidas de uma reformulação dos objetivos de política externa do país. A Doutrina Carter (1980) surgiria apenas para validar as reformas anteriores; o elemento político não seria o norteador das mudanças no perfil de força e, sim, o contrário. A nova doutrina enfatizaria que os EUA lançariam mão de todos os seus recursos para defender seus interesses ao redor do mundo, dando vazão a um uso mais irrestrito da força, do intervencionismo e da coerção. Tal pensamento sobre a atuação internacional dos EUA validaria uma capacidade militar concisa, profissionalizada, equipada tecnologicamente e capaz de ser distribuída sobre o globo rapidamente, pois somente assim os EUA poderiam intervir em prol de seus interesses a qualquer momento e em qualquer lugar do globo.

Esta forma de ver o mundo e o exercício da força militar, acabaria por ocasionar uma divisão entre a sociedade e o exército; longe de representar a vontade da nação, o Exército estava agora alienado da sociedade que pretendia incorporar. Além do mais, é possível que o custo destas novas tecnologias e a capacidade de aerotransporte requisitados tornavam ineficiente para os EUA buscar alianças em conflitos armados, visto que possíveis parceiros não conseguiriam manter o ritmo de combate imposto pelo novo perfil de força dos EUA; logo forçaria uma atuação mais unilateral do país no Sistema Internacional. Como consequência, operar-se-ia uma desumanização do perfil de força estadunidense, o enfraquecimento das considerações estratégicas de guerra e a fragilização da imagem internacional do país. Em razão disto, nas aplicações empíricas deste perfil de força – Guerra do Golfo (1991) e Guerra do Iraque (2003), com destaque para esta segunda – os Estados Unidos apenas obtiveram vitórias operacionais rápidas, mas não obtiveram resultados políticos duradouros.

Contudo, as consequências negativas de tais mudanças não foram sentidas de imediato. Houve um período transicional, em que o legado do Vietnã apresentava um caráter híbrido – legado este conhecido como o Novo Modo Americano de Fazer a Guerra. Em 1991, o perfil de força que atuou no Iraque combinava o uso intensivo de tecnologia com a massa de soldados - elemento que remetia ao Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Por isso, o objetivo secundário ao terceiro capítulo é entender como se processaram as reformas militares das décadas 1970 e 1980, como se processou sua primeira aplicação empírica na Guerra do Golfo de 1991 e quais os seus legados para a história político-militar do país.

O caráter híbrido seria, todavia, abandonado na década de 1990. O sucesso no conflito do Golfo foi interpretado – erroneamente – como uma demonstração dos benefícios do uso de

uma força de voluntários e da necessidade de aprofundar o processo de modernização militar iniciado em fins da década de 1970. Certas características da Batalha Ar-Terra⁶ (ALB, do inglês *Air-Land Battle*) passam a ser exacerbadas pela cúpula militar estadunidense⁷, retirando cada vez mais o componente humano do Modo Americano de Fazer a Guerra.

Este período ficaria marcado pela Revolução em Assuntos Militares (RMA, do inglês *Revolution in Military Affairs*), plano de modernização do perfil de força que propunha a construção de uma força de projeção global, baseada nos Estados Unidos e de alta mobilidade. A RMA enfatizava os seguintes fatores, intensamente ancorados em tecnologia: logística aerotransportada; teatro sintético de guerra (comando e controle, consciência de situação e guerra centrada em rede); supremacia aérea; guerra da informação e operações baseadas em efeitos. Tais fatores, contudo, possuíam um custo extremamente elevado, pesando sobre o orçamento de defesa, sendo necessário fazer uma opção de investimento - tecnologia ou massa de soldados. O Departamento de Defesa optou pelo primeiro, retirando gradualmente a importância das ofensivas terrestres; pelo contrário, a instituição centrou-se em aumentar a prontidão para efetuar intervenções externas a partir de brigadas apoiadas em tecnologia de ponta. Este novo perfil de força pode ser observado com clareza na campanha do Iraque de 2003, sob direção-símbolo de Donald Rumsfeld.

Com isto em mente, o objetivo secundário ao quarto capítulo é descrever a campanha do Iraque de 2003, comparando-a com a anterior, e discutir as mudanças realizadas no perfil de força estadunidense. Será feito um posicionamento crítico da intervenção em 2003, tendo em vista os resultados de longo prazo do conflito. Bem verdade que os resultados das operações no Iraque foram, de início, excelentes, não se alcançou uma mudança pacífica de regime político ou o alistamento do país como um aliado no Oriente Médio - os objetivos políticos. Isto ocorreu, pois foi menosprezado o papel social da campanha terrestre de auxiliar na manutenção da ordem no país derrotado. Não havia um planejamento claro no que toca o período pós-intervenção ou o número de tropas necessário para estabilizar o país.

Em mais detalhes, a reconstrução do aparato estatal iraquiano foi um fracasso, tanto no que tange à infraestrutura física, que foi completamente destruída entre as duas campanhas americanas (1991 e 2003) quanto no que toca a uma burocracia consistente. Isto acabou por instaurar um vácuo de poder e o caos no Iraque, forçando os EUA a permanecer no país até 2011; ou seja, um conflito prolongado e dispendioso, que contrariava os seus objetivos de

⁶ Outra forma de se referir ao Novo Modo Americano de Fazer a Guerra, descrito em detalhes pelo documento FM-105 Operations das Forças Armadas dos EUA.

⁷ A cúpula militar estadunidense foi altamente influenciada pelo trabalho de importantes pesquisadores de estudos estratégicos internacionais, como Max Boot (2003).

política externa. Como consequência, os EUA sofreram com o prejuízo da sua imagem em âmbito internacional, com o peso do conflito sobre o orçamento doméstico do país e com o comprometimento da capacidade de atingir metas políticas internacionais, tendo tido parte de suas Forças Armadas investidas em um conflito tão longo. Por isso, o trabalho encerrará com o questionamento se podemos estar vivenciando um momento transicional e de crise do legado da guerra do Vietnã. Cabe uma ressalva de que esta será uma exploração inicial, que poderá ser aprofundada em trabalhos futuros.

Em suma, o trabalho será organizado da seguinte forma: primeiro, analisaremos os antecedentes históricos à Guerra do Vietnã, as Guerras Mundiais do século XX; segundo, debateremos se a Guerra do Vietnã, que transformaria a relação entre Política Externa e perfil de força nos EUA, pode ser interpretada como uma conjuntura crítica na história americana; terceiro, estudaremos o legado histórico deste conflito, particularmente o desenvolvimento do Novo Modo Americano de Fazer a Guerra, da Batalha Ar-Terra e a sua aplicação na Guerra do Golfo de 1991; e, por fim, questionar-se-á se a Guerra do Iraque de 2003 pode ser considerada a crise do legado, clamando por uma nova reformulação no perfil de força dos EUA.

Esta dissertação foi estruturada de tal forma⁸ em razão da opção pelo método das conjunturas críticas. Estando dentro do guarda-chuva da análise histórica comparada, esta metodologia busca explicar importantes resultados políticos ao retroceder a um momento-chave da história do Sistema Internacional, estabelecendo relações causais (MAHONEY; RUESCHEMEYER, 2003, p. 6). Fornece, portanto, uma análise holística da evolução militar norte-americana, por integrar diferentes conflitos em uma linha de tempo única; ela nos permitirá avaliar se o Vietnã se operou ou não como uma conjuntura crítica na evolução do perfil de força dos EUA – ou seja, como um evento contingente capaz de flexibilizar padrões institucionais, dando início a cadeias de eventos *path dependent* que possuem propriedades distintas - capaz de inverter os eixos de política externa e modernização militar, além de suas consequências. Logo, para garantir a correta aplicação do método de conjunturas críticas, torna-se necessário a revisão dos trabalhos de Collier e Collier (1991), Capoccia e Kelemen (2007) e James Mahoney (2000), cujos principais argumentos encontram-se sumarizados abaixo.

Primeiramente, é necessário definir *path dependence*. Aqui utiliza-se a definição de Mahoney (2000; 2016, p. 110-112), que a descreve como uma sequência histórica na qual

⁸ Ou seja, (i) a análise dos antecedentes históricos, (ii) a avaliação da ruptura ou crise, (iii) a avaliação se este gerou um legado distinto e, ainda, (iv) analisar uma eventual crise do legado.

eventos contingentes colocaram em movimento padrões institucionais ou cadeias de eventos que possuem propriedades determinísticas, que podem apresentar padrões reativos ou de reforço⁹. A identificação de uma trajetória *path dependent* envolve, portanto, traçar um determinado resultado de volta a um conjunto particular de eventos. Destacam-se as consequências de longo prazo de uma opção institucional em raros de abertura política. O estudo de conjunturas críticas é um ramo destes estudos; de acordo com Ruth e David Collier (1991), o estudo de conjunturas críticas busca compreender como um evento crítico dá início a um padrão *path dependent* distinto, um redirecionamento de trajetória que passará a apresentar novas especificidades. Este método de pesquisa permite a análise da alternância cíclica entre continuidades e rupturas históricas, tendo quatro etapas distintas: primeiro, a análise dos antecedentes históricos; segundo, a avaliação da ruptura ou crise; terceiro, a avaliação se este gerou um legado distinto; e, quarto, analisar uma eventual crise do legado.

Na mesma linha, de acordo com Capoccia e Kelemen (2007), o estudo de conjunturas críticas dedica-se ao estudo da interrupção de longos períodos de estabilidade *path dependent* por um breve momento de flexibilidade institucional, durante o qual mudanças drásticas podem ocorrer¹⁰; analisa-se a disponibilidade de diferentes cursos de ação e como determinada escolha foi capaz de afetar o desenvolvimento institucional no longo prazo. Este momento de fluidez origina-se de eventos contingentes, gatilhos para uma nova trajetória *path dependent*, que será restringida pelas escolhas dos agentes neste momento histórico. Mahoney (2000) define contingente como fenômenos cujos resultados não puderam ser previstos ou explicados, de forma determinista ou probabilística, por uma teoria. Um evento contingente é, portanto, algo que não se esperava, em razão dos mecanismos causais previstos por determinado arcabouço teórico. Frequentemente, guerras são momentos críticos para as instituições de poder e seu impacto é determinado pelas características do próprio confronto, como duração, custo, nível de extração de recursos pelo estado e extensão do sacrifício social (CAPOCCIA, 2016, p. 118-140).

Em termos de instrumentos e técnicas de pesquisa, estes eventos devem ser investigados por *process-tracing*, definido como a análise dos fatores levaram uma situação em que várias opções estavam abertas a um novo equilíbrio baseado nas escolhas dos diferentes atores¹¹. Sob essa abordagem, o analista procura mecanismos que vinculem causa e

⁹ No caso a ser analisado por esta dissertação, de reforço, pois aprofundar-se-ia, cada vez mais, o processo de modernização militar iniciado no período pós-Vietnã.

¹⁰ O uso dos termos ‘longo’ e ‘breve’ deve ser entendido em termos relativos, não absolutos.

¹¹ Além de *process-tracing*, instrumentos e técnicas de pesquisa secundários incluirão a análise de documentos, revisão bibliográfica e análise secundária de dados qualitativos. Deve-se dar destaque a este último item, tendo

efeito em casos específicos. Esta prática teórica requer avaliação de dados qualitativos em primeiro lugar, deixando o raciocínio estatístico como uma ferramenta de apoio (MAHONEY, 2004, p. 88-92).

Inclusive, é na contingência de determinado evento que encontra-se a justificativa da escolha metodológica. Análises de casos desviantes, ou seja, casos em que um resultado previsto pela teoria não ocorreu, seguem uma lógica *path dependent* (no caso, a evolução do perfil de força dos EUA pós-1975 ocorreria diferentemente do que o pensamento Mearsheimer-Clausewitz propunha). De acordo com Mahoney (2000), rupturas críticas são capazes de iniciar uma trajetória histórica de mudança que diverge das expectativas teóricas, incorrendo em resultados únicos. Estas mudanças operam de forma reativa, ou seja, cada evento dentro da sequência é, em parte, uma reação a eventos antecedentes.

É necessário enfatizar que o uso de conjunturas críticas é o principal ponto de inovação do presente trabalho. Tradicionalmente, os conflitos são estudados de maneira isolada; ou seja, busca-se analisar em detalhes os condicionantes, as causas e as consequências de uma guerra específica para os seus beligerantes. Particularmente, os pesquisadores dedicados aos estudos de guerra buscam extrair lições de um determinado embate para futuras intervenções militares em termos de doutrina, tecnologia e táticas de combate. Este trabalho, diferentemente, busca compreender os principais conflitos travados pelos EUA de forma contínua, em uma trajetória *path dependent*. Esta pode ser definida como uma sequência histórica iniciada a partir de uma determinada conjuntura crítica, visto que esta é capaz de flexibilizar momentaneamente escolhas político-institucionais possíveis, alterando o rumo histórico seguido até o momento e colocando em movimento cadeias de eventos que terão propriedades determinísticas distintas das anteriores. Assim, pode-se adensar o conhecimento sobre a história militar dos EUA com uma análise holística, que integra diferentes conflitos em uma linha de tempo única, a partir de uma metodologia unificadora. Inclusive, podemos ver aqui um primeiro passo para o estabelecimento de uma possível linha de pesquisa futura – avaliações em termos históricos de projetos de força nacionais.

Além de se justificar por sua originalidade metodológica, o presente trabalho têm valor acadêmico e social. Primeiro, baseando-se em Mearsheimer (2001), teórico do realismo ofensivo, assume-se que o desenvolvimento das Relações Internacionais dependem principalmente da política das Grandes Potências, que, por sua vez, estão sempre em busca de

em vista que a construção de tabelas comparando efetivos militares, tipos e quantidades de armamentos, orçamentos de defesa e investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) auxiliará ilustrar o argumento central do trabalho.

oportunidades para ganhar poder sobre suas rivais. Visto que os EUA são a maior potência militar mundial, qualquer possível mudança em seu perfil de força afeta o Sistema Internacional como um todo e deve receber atenção adequada da academia. Segundo, no que tange ao objeto empírico, o presente estudo justifica-se socialmente na medida em que o Exército estadunidense é considerado como a vanguarda das modernizações militares, influenciando as decisões de todos os demais países do globo, inclusive o Brasil; portanto, é necessário pensar - em pesquisas futuras - quais as consequências disto para as Forças Armadas nacionais. É de suma importância compreender os erros e os acertos da modernização militar estadunidense para que possamos, no futuro, avaliar adequadamente a evolução da Política Nacional de Defesa do Brasil e da Base Industrial de Defesa do Brasil e traçar sugestões em termos de doutrina, aquisições e desenvolvimento tecnológico.

Por fim, devem ser reconhecidas as limitações do trabalho e da autora. Primeiro, dado ao curto período de tempo que temos para desenvolver a pesquisa de mestrado, há inúmeras outras obras interessantes que não puderam ser consultadas. Contudo, a minha pesquisa não está limitada a este período de dois anos e será continuada nos anos futuros. Segundo, dado ao sigilo de importantes documentos militares, não tivemos acesso a certos dados primários que poderiam fortalecer ou não o argumento desta dissertação. Terceiro, e talvez mais importante, admite-se que este trabalho pode ter sido desenvolvido com certo viés de confirmação. Este seria a tendência de interpretar ou pesquisar informações de maneira a confirmar crenças ou hipóteses iniciais. De toda forma, isto não significa que o trabalho não tenha tido rigor científico. Pelo contrário, ele foi desenvolvido com extrema seriedade e acredito que ele tenha muito a contribuir para a academia de Relações Internacionais. Com isto em mente, encerra-se a presente seção introdutória.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO DE MASSAS DOS EUA E A CONCEITUAÇÃO DO MODO AMERICANO TRADICIONAL DE FAZER A GUERRA

Um “modo de fazer a guerra” pode ser definido, de forma simples, como o ideário e a doutrina militar de um país sobre o papel da guerra, particularmente como alcançar sucessos operacionais de combate e transformá-los em resultados político-estratégicos favoráveis de longo prazo. Estabeleceu-se no marco teórico da presente dissertação que a guerra deve ser considerada como um instrumento para atingir objetivos políticos; logo, considerações de política internacional devem determinar as metas militares a serem alcançadas e quais os tipos de missão que elas demandam. Sabendo que o perfil de força adotado por um país delimita quais os tipos de operações que as Forças Armadas são capazes de realizar, a política deve ser o elemento norteador do perfil de força de um país e de seu modo de fazer a guerra.

Este marco teórico pôde ser observado, de forma empírica, no desenrolar histórico do perfil de força estadunidense, até a derrota na Guerra do Vietnã, em 1975. No intervalo entre Movimento de Prontidão, campanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial, ao final da Segunda Guerra, o ideário militar advogava que guerras deveriam ser travadas em função de interesses nacionais vitais, centradas em atingir objetivos políticos de longo prazo e contando com impressionante apoio popular. Além disso, enfatizava-se que os militares deveriam contar com uma força decisiva, posição que deveria ser amplamente apoiada pela liderança política doméstica, tanto em termos de mobilização nacional quando recursos orçamentários. De acordo com Echevarria (2004, p. 7-8), o perfil de força condizente com este pensamento dependia do uso de força esmagadora, massa de soldados de infantaria (“boots on the ground”), apoio de fogo aproximado (blindados e aviões) e concentração de poder de fogo (artilharia).

O trabalho parte da hipótese de que o Vietnã operou como uma conjuntura crítica na história americana, que acabou por inverter os eixos de política externa e modernização militar. Em mais detalhes, ter sofrido tamanha humilhação motivaria uma reformulação da doutrina militar dos EUA, antes de serem reformulada a política externa do país; a pressa por retomar o apoio da população e do Congresso era tanta, que o aspecto operacional tomaria o lugar principal, sobrepujando considerações político-estratégicas. Aqui enfatiza-se o uso do termo conjuntura crítica, que é homônimo a metodologia utilizada ao longo do trabalho. Como é sabido, o estudo de conjunturas críticas busca compreender como um evento crítico pode ocasionar rupturas históricas, dando início a um novo caminho. Por isso envolve a

análise de quatro etapas distintas: antecedentes históricos, a ruptura ou crise, o legado e a eventual crise do legado.

Com isso em mente, torna-se fácil identificar que serão tratados como os antecedentes históricos as duas Grandes Guerras do século XX e o “Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra”. Os conflitos globais da primeira metade do século XX permitiram a formação do Exército de massas estadunidense; o esforço da conscrição – reestabelecida durante a Primeira Grande Guerra – no período de paz relativa do entre-guerras, juntamente com a mobilização industrial que ocorreu entre 1940 e 1945 nos EUA, permitiram o envio de 2.000.000 de soldados à Europa. Por isso, o presente capítulo tratará sobre os processos políticos que determinaram a entrada dos EUA na Primeira e na Segunda Guerra Mundial e fará uma breve de como estes conflitos alteraram o perfil de força dos EUA. Analisar-se-á o encadeamento de eventos e considerações político-militares responsáveis pela formação do pensamento militar da época. Portanto, este capítulo encontra-se dividido em três seções distintas, à parte desta breve introdução e das considerações parciais. A primeira seção tratará do envolvimento estadunidense na Primeira Guerra Mundial, desde o Movimento de Prontidão às consequências para o conflito da entrada do país. A segunda seção tratará sobre o período entre-guerras nos EUA, particularmente os efeitos da crise de 1929 e a preparação para a Segunda Guerra Mundial. Por fim, a terceira seção analisará a Segunda Guerra Mundial, incluindo o contexto europeu, o início da conflagração e, novamente, o envolvimento americano.

2.1 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: O MOVIMENTO DE PRONTIDÃO E A ATUAÇÃO DOS EUA NO CONFLITO

A importância do estudo da Primeira Guerra Mundial recai sobre o fato desta ter sido o princípio do desenvolvimento de um Exército de massas dos Estados Unidos, cujo ápice seria vivenciado durante a II Guerra Mundial, e o complexo militar-industrial que elevaria o país ao status de superpotência na segunda metade do século XX. Na sequência, serão analisados o início da conflagração, o Movimento de Prontidão que prepararia o Exército estadunidense para guerra e a atuação dos EUA no conflito. A Primeira Guerra foi o ponto inicial para o desenvolvimento do “Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra”, caracterizado pelo uso da massa de soldado-cidadãos¹². A fim de lembrar, o objetivo do presente capítulo é o estudo dos antecedentes históricos à conjuntura crítica do Vietnã,

¹²Definidos por esta dissertação como o conscrito, cidadão médio recrutado e educado para servir no Exército americano; o típico soldado da primeira metade do século XX.

momento em que passou-se a questionar a cultura militar estadunidense; por isso, o primeiro passo torna-se a apresentação do que viria a ser questionado.

Podemos identificar como as principais origens da Primeira Guerra Mundial a formação de um sistema de alianças militares na Europa e a disputa colonial (KENNEDY, 1988, p. 198-203; 249). Em mais detalhes, na virada do século XIX, as principais potências internacionais europeias encontravam-se divididas em duas alianças multilaterais: a Tríplice Aliança, formada pela Alemanha, pelo Império Austro-Húngaro e Itália, e a Tríplice Entente, formada pela Grã-Bretanha, França e Rússia. Esse novo arranjo pareceu balancear o cenário europeu por alguns anos, que era caracterizado pelo nacionalismo e pelo expansionismo colonial. Contudo, lentamente, o comportamento destes países foi adquirindo um caráter mais ufanista, agressivo e militarista, concentrado na busca por expansão, intra e extracontinental. Neste momento, dava-se início a uma corrida armamentista que buscava garantir a superioridade qualitativa e quantitativa de armamentos e de capacidade de combate entre as forças beligerantes. Dava-se início aos preparativos para a Primeira Guerra Mundial, dado o ideário militarista que perpassava o imaginário dos governantes à época - como dá a entender a citação (KENNEDY, 1988, p. 198-203; 249; SONDHHAUS, 2013, p. 47-52).

A guerra é a própria vida! Na natureza, nada existe que não tenha nascido, crescido ou se multiplicado por meio do combate. [...] Somente as nações guerreiras prosperam; uma nação morre assim que se desarma (ÉMILE ZOLA, 1891¹³ apud SONDHHAUS, 2013, p. 48).

Tamanho esforço de militarização das potências pode ser considerado um dos melhores exemplos históricos do chamado “dilema da segurança”. Este é um fenômeno em que as ações de um país para assegurar sua própria segurança causam insegurança nos demais, levando a uma espiral de gastos bélicos cada vez maiores e crescente tensão internacional, aumentando as probabilidades de conflito armado. Com isso em mente, pode-se inferir que, em 1914, a animosidade era tamanha que bastava um estopim para o início das batalhas; e isto veio na forma do assassinato de Franz Ferdinando, em 28 de junho de 1914 (SONDHHAUS, 2013, p. 55; 73).

O atentado ao arquiduque deu início à chamada Crise de Julho, que levaria ao início da Primeira Grande Guerra. Esta se resume a um mês de manobras diplomáticas entre a Áustria-Hungria, Alemanha, Rússia, França e Grã-Bretanha, que encerrariam com um ultimato da Áustria-Hungria ao Reino da Sérvia. Frente à resposta negativa, a Áustria-Hungria enviou

¹³Citado em Daniel Pick, *War Machine: The Rationalisation of Slaughter in the Modern Age* (New Haven, CT: Yale University Press, 1993), 86.

uma declaração formal de guerra à Sérvia, em 28 de julho de 1914, iniciando uma cadeia de declarações de guerra, em razão dos compromissos militares assumidos pelas alianças, e forçando as potências europeias a adentrar o conflito que ficaria conhecido como a Primeira Guerra Mundial (KENNEDY, 1988, p. 278).

Esta guerra, entre o final de 1914 e o início de 1917, ficaria conhecida pelo equilíbrio operacional na frente ocidental ocidente. Desde dezembro de 1914, os beligerantes encontravam-se entinchados em posições relativamente fixas. A dificuldade de ganhar terreno se dava em função da única possibilidade serem os ataques frontais, que exigiam grande superioridade em homens, armas e recursos, vantagem que nenhum dos lados possuía; na verdade, esta era uma forma de guerra de desgaste e de extremo esgotamento das forças armadas (SIMKINS, 2003). Contudo, a partir do final de 1917, com a irrupção da Revolução Russa, a situação pareceu mudar para a Tríplice Aliança; a retirada da Rússia da guerra permitiu à Alemanha concentrar todas as suas forças na frente ocidental, o que deterioraria significativamente a situação da Entente (HOWARD, 2003, p. 103-104).

Neste momento, os EUA começaram a preocupar-se com os rumos da guerra, particularmente com a intensificação da ofensiva submarina alemã. Em 1º de fevereiro do ano em questão, a Alemanha havia anunciado que desencadearia uma guerra submarina indiscriminada, para cortar as comunicações marítimas da Entente. Esta ampliação da guerra submarina, de forma ilimitada, representava um desafio para os EUA (que juntamente com o bloqueio naval inglês comprometiam a liberdade dos mares). Além disso, o crescimento e radicalização da agitação sociopolítica na Europa (particularmente na Rússia) e, principalmente, o esgotamento anglo-francês gritavam por maior envolvimento financeiro-militar dos EUA. Por isso, em abril de 1917, após submarinos germânicos afundarem um navio mercante, matando cidadãos americanos, os EUA declararam guerra à Alemanha (KENNEDY, 1989, p. 254; 262).

A significância da participação americana inicialmente não foi militar, já que seu Exército não estava plenamente preparado para as campanhas modernas na Europa. Contudo, como será demonstrado abaixo, sua força produtiva e seu poder econômico seriam capazes de transformar o equilíbrio da guerra em 1917: seu potencial industrial e sua parcela de produção mundial de manufaturados era duas vezes e meia a da economia alemã, agora submetida a um esforço excessivo. Em termos financeiros, como o novo credor mundial, seus empréstimos à Entente foram essenciais para os rumos da guerra – os norte-americanos haviam feito empréstimos no valor de onze bilhões de dólares à França e à Grã-Bretanha. Além disso, no longo prazo, o exército dos EUA podia ser ampliado e transformado no que viria ser o

Exército de massas estadunidense, uma vasta força de milhões de soldados extremamente bem equipados e treinados (KENNEDY, 1989, p. 262-263). Por isso, devem ser analisados o Movimento da Prontidão nos EUA, sua participação na Primeira Guerra Mundial e seus efeitos sobre o desfecho do conflito.

Para compreendermos o Movimento de Prontidão, é primeiro necessário analisar o contexto em que estes debates ocorreram. Em 1915, em meio a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos da América entraram em um intenso debate sobre a posição a ser tomada com relação ao conflito e sobre a necessidade, ou não, de reforma das instituições militares. A posição de defesa do *status quo* era apresentada pelo presidente à época, Woodrow Wilson, que, juntamente com outros membros do Partido Democrata, argumentava por uma posição de distanciamento do teatro de guerra europeu e qualquer variação no tradicional Exército americano. Tal posição de “neutralidade imparcial” havia permitido aos EUA alcançar muitos de seus objetivos: primeiro, a presença europeia na América Latina havia sido praticamente eliminada, permitindo aos americanos ampliar sua presença político-comercial na região; segundo, os fornecimentos militares, agrícolas e industriais à Europa melhoraram os índices macroeconômicos dos EUA; e, terceiro, os EUA passaram ao centro das finanças mundiais, tornando-se credores do velho continente. Entretanto, tal posição vinha enfrentando oposição crescente do Movimento da Prontidão (VIZENTINI, 2006, p. 65; WEIGLEY, 1984, p. 342).

O Movimento da Prontidão via como impossível tal compromisso de neutralidade, dada a posição de destaque político e econômico que os EUA adquiriam no mundo, além da existência de fortes laços comerciais e financeiros com a Grã-Bretanha e a França. À frente desta oposição, estava o Major General Leonard Wood. Como visto anteriormente, o Presidente Wilson se opunha ao envolvimento dos EUA no conflito europeu. Entretanto, dada à rápida escalada da violência e à ampliação do teatro de guerra, ficava virtualmente impossível que o país se mantivesse alheio ao mesmo. Neste momento, Wood – apoiado por Theodore Roosevelt – lançou uma ampla campanha em prol do Movimento da Prontidão, que estava centrado na construção de um Exército-cidadão, de massas e característico de uma grande potência militar, sendo a única forma possível de fazê-lo a conscrição (WEIGLEY, 1984, p. 343).

The voluntary system [he said] failed us in the past, and will fail us in the future. It is uncertain in operation, prevents organized preparation, tends to destroy that individual sense of obligation for military service which should be found in every citizen, costs excessively in life and treasure, and does not permit that condition of preparedness which must exist if we are to wage war successfully with any great

power prepared for war.¹⁴ (WOOD, 1915, p. 33-34¹⁵ apud WEIGLEY, 1984, p. 343).

Esta campanha rapidamente ganhou fôlego: uniram-se a eles organizações como a Liga Nacional de Segurança, a Sociedade Americana de Defesa, a Liga para o Cumprimento da Paz e o Comitê dos Direitos Americanos. Estas atuaram no sentido de pressionar Wilson a fortalecer as capacidades de defesa nacionais, por exemplo, com o patrocínio de desfiles de prontidão. Em um primeiro momento, Wilson apresentou uma postura de indiferença - e até mesmo de hostilidade – ao movimento; contudo, os ataques de submarinos alemães e, especialmente, o naufrágio do navio Lusitania (1915) forçaram a administração a repensar seu posicionamento. Relutantemente, em 21 de julho de 1915, Wilson pediu que seu Secretário de Guerra, Lindley M. Garrison, formulasse novos programas de Segurança Nacional para uma possível intervenção na Europa (WEIGLEY, 1984, p. 344).

Garrison elaborou um manifesto denominado “Declaração de uma Política Militar Adequada para os Estados Unidos”. Tal documento sinalizava a importância de expandir o Exército Regular para a força total da guerra, defendendo um programa semelhante às sugestões de Wood (com exceção da conscrição). Basicamente, era sugerido que o Exército Regular fosse expandido de 100.000 para 230.000 homens; concomitantemente, haveria apoio contínuo da Guarda Nacional e de uma reserva federal de soldados cidadãos (treinados em programas semelhantes ao de Wood). Em totalidade, o país contaria com uma força de 500.000 homens, conhecidos como Exército Continental (WOODWARD, 2014, p. 17-27).

Quando, em abril de 1916, um submarino alemão torpedeou o transatlântico francês *SS Sussex*, ocasionando oitenta baixas, incluindo dois norte-americanos, os advogados do Movimento de Prontidão ganharam a munição necessária para aprovar a Nova Lei de Defesa Nacional. Como nunca antes o inimigo foi tão formidável em números e habilidade militar; nunca antes o conflito exigiu uma mobilização tão completa de toda a nação; nunca antes o governo havia enfrentado problemas da magnitude daqueles postos pela decisão de levar o Exército aos campos de batalha da própria Europa era necessário repensar os moldes históricos do perfil de força do país. A Lei de Defesa Nacional de 1916 - e subsequentes

¹⁴ “O sistema voluntário [*ele disse*] nos falhou no passado e nos falhará no futuro. É incerto em sua operação, impede a preparação de forma organizada, tende a destruir o sentimento individual de obrigação para o serviço militar que deveria estar presente em todo cidadão, implica em custos excessivamente altos de vidas e para o tesouro, e não permite que a prontidão que deve existir se quisermos travar a guerra com sucesso frente à qualquer grande potência preparada para a mesma.” (WOOD, 1915, p. 33-34 apud WEIGLEY, 1984, p. 343, tradução nossa).

¹⁵ Leonard Wood, *The Military Obligation of Citizenship* (Princeton:Princeton University Press, 1915), pp. 33-34.

medidas - acabaram por promover um aumento considerável das Forças Armadas dos EUA. Dentre estas medidas, estava incluídos os Corpos de Treinamento de Oficiais da Reserva de Wood: foram estabelecidos dezesseis campos de treinamento de oficiais (incluindo dois em Plattsburg, e Fort Sheridan), que forneceram programas de instrução de quatro semanas para cerca de 500.000 homens com idades entre 18 e 24 anos (WEIGLEY, 1984, p. 347-352; WOODWARD, 2014, pg. 36).

A Lei de Defesa Nacional de 1916 era um instrumento de defesa de peso: previa um aumento da força do Exército Regular para 286.000 homens em tempos de guerra, incorporava o plano de Hay para uma Guarda Nacional sob maior supervisão federal, expandida para 400.000 soldados e contava com uma administração civil no Conselho de Defesa Nacional para organizar a mobilização econômica necessária para este empreendimento (CROCKER, 2014). Contudo, era insuficiente para um país cujo objetivo era a vitória total: a cultura militar estadunidense pós-Guerra Civil era de envolver a sociedade como um todo para garantir a derrota do inimigo¹⁶. Em uma guerra de proporções mundiais, isto significava o alistamento sistemático de soldados-cidadãos – que também estariam preparados no advento de quaisquer emergências futuras. Por isso, em fevereiro de 1917, Wilson orientou o Secretário de Guerra Baker a formular o Ato de Serviço Seletivo, que estabeleceria o sistema de conscrição nos EUA, a partir de maio daquele ano. Seriam convocados 500 mil homens naquele ano, com a possibilidade de convocar mais 500 mil conforme necessário (WEIGLEY, 1984, p. 352-354).

[...] the plans of our military cooperation are in the making rather than having been made. [...] But if, before it is over, it is necessary to send our troops to Europe to take the places of those whose lives are lost in the struggle to which we are a part, then undoubtedly that would be done (WEIGLEY, 1984, p. 353-354)¹⁷.

Após os esforços de preparação analisados acima, em abril de 1917, os EUA declararam formalmente guerra à Alemanha. Neste momento, o general John J. Pershing foi nomeado como o responsável por avaliar a situação europeia e, conseqüentemente, quais os esforços que o país deveria empreender para sair vitorioso na campanha da Primeira Guerra

¹⁶Em outras palavras, conscrição, apoio da liderança política doméstica, tanto em termos de mobilização nacional quando recursos orçamentários e apoio da população em geral. O alistamento de um Exército de soldados-cidadãos engajaria a sociedade junto aos objetivos políticos do país, além de estar alinhada ao Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra já que estaria fornecendo o elemento da massa.

¹⁷“[...] Os planos de nossa cooperação militar estão sendo elaborados ao invés de já terem sido feitos. [...] Mas se, antes de acabar, é necessário enviar nossas tropas para a Europa para tomar os lugares daqueles cujas vidas se perderam na luta da qual fazemos parte, então, sem dúvida, isso será feito” (WEIGLEY, 1984, p. 353-354, tradução nossa).

Mundial. O militar acreditava que, a despeito das medidas tomadas pelo Presidente Wilson, o país ainda não possuía um Exército capaz de oferecer real apoio militar na frente ocidental, situação que deveria ser revertida rapidamente; por isso, Pershing – juntamente com o Departamento de Guerra dos EUA – recomendaram que se esperasse até que o treinamento de pelo menos 1 milhão de soldados estivesse completo para comprometer o novo Exército de conscritos na França. Desenvolvia-se, então, o que ficaria conhecido como o Projeto Geral de Organização de Pershing, cuja meta era enviar 1.372.339 soldados em 30 divisões distintas até dezembro de 1918 (WOODWARD, 2014, p. 298).

Portanto, durante o ano de 1917, o auxílio estadunidense ficou restrito a transações financeiras e a uma promessa de envio de tropas para o ano seguinte. Essa promessa tornava-se imperativa para a continuidade do conflito, visto a situação das tropas inglesas e francesas e ao fato de – após a Revolução Bolchevique de Novembro de 1917 – a Rússia optara-se por assinar uma paz unilateral com a Alemanha, podendo voltar-se a resolução de seus problemas domésticos. Inclusive, revisou-se o plano inicial de Pershing, aumentando o número sugerido de soldados para 2.350.000 a serem enviados em 52 divisões distintas, antes de 1919, além de expandir a idade de recrutamento até 45 anos de idade (WEIGLEY, 1984, p. 360).

Resolvido este primeiro obstáculo, a insuficiência de “*boots on the ground*”, o país voltou-se ao desenvolvimento de sua indústria bélica nacional. Em, foi criado o Gabinete de Indústrias de Guerra, uma instituição civil-militar que organizaria a produção estadunidense de armamentos e o transporte dos mesmos. Podem ser destacadas como os setores mais debilitados a artilharia e a aviação; mesmo com o investimento de montantes significativos, estes setores só obteriam capacidade de produção em massa durante a década de 1920, já no período entre-guerras. Independentemente desta lacuna, pode-se identificar a Primeira Guerra Mundial como a origem da infraestrutura logística extracontinental de guerra estadunidense e do desenvolvimento do que viria a ser chamado de Complexo Industrial-Militar (STEWART, 2005, p. 23)

Em linhas gerais, o Complexo Industrial-Militar (também conhecida como a Base Industrial de Defesa) pode ser definido como a rede de indivíduos e instituições envolvidas na produção de armas e tecnologias militares, que tipicamente tenta mobilizar apoio político para continuar ou aumentar os gastos nacionais. O termo é mais frequentemente usado em referência ao sistema por trás das forças armadas dos Estados Unidos, visto que ganhou popularidade após seu uso no discurso de despedida do Presidente Dwight D. Eisenhower em 17 de janeiro de 1961. Na década de 1910, os EUA tornaram-se a maior nação financeira e credora do mundo, e se estabeleceram como os maiores produtores globais de manufaturados

e alimentos. Por isso, acabaram acumulando capital para desenvolver sua indústria armamentista. Embora só tenham alcançado seu real potencial produtivo durante a guerra seguinte, já na I Guerra Mundial, o esforço de guerra americano foi extremamente eficiente (ARRIGHI, 1996, p. 279; KENNEDY, 1989 p. 315).

A vital element in keeping the peace is our military establishment. Our arms must be mighty, ready for instant action, so that no potential aggressor may be tempted to risk his own destruction. [...] we can no longer risk emergency improvisation of national defense; we have been compelled to create a permanent armaments industry of vast proportions [...] the military-industrial complex (EISENHOWER, 1961).

Como mencionado anteriormente, o plano de Pershing era enviar um Exército de cidadãos excepcionalmente bem treinados e equipados ao final de 1918; e o escopo temporal para fazê-lo havia sido bem-calculado. Contudo, com a saída da Rússia ao final de 1917, a Alemanha pode redirecionar suas tropas para frente Oeste no início de 1918. Dava-se início a três ofensivas alemãs sucessivas – março, maio e julho (Batalha pela Paz) – que acabariam por desintegrar as tropas francesas e inglesas; isto forçaria a entrada efetiva dos EUA nos combates militares antes do previsto (VIZENTINI, 2006, p. 65-68).

Como consequência, o plano de Pershing teria de ser alterado, adaptando-se ao cenário europeu: o programa de treinamento de oficiais de Wood seria reduzido a três meses de duração, enquanto os soldados comuns receberiam treinamento para guerra de trincheiras *in loco*, a partir da experiência dos soldados franceses e ingleses. Os EUA se mostraram dispostos a fazer tal sacrifício, tendo em vista o cenário da frente ocidental europeia; contudo, estabeleceu-se como condição *sine qua non* a manutenção de um comando americano independente; os EUA não entrariam como reforços integrados às tropas europeias, mas como um aliado autônomo. Tais termos foram aceitos, com certa resistência ao cabo do primeiro semestre de 1918 (WEIGLEY, 1984, p. 373-377).

Portanto, em julho, dois Exércitos estadunidenses chegaram a Europa, alterando o balanço numérico em favor da Entente; após a tentativa inimiga de julho de cercar Paris, a Alemanha já não conseguia repor suas perdas humanas. Na guerra de trincheiras, a vantagem numérica era especialmente importante. A metralhadora e as posições fixas da defesa eram sólidas vantagens; a despeito da maior precisão dos rifles e dos itens de artilharia, uma ofensiva só seria bem-sucedida caso contasse com uma superioridade numérica expressiva. Por isso, com a chegada das tropas americanas, a Entente pode passar a ofensiva em fins de julho, reocupando as posições conquistadas pela Alemanha. A Batalha símbolo desta ofensiva ficou conhecida como a Ofensiva de Saint-Mihiel, que ocorreu entre os dias 12 e 15 de

setembro de 1918. Pode ser considerada a única ofensiva comandada pelos EUA na Primeira Guerra Mundial, mais especificamente por Pershing, envolvendo operações combinadas entre as Forças Expedicionárias dos EUA e 110.000 tropas francesas. Esta batalha marcou o início do recuo alemão que levaria à assinatura do armistício de paz em 11 de Novembro (VIZENTINI, 2006, p. 68-71; WEIGLEY, 1984, 381-384).

O Armistício de Compiègne obrigava a Alemanha a abandonar os territórios franceses e belgas que ainda dominava, desmilitarizar seu território contíguo à fronteira ocidental e entregar grande parte do seu armamento à Entente. Estas duras medidas foram complementadas pelo Tratado de Versalhes, de junho de 1919, que encerraria formalmente a Primeira Guerra Mundial. O Tratado estabelecia que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por causar a guerra e que fossem feitas reparações aos beligerantes da Entente. Estas incluíam a perda de territórios a uma série de nações fronteiriças, de todas as colônias extraoceânicas, a obrigação de restringir o tamanho de suas Forças Armadas e de pagar indenizações pelos prejuízos causados durante a guerra (VIZENTINI, 2006, p. 71-79).

Tal configuração de paz se revelaria extremamente frágil, por dois motivos. Primeiramente, acabaria por reduzir a Alemanha, um gigante industrial, a um país de segunda grandeza, forçando-a a um abismo econômico durante a década de 1920. Segundo e, talvez, mais importante daria origem a um componente de grande instabilidade política: a humilhação alemã em Versalhes permitiu a radicalização do nacionalismo conservador no país, cuja cultura expansionista seria uma das raízes da Segunda Guerra Mundial, como será retratado nas seções seguintes (KENNEDY, 1989, p. 279).

Contudo, o mais importante a se reter desta seção é que a Primeira Guerra Mundial marcou os primeiros esforços de constituição da máquina militar estadunidense, que tornar-se-ia o maior Exército de conscritos, como poderia ser observado durante a Segunda Guerra Mundial. O sucesso dos esforços de guerra do general Pershing e dos oficiais que o rodeavam determinariam as atitudes do imediato pós-guerra por parte do Exército, particularmente com relação ao soldado-cidadão e com relação aos programas de treinamento do Exército. Contudo, as conjunturas nacionais e internacionais das décadas de 1920 e 1930 forçariam uma redução significativa da força militar estadunidense, particularmente dos corpos de reserva, e dos esforços de modernização de equipamentos; situação esta que só seria revertida ao cabo da década de 1930, frente ao desenvolvimento da máquina de guerra alemã. Somente com a iminência de um novo conflito global, os EUA retomariam as lições aprendidas durante a Primeira Grande Guerra, retornando ao caminho que os levariam ao patamar de mais poderosa força militar do globo. Estes desenvolvimentos podem ser observados no quadro

abaixo (deve-se dar destaque ao Exército, que foi a força central na Primeira e na Segunda Guerra Mundial) e serão trabalhados em detalhes nas seções seguintes.

Tabela 1 - Efetivos Militares dos EUA de 1914 a 1939

Ano	Forças Armadas	Exército	Marinha	Fuzileiros Navais
1914	165.919	98.544	56.989	10.386
1915	174.112	106.754	57.072	10.286
1916	179.376	108.399	60.376	10.601
1917	643.833	421.467	194.617	27.749
1918	2.897.167	2.395.742	448.606	52.819
1919	1.172.602	851.624	272.144	48.834
1920	343.302	204.292	121.845	17.165
1921	386.542	230.725	132.827	22.990
1922	270.207	148.763	100.211	21.233
1923	247.031	133.243	94.094	19.694
1924	261.189	142.673	98.184	20.332
1925	251.756	137.048	95.230	19.478
1926	247.396	134.938	93.304	19.154
1927	248.943	134.829	94.916	19.198
1928	250.907	136.084	95.803	19.020
1929	255.031	139.118	97.117	18.796
1930	255.648	139.378	96.890	19.380
1931	252.605	140.516	93.307	16.782
1932	244.902	134.957	93.384	16.561
1933	243.845	136.547	91.230	16.068
1934	247.137	138.464	92.312	16.361
1935	251.799	139.486	95.053	17.260
1936	291.356	167.816	106.292	17.248
1937	311.808	179.968	113.617	18.223
1938	322.932	185.488	119.088	18.356
1939	334.473	189.839	125.202	19.432

Fonte: United States (1997, p. 52).

2.2 O PERÍODO ENTRE-GUERRAS NOS EUA: A ILUSÃO DE PAZ, A CRISE DE 1929 E A PREPARAÇÃO PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A cultura militar imediatamente ao término da Primeira Guerra era de garantir que os EUA estivessem preparados no advento de um novo conflito mundial. O conflito havia sido o primeiro marco em direção ao estabelecimento de um Exército de massas dos Estados Unidos

e do desenvolvimento do complexo militar-industrial. Mais uma vez, enfatiza-se o objetivo do presente capítulo é o estudo dos antecedentes históricos à conjuntura crítica do Vietnã, momento em que passou-se a questionar a cultura militar estadunidense; por isso, tem de se revisar tal processo de constituição do “Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra”, caracterizado pelo uso da massa de soldado-cidadãos. Como veremos na sequência, o ápice deste perfil de força seria vivenciado na II Guerra Mundial, a despeito do período entre-guerras ter deixado de lado as lições aprendidas no conflito de 1914. Este lapso estadunidense merece um breve comentário e, portanto, a presente seção tratará do período entre-guerras, período caracterizado pela deterioração das Forças Armadas e pela Grande Depressão.

Ao cabo da I Grande Guerra, ainda primava-se pela manutenção de uma força de conscritos. Por isso, nomeou-se em 1919, como Presidente do Comitê para Assuntos Militares do Senado, o senador republicano James Wadsworth. Por sua experiência militar como voluntário na Guerra Hispano-Americana, tornou-se um simpatizante do Movimento de Prontidão, passando a advogar pela manutenção de forças regulares extensivas e forças de reserva, formadas por soldados-cidadãos, que pudessem ser chamados a servir a qualquer momento. Esta seria sua orientação política à frente do Comitê para Assuntos Militares do Senado, no imediato pós-guerra (WEIGLEY, 1984, p. 395-397).

A fim de formular um plano adequado, Wadsworth optou por trazer como consultor em assuntos militares o Coronel John McAuley Palmer, cuja opinião era que soldados-cidadãos poderiam ser chamados a servir e treinados de forma relativamente rápida, desde que mantida uma reduzida, mas completa estrutura de Exército. Em mais palavras, seria possível trabalhar com as reduzidas forças regulares estadunidenses¹⁸, desde que suas formações estivessem completas: este Exército regular poderia servir de prontidão em pequenas emergências, permitindo que os recursos em tempos de paz – financeiros e humanos – fossem dedicados ao constante treinamento do Exército de cidadãos; assim, caso houvesse necessidade de mobilização em massa, o país poderia ampliar suas forças de forma rápida e baixo custosa. Foram estas ideias que moldaram o Ato de Defesa Nacional de Junho de 1920, que ampliava o Exército regular para 280.000 homens, pois a principal força militar do país seria o Exército de cidadãos, a serem treinados inicialmente pela Guarda Nacional e pela Reserva Organizada (WEIGLEY, 1984, P. 397-400).

¹⁸Em junho de 1919, receberam liberação do Exército 2.608.218 homens e 128.436 oficiais que haviam sido convocados para a Primeira Guerra Mundial. O Exército Regular encontrava-se reduzido a um efeito de 130.000 homens (WEIGLEY, 1984, p. 396).

Deve-se ressaltar que este ‘inicialmente’ continha um importante conteúdo normativo: deveriam ser formados oficiais-cidadãos, em escolas similares aos campos de treinamentos propostos por Wood, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, que seriam os responsáveis de longo-prazo pelo treinamento dos soldados-cidadãos. Assim, a lei de 1920 permitiria que o Exército de cidadãos já estivesse organizado em épocas de paz, evitando caóticos esforços de mobilização quando o perigo fosse iminente.

Contudo, este movimento para incorporar as lições militares da Primeira Guerra Mundial foi logo abandonado: à época, a crença que pairava nas mentes dos dirigentes das potências era o pacifismo. As imagens que predominavam no imaginário popular anglo-saxão da década de 1920 eram de morte, desperdício e insensatez: condenava-se corridas armamentistas como a principal causa da conflagração anterior. Portanto, dava-se início a um recuo público generalizado em relação à guerra e ao militarismo, combinado com uma pequena esperança de que a Liga das Nações poderia dificultar a ocorrência de outra guerra global (KENNEDY, 1989, p. 276; STEWART, 2005, p. 64). Em razão de tal recuo, o Congresso abandonaria – já em 1921 – as medidas do Ato de Defesa Nacional do ano anterior: após uma série de reduções sucessivas, em 1927, o Exército regular contaria apenas com 118.750 homens, muito mal equipados em razão das restrições orçamentárias; além disso, abandonar-se-ia o Plano de Palmer de manter um pequeno contingente em prontidão para o combate em prol de divisões esqueletizadas, que não poderiam intervir de imediato em conflitos militares. Por fim, o ideal democrático do Exército de cidadãos passou para segundo plano e a Reserva Organizada foi desmantelada durante a década de 1920 (WEIGLEY, p. 400-402).

As condições do Exército pioraram ainda mais na primeira metade da década de 1930. Devido aos efeitos da Grande Depressão, cujo ápice fora a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, uma série de restrições orçamentárias foram empregadas. Em mais detalhes, o colapso econômico afetou profundamente os EUA, que não contava com reservas suficientes para contornar a falta de demanda; influenciados por um ideário econômico liberal, a reação inicial do Congresso estadunidense fora cortar gastos governamentais a fim de manter “saúde fiscal”. Nesse contexto, o orçamento militar foi profundamente afetado. No início da década de 1930, o Exército estadunidense encontrava-se na mais precária formação de sua história, não contando com qualquer capacidade de combate (HOBBSAWN, 1995, p. 104).

À época, os EUA contavam com apenas 110.000 homens que poderiam combater em curto prazo (número ínfimo se comparado às projeções iniciais de Palmer), porém não de forma eficiente. Não havia recursos para equipá-los, transportá-los ou mesmo alimentá-los;

WEIGLEY, 402-403). Além disso, as necessidades econômicas imediatas dos EUA impediram que, durante a década de 1930, fossem dedicados grandes montantes no desenvolvimento de armas próprias. Por um breve momento, foram importadas armas europeias, garantindo que os EUA possuíssem algum poder de fogo ao início da II Guerra Mundial.

Contudo, o aspecto produtivo seria rapidamente revertido. É sabido que, quando Roosevelt assumiu a Presidência, ele instituiu um plano de recuperação econômica conhecido como *New Deal*. Este plano residia em uma nova distribuição da riqueza nacional, a partir das grandes corporações e do trabalho organizado (LIMONCIC, 2009, p. 27-31). E foi essa reestruturação que permitiu que os Estados Unidos aproveitassem as oportunidades, em termos produtivos, das demandas da Segunda Guerra Mundial.

No período entre-guerras, Roosevelt se empenhou junto ao Congresso para estabelecer uma série de leis e mecanismos em prol da modernização militar e da ampliação dos gastos em defesa. A ideia por trás era que os Estados Unidos gastavam relativamente pouco em defesa, assim se maiores recursos nacionais fossem alocados para a produção bélica, o país poderia - além de expandir sensivelmente sua capacidade militar - gerar empregos, estimular o setor de exportações (afinal, o conflito na Europa já vinha se desenhando) e retomar seu *status* de potência econômica. Como uma espécie de estímulo moral, foi cunhado o termo 'Arsenal da Democracia', anunciado por Roosevelt em cadeia nacional, a fim de colocar os Estados Unidos e suas empresas em uma posição muito mais comprometida com a guerra. Por causa deste projeto, a produção industrial voltada para as armas e outros recursos militares retiraria de vez o país da estagnação econômica e, em menos de dois anos, levaria a economia ao pleno emprego (ALMEIDA, 2013, p. 25; MILWARD, 1979, p.72). Nessa conjuntura, o bombardeio de Pearl Harbour em 1941 e a entrada oficial dos EUA na conflagração representaram um enorme estímulo à conversão industrial - principalmente nos setores de aviação de apoio terrestre e de blindados.

Porém, em termos de mobilização nacional, os resultados foram menos promissores: em 1939, quando a Alemanha invadiu a Polônia, o Exército dos EUA contava com um efetivo de apenas 189.839 homens (WEIGLEY, 1984, p. 415-420). Isto implicou em uma campanha de recrutamento de grande porte às vésperas do conflito, a despeito da memória da mobilização às pressas para a Primeira Guerra Mundial ainda estar no imaginário estadunidense. Com isto em mente, na seção seguinte será apresentado o período entre as declarações europeias de guerra e a entrada dos EUA no conflito, trabalhando o esforço nacional para enviar homens para lutar no teatro de guerra europeu.

2.3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: O CONTEXTO EUROPEU, O INÍCIO DA CONFLAGRAÇÃO E O ENVOLVIMENTO AMERICANO

O estudo da II Guerra Mundial é importante por ter sido o ápice do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Este pensamento militar enfatizava que - por estarem defendendo interesses nacionais vitais - os militares deveriam contar com uma força esmagadora, apoio político doméstico e ampla mobilização nacional; dependia-se do uso de uma massa de soldados de infantaria e da concentração de poder de fogo (artilharia). Já foi dito que este capítulo se dedica a apresentação dos antecedentes históricos à conjuntura crítica do Vietnã, quando se questionou a cultura militar desenvolvida pelos EUA nos conflitos anteriores; por isso, está sendo apresentado o perfil de força que caracterizou as guerras americanas na primeira metade do século XX. Neste contexto, a atual seção analisará o contexto europeu, que levou ao início da II Guerra; o início da conflagração e o envolvimento americano. Particularmente, trabalhar-se-á o esforço nacional para enviar soldados à Europa, em termos do restabelecimento da conscrição e de uma mobilização industrial gigantesca, feito mais uma vez às pressas. Vejamos em detalhes.

Primeiramente, deve ser analisado o cenário europeu durante a década de 1930. A fim de lembrar, o Tratado de Versalhes, assinado em junho de 1919, que encerrara formalmente a Primeira Guerra Mundial, colocava a Alemanha em posição extremamente debilitada. O Tratado estabelecia que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por causar a guerra e que fossem feitas reparações aos beligerantes da Entente. Estas incluíam a perda de territórios como a Alsácia-Lorena e para a faixa conhecida como “corredor polonês”, além de suas colônias extra-oceânicas, a obrigação de restringir o tamanho de suas Forças Armadas à 100 mil homens e desmilitarizar a Renânia e as fortificações do Reno, de pagar indenizações exorbitantes pelos prejuízos causados durante a guerra. Este tratado não correspondia à realidade europeia, tendo em vista a pujança alemã: a despeito de suas perdas territoriais, população e matérias-primas, a Alemanha conservava o potencial industrial de ser o maior poder europeu. Por isso, o Tratado humilhou o país germânico e o mergulhou em uma crise econômica sem precedentes, quadro que seria agravado com a quebra da bolsa de 1929 (HOBSBAWN, 1995, p. 94; KENNEDY, 1989, p. 279-280).

Neste contexto, ganhava força os ideais nacionalistas da direita alemã. Seus ideais eram sedutores, tendo em vista que sua política externa era voltada a conquista e cuja orientação econômica voltava-se a recuperação do país, com gastos em infraestrutura. O partido nazista, portanto, oferecia uma “saída” aos alemães. Eleito em 1933, em seus

primeiros anos de governo, Hitler optara por movimentar a economia alemã através de programas de obras estatais e imensos gastos em armamentos, com destaque para o segundo item; a deformação era tamanha que, em 1938, 52% dos gastos governamentais e 17% do PIB germânico eram destinados ao rearmamento nacional e ao recrutamento militar da juventude hitlerista. A ideia de movimentar a economia alemã através da indústria bélica começava a encaminhar o país para a II Guerra Mundial (KENNEDY, 1989, p. 293-299).

A partir de 1936, para se preparar para o conflito, a Alemanha começou a estruturar alianças internacionais com regimes fascistas, de orientação belicosa e relativo isolamento internacional. Formar-se-ia o Eixo, a aliança fascista com a Itália, a Espanha e o Japão, que daria sustentação a Hitler em seus planos de expansão internacional; rapidamente, a Alemanha nazista ocuparia a Áustria e a Tchecoslováquia. Infelizmente, a reação inicial das potências ocidentais frente ao expansionismo alemão fora de apatia; querendo evitar um segundo confronto global, França, Inglaterra e a Liga das Nações tornaram-se permissivas do comportamento alemão. Mesmo no leste a situação era de passividade: em Agosto de 1939, Stálin optara por assinar o Pacto Molotov-Ribbentrop, um compromisso de neutralidade entre a Alemanha Nazi e a União Soviética¹⁹. Somente em setembro de 1939, quando as forças germânico-soviéticas invadiram e ocuparam a Polônia, Paris e Londres declararam guerra ao Eixo; neste momento o conflito tornara-se um risco para seus próprios territórios. Entretanto, dado o seu demorado envolvimento, em um primeiro momento, as potências europeias não estavam preparadas para a nova dinâmica militar que caracterizaria a Segunda Guerra Mundial (KENNEDY, 1989, p. 326-327; SCHILLING, 2013, p. 23-26).

A primeira fase do conflito (1939-1940) ficou conhecida pela historiografia como *drôle de guerre* ou guerra estranha. Durante os oito meses entre a declaração de guerra franco-britânica à Alemanha, em setembro de 1939, ao fim ataque germânico à França e aos Países Baixos, em junho de 1940, as tropas aliadas permaneceram praticamente inativas na frente ocidental. Quando a guerra começou, as forças das potências aliadas europeias não estavam preparadas para defender-se da guerra de alta mobilidade, com intenso uso de blindados, aviação de apoio terrestre e bombardeios estratégicos, chamada *Blitzkrieg*. Portanto, valendo-se de uma guerra estritamente econômica (sanções, bloqueio comercial, etc), aproveitaram estes primeiros meses para preparar suas defesas (SCHILLING, 2013, p. 29-35; 39-40; VIZENTINI, 1996, p. 35-44).

¹⁹Ele incluía algumas cláusulas secretas, merecendo destaque a partilha da Polônia e o reconhecimento da soberania soviética sobre os Estados bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia).

Este cenário só seria alterado em maio de 1940, com o início da campanha alemã na França. As forças locais não estavam preparadas para enfrentar as forças nazistas e, por isso, a despeito dos esforços do país, gradativamente ocupou-se a maioria do território francês. Em 22 de junho, é assinado o armistício franco-alemão: a França é dividida, sendo o norte ocupado pelos alemães²⁰ e o sul transformado em um regime fascista e corporativo liderada pelo Marechal Petáin, com capital em Vichy. Este armistício encerrava esta primeira fase da guerra, com a Alemanha ocupando grandes parcelas do território europeu; entre setembro de 1939 e junho de 1940, o Eixo encontrava-se nos territórios da Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França; em controle de tamanha faixa de terra, a Alemanha pode expandir a guerra para outras regiões (COOKE *et al.*, 2005, p. 170-188).

A segunda fase do conflito, por sua vez, é caracterizada não somente pela expansão da guerra pelo Mediterrâneo, África e Balcãs, mas principalmente pelo isolamento britânico. Neste momento, a Alemanha passou a concentrar em seus planos de invasão da Inglaterra. O ápice destes esforços ocorre durante a Batalha da Inglaterra, que ocorreria entre os meses de Julho e Outubro de 1940 (COOKE *et al.*, 2005, p. 188-189). Contudo, rapidamente os países se encontram em uma posição de *stalemate* e Hitler opta por voltar-se a frente oriental. O ano de 1941 foi caracterizado, portanto, pela intensificação do conflito: a invasão alemã a URSS, em junho, e o posterior ataque japonês à Pearl Harbor, em dezembro, fez com que a guerra adquirisse dimensões mundiais e o caráter de guerra total. Estes eventos se mostrariam como erros estratégicos, pois a Alemanha passaria a combater, simultaneamente, as três maiores potências da época – Inglaterra, EUA e URSS – em duas frentes distintas; aqui iniciar-se-iam as primeiras derrotas germânicas.

É neste momento que os EUA optam por entrar no conflito, o que teria profundas consequências para o cenário de guerra europeu e, principalmente, para o seu perfil de força. Como mencionado na introdução do capítulo, os conflitos globais da primeira metade do século XX permitiram a formação do Exército de massas estadunidense. O esforço da conscrição, reestabelecida durante a Primeira Grande Guerra e no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, juntamente com a mobilização industrial que ocorreu entre 1940 e 1945 nos EUA, permitiram o envio milhões de tropas, extremamente bem equipadas, treinadas e logisticamente bem amparadas. Vejamos em detalhes

²⁰O Terceiro Reich anexa a Alsácia-Lorena, Luxemburgo e alguns distritos belgas como partes do território alemão (VIZENTINI, 1996, p. 43).

Deu-se início às preparações bélicas em Setembro de 1939, quando Roosevelt autorizou a ampliação do Exército regular para de 17.000 para 227.000 homens e do efetivo da Guarda Nacional para 235.000. Além disso, estipulou-se uma ampliação significativa do orçamento militar, para U\$ 2 milhões. Contudo, como sinalizado pelo Comando Maior do Exército, estas medidas ainda eram insuficientes, dada à escala no conflito na Europa. Por isso, o ano de 1940 foi marcado por intensos debates no Congresso norte-americano: foram propostos sucessivos projetos de lei ampliando cada vez mais o efetivo das forças nacionais. Ao final daquele ano, estabeleceu-se como meta a formação de um Exército de 4 milhões de homens antes de Abril de 1942. Tal meta possuía um conteúdo normativo relevante: projeções de efetivos tão expressivos exigiam a reinstituição da conscrição nos EUA. Para tanto, foi nomeado Henry Stimson como Secretário de Guerra, um notório advogado da conscrição e do Exército de cidadãos. Portanto, seria ele o responsável por mobilizar a Guarda Nacional e os Reservistas para serviço ativo em um período mínimo de um ano, por aprovar a lei de serviço seletivo Burke-Wadsworth e por liderar o chamado de guerra contra a Alemanha Nazista (WEIGLEY, 1984, p. 423-428).

Apesar de conscritos já haverem sido utilizados na história americana, esta lei seria relevante por ser a primeira a autorizar recrutamento em tempo de paz nos Estados Unidos, já pensando em eventuais conflitos futuros. O Ato de Serviço Seletivo exigia que todos os homens americanos entre 21 e 35 anos se registrassem para o recrutamento. Os recrutas deveriam servir na ativa por 12 meses e permanecer como um componente de reserva por 10 anos ou até atingir a idade de 45 anos, o que ocorresse primeiro. Durante os primeiros meses de conscrição, os homens selecionados deveriam entrar como membros das divisões regulares para ampliá-las ao seu potencial total de paz; posteriormente, eles deveriam ser treinados pelos oficiais da reserva²¹, produtos das escolas da ideia de Pittsburg. O quartel-general estadunidense – que havia sido ativado já em Julho de 1940 – estabeleceu um programa de treinamento dividido em três fases distintas: treinamento de unidades pequenas; treinamento de armas combinadas; e treinamentos em manobras de unidades grandes. Isso permitiria que os recrutas entrassem no combate muito mais preparados que os seus compatriotas haviam estado na guerra anterior (WEIGLEY, 1984, p. 428-430).

Contudo, o esforço de mobilização nacional teria de ser acelerado ao cabo de 1941, com o ataque a Pearl Harbor. Frente ao ataque japonês, os EUA foram forçados a entrar no conflito antes do previsto, o que teria consequências para o esforço de guerra. Em 07 de

²¹ Os números de oficiais da reserva eram animadores: 106.000 homens eram considerados elegíveis para serviço ativo (WEIGLEY, 1984, p. 428).

dezembro de 1941, uma força-tarefa japonesa atacou a base naval americana no Havaí, enquanto, simultaneamente, o embaixador japonês em Washington entregava a declaração de guerra ao governo dos EUA. O ataque danificou ou destruiu 21 navios e 347 aviões, matando aproximadamente 2.400 pessoas. Contudo, os três porta-aviões da frota do Pacífico não se encontravam no porto, pelo que não foram danificados, tal como os depósitos de combustível e outras instalações; isto permitiria o início quase que imediato dos conflitos no Pacífico. Em 8 de dezembro, os EUA declararam guerra contra o Japão e, em 11 de dezembro, a Alemanha e a Itália declararam guerra aos norte-americanos. Em suma, este ataque marcou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (SCHILLING, 2013, p. 61-63; VIZENTINI, 1996, p. 59-63).

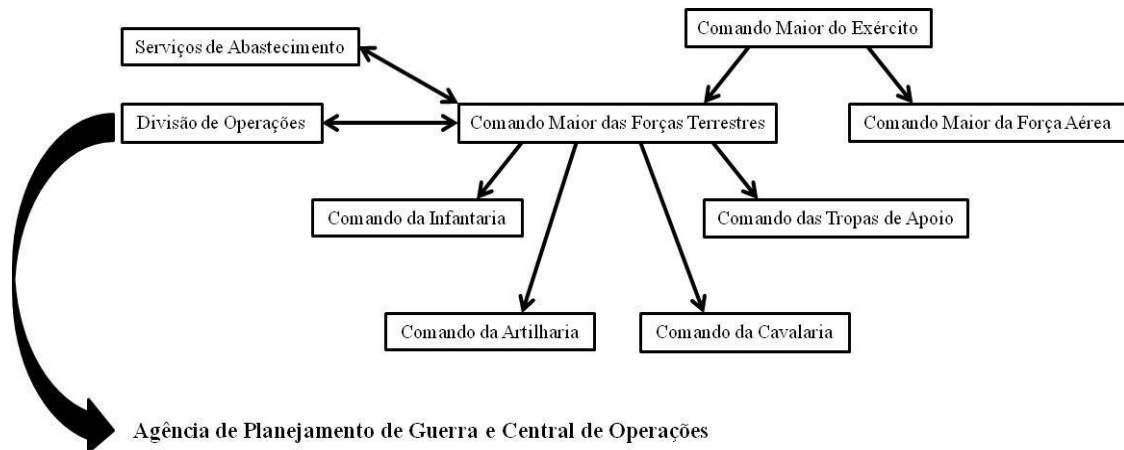
Deve-se destacar que o evento indicaria a importância de uma mobilização industrial de grande porte: quando em dezembro de 1941 os Japoneses atacaram os EUA, o país encontrava-se com equipamentos obsoletos. Bem verdade que Roosevelt já havia iniciado uma mobilização industrial na década de 1930, ela era insuficiente, pois os tomadores de decisão estadunidenses falharam em prever que parte da produção bélica nacional poderia vir a ser vendida aos aliados europeus, dificultando o rearmamento do país (WEIGLEY, 1984, p. 430-433). O *Arsenal da Democracia* ainda pecava em escala. Todavia, o ataque à Pearl Harbour levou as empresas nacionais a adaptar suas linhas de produção civil às demandas da guerra. A dilatação da produção – vide tabela 3 - atingiu toda a economia, elevando os gastos militares de aproximadamente US\$ 10 milhões, em 1939, a US\$ 716 milhões, em 1935 (dados retirados de Our World in Data). Os esforços de Roosevelt no período entre-guerra já haviam encerrado o período da Depressão; a mobilização industrial durante a guerra tornaria os EUA a maior potência econômica em 1945.

Já em termos de efetivos, das 36 divisões criadas em 1941, apenas uma divisão de infantaria e uma de artilharia antiaérea estavam em condições de combater no teatro operacional europeu. Tal cenário urgia uma adequação dos planos estadunidenses, acelerando os esforços de mobilização de conscritos iniciados no período entre-guerras. A meta de criar 213 divisões até junho de 1944 não era realista por dois motivos: primeiro, a insuficiência de equipamentos bélicos (explicada no parágrafo acima) teria forçado a ativação destas tropas sem os armamentos adequados para treinamento; e, segundo, havia demandas conflitantes de recrutas no Exército, na Força Aérea, na Marinha e nas tropas de apoio logístico. Por isso, a partir de 1942, a meta militar americana passou a ser tornar mais eficientes as unidades existentes, equipá-las e ampliar o apoio tático-operacional a elas. Isto torna-se claro ao observar a constância dos números de efetivos estadunidenses até o término do conflito na

Europa: em 1942, as forças combatentes dos EUA totalizavam 1.917.000 homens; em 1945, totalizavam 2.000.000²², organizados em 91 divisões distintas²³ (WEIGLEY, 1984, p. 425-438).

A eficiência estadunidense adveio da estrutura organizacional e de comando das Forças Armadas. Em 1939, o general George Marshall havia ascendido ao posto de Chefe do Comando Maior do Exército. Neste posto, o militar foi capaz de identificar uma necessidade de reestruturação na hierarquia das Forças Armadas nacionais. Por isso, em 1942, as Forças Armadas se reorganizariam conforme o quadro abaixo. Deve-se destacar a importância da Divisão de Operações, uma agência expandida cuja responsabilidade era a direção estratégica das forças militares no teatro de guerra, prestando atenção redobrada às questões logísticas. A divisão lidava com problemas gerais de logística e suprimentos, coordenando as necessidades de todas as frentes de atuação militar e os recursos disponíveis. Esta agência permitiria que o efetivo estadunidense estivesse sempre bem equipado, controlando as necessidades imediatas das tropas e mantendo as linhas de suprimento funcionando a todo o momento (WEIGLEY, 1984, p. 440-450).

Quadro 1 – Organograma das Forças Armadas dos EUA



Fonte: elaborado pela autora, a partir de Weigley (1984).

Retomando, os EUA não alcançaram as metas iniciais de mobilização de conscritos, por terem sido forçados ao conflito antes do tempo previsto e por estarem limitados pelas

²²Entre combatentes e toda a rede de apoio industrial e apoio logístico do Exército, totalizavam 8.266.373 homens (DEPARTMENT OF DEFENSE, 1997, p. 51).

²³Estas tropas estariam organizadas em divisões padronizadas concebidas pelo General Lesley McNair: média de 15.000 homens por divisão, organizados em três regimentos de infantaria, três batalhões de artilharia e todas as unidades de apoio; normalmente tais unidades incluíam um batalhão de blindados, aviação de apoio terrestre e equipes médicas, de engenharia e de policiamento (coordenadas graças às melhorias nas comunicações). Unidades maiores, tais como Corpos e Exércitos, seriam organizadas a partir de combinações destas divisões com determinados batalhões especiais, conforme a missão à frente (WEIGLEY, 1984, p. 461-475).

contribuições industriais aos seus aliados da coalizão anti-Eixo - uma parcela do esforço de rearmamento fora enviada aos europeus, não tendo material suficiente para equipar todos os soldados que a meta original estipulava. Não obstante, saíram vitoriosos do conflito, dada a eficiência de seu Exército de conscritos. Ainda que em número reduzido, os soldados disponíveis eram relativamente bem treinados (esforço dos oficiais da reserva chamados a servir) e bem equipados. Estavam bem equipados em razão dos esforços industriais de Roosevelt e da decisão de Marshall em reestruturar as Forças Armadas, dando maior destaque as considerações de logística. Por isso, os EUA entrariam na Segunda Guerra Mundial muito mais preparados que na experiência de 1917. Todas estas informações podem ser observadas empiricamente nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Efetivos Militares dos EUA de 1939-1945

Ano	Forças Armadas	Exército	Marinha	Fuzileiros Navais
1939	334.473	189.839	125.202	19.432
1940	458.365	269.023	160.997	28.345
1941	1.801.101	1.462.315	284.427	54.359
1942	3.858.791	3.075.608	640.570	142.613
1943	9.044.745	6.994.472	1.741.750	308.523
1944	11.451.719	7.994.750	2.981.365	475.604
1945	12.055,884	8.266.373	3.319.586	469.925

Fonte: United States (1997, p. 52).

Tabela 3 - Mobilização Industrial dos EUA de 1939-1945

Ano	Gastos Militares (US\$ de 2000)	Aviões	Tanques e Armas Autopropelidas
1939	9.981.616.915	5.856	-
1940	16.690.249.690	12.804	331
1941	59.445.724.650	26.277	4.052
1942	227.238.195.300	47.836	24.997
1943	603.167.110.300	85.898	29.497
1944	710.312.063.800	96.318	17.565
1945	716.239.067.100	49.761	11.968

Fonte: formulada pela autora a partir de Our World in Data e U.S. arms production in WW2.

Com o patamar inicial das forças estadunidenses em mente, torna-se mais fácil compreender sua participação militar na II Guerra Mundial. A análise se concentrará nas operações no teatro de guerra da Europa. Isto não quer dizer que os conflitos do Pacífico foram de pouca importância, mas somente que suas particularidades os tornam pouco

relevantes para o estudo da formação do Exército de massas dos EUA. Em mais detalhes, ao contrário da guerra no continente europeu, baseada em operações terrestres de massas com apoio aproximado de blindados e da aviação, o embate com o Japão envolveu basicamente unidades navais, com destaque aos porta-aviões, e bombardeios aéreos com a artilharia da Marinha (SCHILLING, 2013, p. 69). Por isto, trataremos em detalhes somente as operações contra a Alemanha.

A contra-ofensiva anglo-americana, entre os anos de 1942 e 1943, ficou concentrada no norte da África e na Itália. Antes de junho de 1944, os EUA e a Inglaterra permaneceram em um constante debate sobre qual estratégia deveria ser seguida: Washington insistia em uma invasão combinada em duas frentes da Europa (território francês como o ideal), enquanto Londres advogava por assaltos pequenos em zonas periféricas, uma espécie de campanha indireto de enfraquecimento da Alemanha. A ideia de Churchill era evitar o surgimento de redobrada militarização na frente ocidental, colocando o peso das baixas na URSS e seus aliados na frente oriental, enquanto resguardando os recursos britânicos. Roosevelt, em razão de sua tradição política, optou por aderir a estratégia inglesa inicialmente, visando manter um comando unificado de guerra – simbolizado no Comando Maior Combinado das Forças Aliadas ou, do inglês, *the Combined Chiefs of Staff* (WEIGLEY, 1984, p. 454-457).

Seguindo a orientação inglesa, os aliados conseguiram importantes avanços na região do Mediterrâneo; contudo, entre setembro e outubro de 1943, alcançaram um impasse e encontravam-se barrados nas proximidades de Roma. Entre outubro e maio de 1943, as tropas anglo-americanas lançaram mais de dez ofensivas para romper a linha Gustav, faixa de terra na Itália, entre a capital e Florença, onde encontravam-se concentradas as defesas alemãs. O desgaste destas tropas – juntamente com a pressão soviética pela abertura de uma segunda frente na Europa, com fins de aliviar a situação dos soldados soviéticos – motivaram a realização da Operação Overlord e da Operação Dragoon, de desembarque na Normandia. Isto marcava uma inflexão na estratégia dos Aliados, que transitavam para a ideia original de Washington, de uma invasão terrestre combinada em duas frentes da Europa, a partir de Exércitos de massas. Enquanto forças dos EUA e da Inglaterra se dedicariam a planejar a entrada na França, a guerra na Itália seria feita por reforços poloneses, indianos, sul-africanos, canadenses, brasileiros, etc; a passos lentos, estas forças renderiam os fascistas italianos em 28 de abril de 1945 (BURGAN, 2007, p. 31-33; KEEGAN, p. 274-280; WEIGLEY, 1984, p. 454-457).

O foco estadunidense, portanto, seria a invasão do “Dia-D”, operação que seria a aplicação empírica do novo e mais poderoso Exército de massas do mundo. Esta operação

vinha sendo desenhada pelos planejadores de guerra americanos desde 1942; entre eles, encontravam-se o general Dwight D. Eisenhower que comandaria a invasão. Quando, em dezembro de 1943, na Conferência de Teerã entre Roosevelt, Churchill e Stalin, a pressão soviética motivou o início das preparações da empreitada. A invasão dos canais cruzados seria realizada pelo Grupo do 21 ° Exército, que incluía o Primeiro Exército Americano e o Segundo Exército Britânico. O Segundo Exército britânico deveria estabelecer uma cabeça-de-praia e capturar Caen e os planaltos nas proximidades; enquanto, o Primeiro Exército Americano deveria estabelecer uma cabeça-de-ponte, expandir-se para o oeste e tomar a península de Cherbourg. Com o Segundo Exército atraindo a maior parte da armadura alemã e protegendo o flanco esquerdo americano, o Primeiro Exército deveria ir para o sul, contornar a região de Caen e seguir na direção de Paris (MONTEMARANO, 1986, p. 4-8).

Operação Overlord começou em 06 de junho de 1944, quando 350 mil soldados das tropas anglo-americanas – distribuídos em 6483 vasos de guerra e 12.000 aeronaves - desembarcaram na costa francesa. Em 25 de julho, depois de numerosos reveses, incluindo árdua resistência na praia de Omaha e o atraso do Segundo Exército Britânico na captura de Caen, o Primeiro Exército Estadunidense finalmente iniciou seu avanço pelo interior francês e, posteriormente, por todo o continente europeu. Por isso, em 12 de janeiro de 1945, tanto as tropas anglo-americanas quanto soviéticas²⁴ encontravam-se na fronteira germânica. Em abril, uma última ofensiva aliada em duas frentes consegue cercar e tomar o controle de Berlim, simbolizada pelo hasteamento da bandeira comunista na Reichstag no dia 30 do mesmo mês e pela rendição oficial alemã em 9 de maio. Estava encerrada a Segunda Guerra Mundial (MONTEMARANO, 1986, p. 8-9; VIZENTINI, 1996, p. 92-94; 100-104).

Em suma, esta guerra pode ser caracterizada como uma guerra de Exércitos de massa (e de produção industrial de massas, necessárias para equipar e transportar tais tropas). Ela confirmara a lição aprendida pelos EUA na Primeira Grande Guerra, que o sistema de conscrição e de treinamento militar era capaz de formar um Exército notável em um período curto de tempo (WEIGLEY, 1984, p. 75-82). Ao final do conflito, os EUA era uma referência global de poderio militar - uma superpotência. Portanto, a importância da mobilização de efetivos militares e da produção estadunidense não pode ser ignorada.

²⁴A ofensiva soviética iniciara em 1942, com a derrota alemã em Stalingrado. Lentamente, as tropas do Exército Vermelho retomaram os territórios conquistados pelo Eixo no leste da Europa, alcançando no início de 1945 a fronteira alemã (SCHILLING, 2013, p. 57-60).

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: O MODO AMERICANO TRADICIONAL DE FAZER A GUERRA

Como vislumbramos no presente capítulo, as duas Guerras Mundiais permitiram a formação do Exército de massas estadunidense. O esforço da conscrição – reestabelecida durante a Primeira Grande Guerra e às vésperas da II Guerra Mundial – e a mobilização industrial no período de paz relativa do entre-guerras e, principalmente, durante os anos de 1940 a 1945 nos EUA, a construção de uma força maciça de soldados-cidadãos.

Em mais detalhes, a I Guerra marcou os primeiros esforços de constituição da máquina militar estadunidense, que tornar-se-ia o maior Exército de conscritos, como poderia ser observado durante a Segunda Guerra Mundial. Infelizmente, as lições aprendidas neste conflito ficaram em segundo plano nas décadas seguintes: as conjunturas econômico-políticas estadunidenses das décadas de 1920 e 1930 forçariam uma redução significativa da força militar estadunidense, particularmente dos corpos de reserva, e dos esforços de modernização de equipamentos. Esta situação só seria revertida às vésperas da II Guerra, frente ao desenvolvimento da máquina de guerra alemã. Somente com a iminência de um novo conflito global, os EUA retomariam as lições aprendidas durante a Primeira Grande Guerra - a partir de 1939, Roosevelt começa um processo de revitalização da indústria bélica nacional e de re-instituir o serviço seletivo. E na prática, esta retomada só ganha ímpeto com o ataque à Pearl Harbor, que acelerou o processo estadunidense de entrada no conflito. Entre os anos de 1941 e 1945, foi feito um esforço gigantesco para recrutar, treinar e equipar os dois milhões de americanos enviados a lutar na Europa.

Estes soldados e este perfil de força eram os símbolos do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. O pensamento militar por trás deste modelo era de que guerras deveriam ser travadas em função de interesses nacionais vitais, com claros objetivos políticos (domésticos e internacionais) e maciço apoio popular. Além disso, enfatizava-se o apoio doméstico, o uso de força esmagadora, massa de soldados de infantaria (“boots on the ground”), apoio de fogo aproximado (blindados e aviões) e concentração de poder de fogo (artilharia).

O sucesso inicial deste perfil de força não pode ser negado, tendo em vista ao final de 1945, o país era uma referência militar, líder do bloco ocidental, o maior credor do mundo e controlador de uma vasta esfera de influência. Contudo, anos seguintes, os EUA viriam sofrer a maior derrota militar de sua história, o fracasso da Guerra do Vietnã, levando ao questionamento deste perfil de força. Infelizmente, este seria um erro de interpretação: a

derrota fora política e não militar, não sendo necessário abandonar o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Na verdade, questiona-se que este tenha sido a orientação do perfil de força que lutara no Vietnã – as reservas não foram convocadas; os soldados enviados ao frente de batalha eram recrutas inexperientes, sem a real formação e treinamento do que se caracteriza como soldado-cidadão.

Todavia, o fato é que o Vietnã acabou funcionando como uma conjuntura crítica para o abandono do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra e um trigger para as reformas das instituições bélico-militares das décadas de 1970 e 1980; contudo, as mudanças decorrentes não foram adequadas e causaram distorções significativas para a evolução do perfil de força dos EUA . Ao longo do trabalho, veremos as consequências políticas negativas que isto acarretaria no longo prazo, particularmente durante a campanha do Iraque de 2003.

3 CONJUNTURA CRÍTICA: A GUERRA DO VIETNÃ, O FRACASSO DO EXÉRCITO DE MASSAS DOS EUA E O INÍCIO DA REFORMULAÇÃO DO PERFIL DE FORÇA NACIONAL

Como mencionado na introdução, a presente busca compreender como a evolução histórica do perfil de força estadunidense foi impactada pela derrota na Guerra do Vietnã (1955-1975) e quais as suas implicações políticas. Este foi o maior e mais sangrento conflito armado após a II Guerra Mundial. No país, decorrente do processo de independência da metrópole francesa, havia originado-se uma polarização política-ideológica: a metade norte do país, ficara sob comando de Ho Chi Minh, de orientação comunista; enquanto a metade sul do país ficara sob liderança do Primeiro Ministro Ngo Dinh Diem, alinhado com o bloco ocidental. Como parte dos acordos de independência, havia sido previsto um plebiscito para o ano de 1956 que unificaria o país sob um regime único a ser decidido nesta votação. Dada a grande possibilidade da vitória comunista, em 1955, Ngo Dinh Diem anunciou o cancelamento das eleições – um golpe de Estado – que viria a motivar uma Guerra Civil entre os setores sul e norte do país. Devido à escalada do conflito, em 1964, os EUA optaram por intervir militarmente em favor do governo do Vietnã do Sul, que se mostrava incapaz de debelar o movimento insurgente de nacionalistas e comunistas, que se haviam juntado na Frente Nacional para a Libertação do Vietnã (FNL).

Entretanto, apesar de seu imenso poder militar e econômico, os norte-americanos falharam em seus objetivos, sendo obrigados a se retirarem do país em 1973. Desde a sua entrada na Indochina, os EUA atingiram resultados aquém do esperado, sofrendo uma grande humilhação em 1968, quando o exército norte-vietnamita lança uma invasão maciça no sul, conhecida como a “Ofensiva do Tet”. Nesta ocasião, mais de trinta cidades naquele território foram atacadas simultaneamente e tomou-se a embaixada dos Estados Unidos em Saigon. A partir deste momento, a vontade política de continuar a guerra foi dissipada, ou seja, os EUA perderam a lei moral que regia o conflito e conferia a base de sustentação doméstica necessária a continuação de qualquer guerra. Portanto, apesar de o Exército ter permanecido lutando até 1973, pode-se afirmar que os EUA foram derrotados já em 1968.

O legado da Guerra do Vietnã acabou por desenvolver-se em uma "síndrome", baseada na crença da necessidade de reforma da política externa e da cultura estratégica estadunidense. Além disso, a derrota no Vietnã desafiou a própria legitimidade da força militar dos EUA e do governo de Nixon, inaugurando um período transicional do pensamento político-estratégico e militar norte-americano. Como consequência deste trauma histórico,

acredita-se que esta síndrome acabou por inverter a lógica – estabelecida pelas obras de Mearsheimer (1981) e Clausewitz (2003) – de que a estrutura de força de um país deve se dar em função das suas considerações de Política Externa. Como vimos na introdução, o objetivo político – motivo original para a atividade bélica – deve determinar o objetivo militar a ser alcançado e o montante de esforço que ele demanda. Em suma, a política deve ser o motivo original, a grande orientação do perfil de força de um país e não o contrário. Acreditamos, portanto, que o Vietnã funcionou como uma conjuntura crítica, ou seja, um evento cujo impacto dá início a um padrão *path dependent*²⁵ distinto, um redirecionamento de trajetória que passará a apresentar novas especificidades (COLLIER; COLLIER, 1991; CAPOCCIA; KELEMEN, 2007; MAHONEY, 2000).

Se considerarmos que a criação do o Comando de Treinamento e de Doutrina Militar do Exército dos Estados Unidos (do inglês *United States Army Training and Doctrine Command*, TRADOC), em 1973, precedeu a promulgação da Doutrina Carter, em 1980, já há indícios que a hipótese esteja correta. As datas sugerem que a derrota no Vietnã foi traumática o suficiente para dar início a um processo imediato de reformas; e, somente sete anos depois, se pensou em um novo marco de política externa, a Doutrina Carter. Defendemos, portanto, que que teria sido invertido o caminho proposto por Mearsheimer (1981) e Clausewitz (2003). Logo, o objetivo do presente capítulo é analisar a sustentabilidade de tal hipótese.

Dada esta inversão, argumenta-se que as reformas se operariam de forma inadequada; elas seriam centradas no nível operacional, ao invés do nível estratégico. Estas reformas seriam focadas em profissionalizar as Forças Armadas e aumentar seu caráter expedicionário, reduzindo a função da ofensiva terrestre. O processo de profissionalização do perfil de força acabou operando uma divisão entre a sociedade e o exército; longe de incorporar a vontade da nação, o Exército estava agora alienado da sociedade que entendia incorporar. Isto traria, no futuro, consequências políticas negativas, principalmente no período da Guerra do Iraque (2003), fatos que serão abordados nos próximos capítulos.

²⁵*Path dependence* pode ser definida como uma sequência histórica na qual eventos contingentes colocaram em movimento padrões institucionais ou cadeias de eventos que possuem propriedades determinísticas (MAHONEY, 2000).

3.1 O DEBATE DOMÉSTICO SOBRE A SITUAÇÃO VIETNAMITA: O ANDAMENTO DO CONFLITO NA INDOCHINA E A PREPARAÇÃO DOS EUA PARA A INTERVENÇÃO MILITAR

A decisão norte-americana de intervir militarmente no Vietnã deve ser entendida em um contexto de Guerra Fria, ou seja, a constante competição entre as duas superpotências que emergiram da II Guerra Mundial: EUA e URSS. Na Europa, as zonas de influência eram bem estabelecidas e mutuamente aceitas: URSS controlava a zona controlada pelo Exército Vermelho no cerco da Alemanha nazista; já os EUA controlavam o resto do mundo capitalista, porção ocidental da região. A situação fora do continente, contudo, era menos definida: ao final da II Guerra Mundial, o fim dos Impérios coloniais era previsível, mas a futura orientação dos Estados pós-coloniais era incerta. Por isso, foi nessa área que as duas superpotências tiveram suas maiores disputas por expandir suas áreas de influência, tornando o conflito armado mais provável; embora forças de grande porte russas e americanas nunca tenham se enfrentado diretamente, conflitos *proxy* foram a marca do Terceiro Mundo durante a Guerra Fria (HOBSBAWN, 1995, p. 224-225).

Pouquíssimos Estados dos antigos Impérios coloniais atravessaram o período a partir de 1950 sem revoluções, caracterizando o Terceiro Mundo como uma região de persistente instabilidade social e política. Tal instabilidade era percebida pelos EUA como uma ameaça ao *status quo* global, decidindo combatê-la com todos os meios disponíveis: valiam-se desde ajuda econômica e propaganda ideológica até a guerra. Neste contexto, o Vietnã não foi exceção (HOBSBAWN, 1995, p. 422).

A origem do conflito na Indochina remonta a Guerra de Independência vietnamita. Em 1941, surgia no país asiático o grupo do Viet Minh, movimento de libertação comunista e nacionalista comandado por Ho Chi Minh, que buscava a independência nacional e o fim da ocupação pelo Império do Japão. Por isso, a partir de 1945, em um contexto de desgaste das forças francesas pós-II Guerra Mundial, passaram a disputar com a metrópole colonial o controle do país; dava-se início a Primeira Guerra da Indochina, que duraria até julho de 1954. Este conflito, contudo, não recebeu grandes atenções do sistema internacional inicialmente; somente na década seguinte, o cenário alterar-se-ia (VIZENTINI, 1988, p. 30-37).

A transição para os anos 1950 foi marcada pela fundação da República Popular da China e pela Guerra da Coreia, eventos interpretados por Washington como ameaças ao seu poderio global. Por isso, o país tentaria impedir a fundação de mais um Estado comunista em uma zona nevrálgica do globo, fornecendo auxílio financeiro e armamentos às forças

francesas em Saigon (SAUNDERS, 2009, p. 135). Contudo, o desgaste francês na II Guerra Mundial – juntamente com a inadequação das suas forças para enfrentar a guerrilha vietnamita – levaram ao fracasso do aliado americano. Por isso, em 20 de julho de 1954, foram assinados os Acordos de Genebra, estabelecendo um cessar-fogo na Indochina e a divisão temporária do Vietnã ao longo do paralelo 17. O Viet Minh deveria reagrupar-se ao norte da linha estabelecida e as forças francesas e seus aliados locais ao sul; em 02 anos, deveriam ser realizadas eleições livres para a escolha de um governo unificado (CURREY, 2002, p. 341-343; VIZENTINI, 1988, p. 37-44).

Essa solução, contudo, alarmava os EUA. Tão logo o Vietnã do Norte teve sua independência reconhecida, Ho Chi Minh tornou-se Primeiro Ministro, aliado ao General Vo Nguyen Giap, que ocuparia os cargos de Vice-Primeiro Ministro e Ministro de Defesa. Ambos contavam com popularidade na região, além de vasta experiência militar e o prestígio entre os países do Terceiro Mundo. Este quadro político dificultaria a vitória dos aliados americanos nas eleições seguintes e, possivelmente, a vitória em uma Guerra Civil, caso fosse necessário. E mesmo no sul a situação não era mais promissora nos olhos americanos: o governo de Ngo Dinh Diem, Primeiro Ministro do Vietnã do Sul, não possuía apoio popular e claramente perderia as eleições de 1956; além disso, de 50 a 70% das aldeias ao sul do paralelo 17 estavam sob influência ou controle do Viet Minh (CURREY, 2002, p. 349-351).

Por isso, os Estados Unidos – junto com Diem – iniciaram uma ofensiva contra os chamados “comunistas do sul”²⁶. Contudo, esta campanha violenta, juntamente com a inabilidade política e gerencial de Diem, obtiveram resultados negativos não-esperados: a atuação dos EUA na região transmitiu a ideia de que a potência estrangeira buscava substituir a França no comando da política nacional; tal mensagem disseminou medo entre a população local, motivando a fundação da Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul (FNL) ou “Vietcong”. Assim, a insurgência torna-se organizada a partir de um comando centralizado; neste momento, o rumo das eleições havia sido definido e, portanto, os EUA começam a planejar sua intervenção direta na Indochina (VIZENTINI, 1988, p. 45-54). A insurgência seria a forma característica de guerra praticada pelo Vietcong, durante a totalidade do conflito, sendo definida como:

²⁶Além de auxiliar na organização de um golpe político: em 1955, foi realizado um referendo abolindo o regime monárquico do Vietnã, criando a República do Vietnã liderada por Diem; contudo, há dúvidas se foram respeitadas normas democráticas de eleição, tendo em vista que foram registrados 605 mil votos, em uma área com apenas 450 mil votantes (TUCKER, 1998, p. 84).

[...] a protracted struggle conducted methodically in order to attain intermediary goals with an eventual aim of overthrowing the existing power structure²⁷ (GALULA, 1964).

O período entre 1955 e 1964 é marcado pelo crescimento exponencial das tensões militares envolvendo a Indochina. Diem, sabendo de sua provável derrota nas eleições previstas para 1956, fez esforços contínuos para postergá-las ou, inclusive, evitá-las. Simultaneamente, recebia lotes crescentes de armamentos estadunidenses, pois a potência aliada enxergava a belicosidade por trás de política de Ho Chi Mihn e Giap – vide tabela número 4. Por sua vez, Giap diversas vezes declarou a vontade de unificar o país; por isso, construiu uma linha de suprimentos para armar os ativistas do Vietcong, cujo centro de distribuição encontrava-se a menos de 120km de Saigon. A eficiência da insurgência contra o regime do sul era notável: em 1964, o Vietcong controlava 75% da metade sul do país e estavam em posição de realizar ataques de regimentos completos (CURREY, 2002, p. 367-370; 391; 399). Inclusive, os sul-vietnamitas, em novembro de 1963, prenderam e assassinaram o Presidente Diem, deixando a metade sul do país em um estado de caos e de sucessão de golpes de Estado.

Tabela 4 – Expansão do Auxílio Militar dos EUA ao Vietnã do Sul (1960-1964)

	1960	1961	1962	1963	1964
Staff militar estadunidense	875	3.164	11.326	16.236	23.310
Mortes por fogo inimigo	N.A.	01	31	77	137
Voos tácticos Força Aérea Americana	N.A.	N.A.	2.334	6.929	5.362
Aeronaves perdidos por fogo inimigo					
Aviões	N.A.	N.A.	04	14	30
Helicópteros	N.A.	N.A.	07	09	22

Fonte: Lewy (1978, p. 24).

Este cenário assustava os EUA, à época passando por uma transição governamental: em 22 de novembro de 1963, o Presidente John F. Kennedy fora assassinado e o governo passara as mãos de seu vice, Lyndon Johnson. Contudo, tal transição não afetou o desenvolvimento do conflito; quaisquer ilusões de que a mudança de liderança no líder do bloco ocidental significaria uma redução no intervencionismo estadunidense foram quebradas. Frente à instabilidade da política externa, dos avanços da guerrilha e das crescentes deserções

²⁷“É uma luta prolongada conduzida metodicamente a fim de atingir objetivos intermediários e, eventualmente, com meta final de derrubar a estrutura de poder existente.” (GALULA, 1964, tradução nossa).

do Exército de Saigon, Johnson decidiu que era o momento de desencadear a escalada militar, a fim da manutenção do regime capitalista do Vietnã do Sul.

Para este objetivo, ele teria de obter a aprovação do público e do Congresso. Inicialmente, o poder Executivo apoiou-se nos argumentos de defesa da credibilidade norte-americana e da teoria política do efeito dominó para tal (HIPPEL, 2003, p. 34). A teoria do dominó ganhou força com o Memorando de Robert McNamara, escrito em março de 1964, sendo seu ponto central que, se os EUA não conseguissem intervir e ajudar o Vietnã do Sul, isto enviaria uma mensagem ao restante do Sudeste Asiático de que os EUA não estavam verdadeiramente comprometidos em conter o comunismo. Segundo o Secretário de Defesa, uma vitória de Hanói na guerra colocaria o Vietnã à mercê do controle chinês e, conseqüentemente, todo o sudeste da Ásia. O Vietnã seria o caso-teste da credibilidade estadunidense, que deveria provar que poderia enfrentar o desafio global das guerras comunistas de libertação (UNITED STATES, 1964).

We seek an independent non-Communist South Vietnam. We do not require that it serve as a Western base or as a member of a Western Alliance. South Vietnam must be free, however, to accept outside assistance as required to maintain its security. This assistance should be able to take the form not only of economic and social measures but also police and military help to root out and control insurgent elements. Unless we can achieve this objective in South Vietnam, almost all of Southeast Asia will probably fall under Communist dominance [...] However, that fact accentuates the impact of a Communist South Vietnam not only in Asia, but in the rest of the world, where the South Vietnam conflict is regarded as a test case of U.S. capacity to help a nation meet a Communist "war of liberation."²⁸

Memorandum for the President by Robert McNamara, "South Vietnam," 16 March 1964 (UNITED STATES, 1964).

Contudo, o debate congressional sobre o conflito – apesar de breve – só chegaria ao fim após o incidente do Golfo de Tonkin. Foram reportados, em de agosto de 1964, dois ataques norte-vietnamitas aos navios estadunidenses, com destaque para o ataque ao destróier USS *Maddox*, em missão de vigilância e espionagem eletrônica secreta da costa da Indochina. Tais incidentes, portanto, permitiriam uma inflexão publicitária nos EUA: ao invés de apelar a questão ideológica da Guerra Fria, passou-se a tratar a intervenção no Vietnã como uma

²⁸ “Procuramos um Vietnã do Sul não-comunista e independente. Não exigimos que sirva como base ocidental ou como membro de uma aliança ocidental. O Vietnã do Sul deve ser livre, no entanto, para aceitar assistência externa necessária para manter sua segurança. Essa assistência deve ser capaz de assumir a forma não apenas de medidas econômicas e sociais, mas também de ajuda policial e militar para erradicar e controlar os elementos insurgentes. A menos que possamos alcançar esse objetivo no Vietnã do Sul, quase todo o Sudeste Asiático provavelmente cairá sob o domínio comunista [...] No entanto, esse fato acentua o impacto do Vietnã do Sul comunista não apenas para Ásia, mas para o resto do mundo, onde o conflito do Vietnã do Sul é considerado um teste da capacidade dos EUA de ajudar uma nação a enfrentar uma "guerra de libertação" comunista.” (UNITED STATES, 1964, tradução nossa).

retaliação sobre as vidas americanas perdidas. Em suma, os eventos de Tonkin deram à Johnson a oportunidade necessária para reunir apoio ao seu plano militar no Vietnã (CHERWITZ, 1978, p. 94-96).

The immediate dispatch of U.S. airplanes to bomb the North in response to the death of innocent American soldiers on the sinking of an innocent American ship could tap the romantic impulse of the American public and drum up sufficient support for a wider war. In 1964 the problem was how to widen the war in a legitimate way. Tonkin furnished the answer: it was provocation²⁹ (STAVINS; BARNET; RASKINS, 1971, p. 98³⁰ apud CHERWITZ, 1978, p. 97).

Tendo o apoio do público e do Congresso para dar início à ação militar no Vietnã, o pretexto “legal” para a intervenção foi apresentado pelo documento “*White Paper: aggression from the North*”, elaborado pelo Departamento de Estado dos EUA. De maneira concisa, o texto argumentava a necessidade dos EUA de sair em defesa de seu aliado, que sofria com os ataques do Norte há anos, sem qualquer respeito pelos Acordos de Genebra ou pela Carta da ONU. Colocava como meta não a conquista territorial, mas o reestabelecimento da paz e a garantia da manutenção do regime democrático do sul (UNITED STATES, 1965).

In Vietnam a Communist government has set out deliberately to conquer a sovereign people in a neighboring state. And to achieve its end, it has used every resource of its own government to carry out its carefully planned program of concealed aggression. [...] For more than 10 years the people and the Government of South Vietnam, exercising the inherent right of self-defense, have fought back against these efforts to extend Communist power south across the 17th parallel. The United States has responded to the appeals of the Government of the Republic of Vietnam for help in this defense of the freedom and independence of its land and its people (UNITED STATES, 1965)³¹.

Our objective, our strategy, is to convince the North Vietnamese that their Communist-inspired, directed, and supported guerilla action to overthrow the established government in the South cannot be achieved, and then to negotiate for

²⁹ “O envio imediato de aviões dos EUA para bombardear o Norte como resposta à morte de inocentes soldados americanos no naufrágio de um navio americano inocente poderia motivar o impulso romântico do público americano e angariar apoio suficiente para uma guerra mais ampla. Em 1964, o problema era como ampliar a guerra de maneira legítima. Tonkin forneceu a resposta: provocação” (STAVINS; BARNET; RASKINS, 1971, p. 98 apud CHERWITZ, 1978, p. 97, tradução nossa).

³⁰ Ralph Stavins, Richard Barnet, and Marcus Raskins, *Washington Plans An Aggressive War* (New York: Random House, 1971), p. 98.

³¹ “No Vietnã, um governo comunista se propôs, deliberadamente, a conquistar o povo soberano de estado vizinho. E para alcançar este fim, valeu-se de todos os recursos de seu próprio governo para executar seu programa cuidadosamente planejado de agressão oculta. [...] Por mais de 10 anos o povo e o governo do Vietnã do Sul, exercendo seu direito inerente de autodefesa, reagiram contra esses esforços de estender o poder comunista para o sul, depois do paralelo 17. Os Estados Unidos responderam aos apelos do Governo da República do Vietnã por ajuda nesta empreitada pela defesa da liberdade e independência das terras e do povo sul-vietnamita.” (UNITED STATES, 1965, tradução nossa).

the future peace and security of that country³² (MCNAMARA, 1965³³ apud BRIGHT, 2001).

Com todo o aparato politico-moral organizado para o conflito, o próximo passo seria a preparação das tropas. É sabido que Exércitos vitoriosos tendem a se preparar para a próxima guerra seguindo as mesmas linhas o último conflito; no caso dos Estados Unidos, isso significava a Segunda Guerra Mundial e, em menor grau, a Coréia. Por isso, o Exército que lutaria no Vietnã remeteria, ao menos judicialmente, ao modo tradicional de guerra. Contudo, na prática, estas forças seriam radicalmente diferentes.

As reservas, apesar de significativas, não contavam com boa preparação, especialmente para uma situação de contrainsurgência; apenas as Forças Especiais contavam com o treinamento adequado. Portanto, estas forças permaneceram nos EUA e as Forças do Exército Regular foram forçadas a suportar, sozinhas, o peso do conflito. Quando este quadro chegava ao limite, ao invés de preparar os reservistas para a luta armada, a reposição de forças se deu pelo serviço obrigatório. Este seria um erro crucial, pois colocava em campo soldados ainda mais inexperientes e extremamente jovens. Em suma, este não era o perfil de força adequado para a luta no Vietnã, pois não era o verdadeiro Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, ilusão esta que acarretaria a inevitável derrota do país e na transformação subsequente do perfil de forças dos EUA. Vejamos em mais detalhes.

Afirmar que o perfil de força estadunidense colocado em campo na Guerra do Vietnã não remetia ao verdadeiro Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra não é uma conclusão óbvia, tendo em vista que uma parcela significativa da academia utilizou o Vietnã como um estudo de caso para a crítica da conscrição, Max Boot (2003) como destaque. A chamada “escola de contra-insurgência”, representada pelo trabalho de estudiosos como Max Boot, Andrew Krepinevich, Guenter Lewy, Lewis Sorley e John Nagl, argumenta que a estratégia militar no Vietnã era irremediavelmente falha porque o Exército dos Estados Unidos estavam comprometidos com um conceito de guerra que enfatizava pesadamente poder de fogo esmagador, missões de busca e destruição e uso de forças convencionais, em vez de princípios clássicos de guerra de contra-insurgência (MCALLISTER, 2010, p. 95-96). Logo, a fim de sustentar esta hipótese controversa, torna-se necessário fazer uma retrospectiva

³²“Nosso objetivo, nossa estratégia, é convencer os norte-vietnamitas de que sua ação de guerrilha inspirada, dirigida e apoiada pelos comunistas para derrubar o governo estabelecido no Sul não terá sucesso e depois negociar a paz e a segurança futuras daquele país.” (MCNAMARA, 1965, In: BRIGHT, 2001, tradução nossa).

³³Robert S. McNamara, In *Retrospect: The Tragedy and Lessons of Vietnam* (New York: Times Books, 1995), p 190.

histórica do Exército nas décadas que antecederam o conflito, explicando o que tornou este perfil de força radicalmente diferente do utilizado nas duas Guerras Mundiais.

O exército estadunidense dos anos 50 e 60 contava com uma organização ampliada, sustentada pelo sucesso na II Guerra Mundial (anos) e na Guerra da Coréia. Inclusive, durante a administração do Presidente Eisenhower, foi produzido o Ato das Forças de Reserva de 1955, que projetava uma expansão das Reservas de Pronto-Combate para 2.900.000 homens até 1970. Contudo, às vésperas da Guerra do Vietnã, foi sugerido evitar a convocação de veteranos da Guerra da Coréia, extremamente desgastados pelo conflito recente. A ideia era contar com o apoio da população americana para o próximo conflito, evitando que estes soldados passassem por mais um período sacrificante. Por isso, determinou-se que as Reservas deveriam ser formadas por soldados que haviam sido recrutados após 1953, salvo veteranos voluntários. Este modelo de conscrição, contudo, serviu apenas para preencher os componentes de reserva com homens de valor duvidoso, que não estariam treinados para o combate em caso de conflito iminente (WEIGLEY, 1984, p. 527-530).

O Secretário de Defesa McNamara, logo que assumiu o cargo em 1961, percebeu o problema nas forças de reserva estadunidenses: elas precisariam de cerca de quatro a nove meses para chegar à prontidão de combate, e assim não poderiam servir em caso de confronto iminente. Assim, qualquer emergência consumiria rapidamente a reserva estratégica do Exército ativo, deixando o país em “maus lençóis”, ao menos em termos militares. Por isso, logo no início da administração Kennedy, McNamara anunciou um plano de reforma institucional e prática. Mais detalhadamente, além de centralizar o comando operacional das Forças Armadas na figura do Secretário de Defesa³⁴, a proposta de McNamara era reduzir a Guarda Nacional para 467.000 homens e a Reserva do Exército para 375.000. Com uma reserva menor, o orçamento de defesa poderia ser melhor direcionado ao treinamento de recrutas, permitindo com que as unidades prioritárias pudessem se deslocar a apoiar o Exército ativo em apenas quatro semanas. Seria, portanto, uma reserva menor, porém mais bem preparada (WEIGLEY, 1984, p. 531-532).

O argumento de McNamara sustentava-se na convicção da administração Kennedy de que a forma mais provável de combate em que o Exército poderia estar envolvido era uma guerra local limitada, semelhante à Guerra da Coreia. A razão disto era que, em 1953, havia-se chegado a détente nuclear, ou seja, um patamar de destruição mútua assegurada (HOBSBAWN, 1995, p. 227) que tornava um embate direto entre as potências improvável.

³⁴O Comando Maior Combinado das Forças Armadas passaria a controlar apenas a esfera tática e a preparação dos recrutas.

Observando a situação no Vietnã, Presidente Kennedy e o Secretário McNamara passaram a enfatizar a preparação para a guerra irregular complexa – conceito que abrange guerra psicológica, operações de contrainsurgência e guerra não convencional, a última incluindo subversão, fuga e evasão e guerrilha – e o treinamento aos moldes das Forças Especiais; não só isso, a administração resistia o envolvimento de tropas de guerra convencional. Contudo, a despeito dos esforços de McNamara, não foi possível deixar as reservas em estado de prontidão a tempo para a intervenção na Indochina; dada às restrições orçamentárias, foi difícil reorganizar a totalidade do Exército neste modelo de guerra (SAUNDERS, 2009, p. 133).

Por isso, quando a ação militar no Vietnã escalou, o Secretário de Defesa hesitou em recorrer às reservas. Em meados da década de 1960, o envolvimento militar americano no Vietnã exigia muito mais do Exército estadunidense do que o antecipado: na metade do ano de 1966, partes substanciais de cinco divisões do Exército e duas da Marinha estavam lá – a força das tropas americanas no país chegou a 320.000 homens e estava programada para avançar além de 400.000. Em suma, a guerra no Vietnã crescia e as reservas não puderam ser convocadas. Além da insuficiência do grau de melhoria das unidades de reserva, a mobilização de 1961 provocara descontentamento não apenas entre os reservistas chamados, mas extensivamente, em todos os seus estados e entre seus congressistas. O secretário agora trabalhava sob a intenção de um presidente de preservar um consenso de apoio popular para sua administração e a guerra do Vietnã. Assim, as reservas continuaram sem ser mobilizadas (WEIGLEY, 1984, p. 533-534).

Uma das principais consequências da não-mobilização das reservas seria a escassez de oficiais, sargentos e especialistas para atuar *in loco*. O perigo neste momento residia não somente em esgotar a reserva estratégica do Exército ativo, mas em incapacitar o Exército Regular como uma força de combate: estes soldados não foram organizados para travar uma guerra na escala do Vietnã sem a mobilização de algumas unidades de reserva, de especialistas, de apoio logístico e, especialmente, unidades de construção militar para o Vietnã. Além disso, rompia-se com uma importante tradição histórica: as reservas funcionavam como um dos principais elos do Exército com os cidadãos médios – os reservistas eram os militares conhecidos como soldados-cidadãos, característica principal do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Elas estavam no centro da tríade Governo-Exército-Povo, ao amarrar a responsabilidade pública pela mobilização e assegurar que o Exército não se divorciaria da sociedade novamente por meio de manobras executivas (LOCK-PULLAN, 2005, p. 47).

Esta situação deteriorar-se-ia com a decisão de Johnson pela escalada militar, entre fevereiro e julho de 1965; o presidente optou pelo início de uma campanha convencional contra as tropas do Norte e contra os Vietcongs infiltrados no território abaixo do paralelo 17. Seu objetivo era garantir a defesa das principais cidades e, simultaneamente, quebrar a coesão do país de Ho Chi Minh. Para isso, optou por uma estratégia tradicional de atrito e de missões de “busca e destruição”, estratégia essa que demandava massa de soldados. Frente à necessidade de enviar mais homens à Indochina e o despreparo das reservas - a maioria destreinada e, as poucas que haviam sido preparadas na administração Kennedy terem sido orientadas para a guerra irregular complexa - Johnson teria de buscar uma solução alternativa (SAUNDERS, 2009, p. 153)

A solução, em termos práticos, enquanto as reservas permaneciam desmobilizadas, seria recorrer ao sistema de conscrição para alimentar os déficits do Exército ativo. Contudo, isto significou que o Exército enfrentaria uma rotação de soldados excessivamente frequente; foram enviados 500 mil recrutas neste período (KHONG, 1992, p. 74). O período de serviço individual estava limitado em um ano e, em vez de substituir as unidades como um todo, havia uma rotação intraunidade que enfraquecia a coesão de grupo da mesma. Além disso, muitas tropas teriam sua capacidade de combate reduzida, frente à necessidade de treinar estes novos recrutas. E estes recrutas não recebiam o treinamento adequado – jovens despreparados para o combate foram enviados à lutar no Vietnã, levantando uma onda de protestos populares: o serviço seletivo ficou sob seu mais agudo ataque desde a Segunda Guerra Mundial (WEIGLEY, 1984, p. 534; 565).

Autores como Clausewitz (2003) enfatizam a importância da trindade povo, exército e governo, ou seja, argumentam que o Exército deve manter-se em estreita relação com o povo e com os objetivos políticos nacionais. A guerra deve ser a continuação da política por outros meios e, por sua vez, a política de um governo deve refletir as aspirações da população a quem responde. Dito de outra forma, a menos que o povo decida que uma guerra é, na verdade, de seu interesse, o Exército fracassará. Os Estados Unidos emergiram das duas guerras mundiais com ambas sua tradição militar fortalecida por um respeito mútuo entre soldados profissionais e cidadãos. No entanto, durante a Guerra no Vietnã, a relutância do Departamento de Defesa em recorrer às reservas de cidadãos e o alistamento de jovens inexperientes enfraqueceriam este elo. Como veremos na próxima seção, em termos táticos, nenhuma batalha foi perdida no Vietnã; perdeu-se o apoio doméstico para a continuidade do conflito.

3.2 A GUERRA DO VIETNÃ: BREVE DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CAMPANHAS E DA INSATISFAÇÃO POPULAR NOS EUA COM O CONFLITO

Cabe-se ressaltar que, neste momento, serão analisadas apenas as campanhas estadunidenses pós-julho de 1965. Esta opção foi tomada, tendo em vista que a participação anterior das forças estrangeiras se dava em termos de apoio – financeiro, de inteligência, treinamento ou logística – e não de combates. Foi no verão deste ano que o Presidente Johnson optou por “americanizar” o conflito, ou seja, tomar a dianteira das operações militares, deixando de se apoiar nas Forças Armadas da República do Vietnã.

Em seus relatórios para Washington Westmoreland descrevia um cenário de deterioração da situação militar. Logo, em 20 de julho de 1965, o Secretário de Defesa McNamara apresentou um relatório perante o presidente com três opções: primeiro, retirar-se do Vietnã; segundo, manter o patamar das forças dos EUA à época (75.000 homens, divididos em 14 batalhões de manobra e pessoal de apoio); ou, terceiro, expandir rápida e substancialmente a presença militar dos EUA no Vietnã. McNamara recomendou fortemente a terceira escolha, de triplicar a força de combate. Johnson concordou e em 22 de julho Washington autorizou a tamanha expansão. No final de 1965, quase 200.000 militares dos EUA estavam no Vietnã do Sul e Westmoreland projetava que o número alcançasse a marca de 600.000 homens até o final de 1967 (TUCKER, 1998, p. 116).

Uma vez em solo vietnamita, o objetivo militar dos EUA passou a ser o estabelecimento de um ambiente seguro e livre da violência inimiga, permitindo que o governo do sul funcionasse. A estratégia dos EUA para alcançar esse objetivo consistia em três elementos independentes: a campanha terrestre e aérea no Vietnã do Sul, o esforço de construção da nação no Vietnã do Sul e a ofensiva naval e aérea contra o Vietnã do Norte. É importante ressaltar que, em nível estratégico, o objetivo da construção de nação ficou relegado a segundo plano³⁵. Westmoreland argumentava que as tropas dos EUA não estavam na área há tempo suficiente para se familiarizar com ela ou desenvolver um relacionamento próximo com a população local; logo, não seriam os candidatos adequados para promover a pacificação e reconstrução do país (TUCKER, 1998, p. 118). Como veremos posteriormente, a ausência de um plano real de reconstrução de nação seria um componente crucial das derrotas estadunidenses em 1975 e 2003. Ao contrário do que argumenta Biddle (2006), em

³⁵Mesmo intelectuais estadunidenses, como Samuel Huntington, menosprezavam a importância da construção de nação. De acordo com Gawthorpe (2016, p. 7), Huntington estimulava que os EUA abandonassem pretensões de construção da nação no Vietnã do Sul e cedessem a tarefa para as instituições locais.

nenhum destes conflitos, pode ser considerado suficiente, após intervir militarmente, relegar todas as funções de construção de nação às instituições locais; elas não estavam consolidadas o suficiente para exercer tal função.

De todo modo, em 1965, a resposta de Washington foi recorrer à "resposta gradual" ou à lenta escalada como resposta estratégica – em terra, ar e mar. Iniciaremos com a análise das operações aéreas, não por serem menos relevantes, mas sim por terem produzido menores baixas americanas e menores impactos domésticos. Não serão trabalhadas as operações no mar, tendo em vista que o papel mais visível da Marinha dos EUA se deu nas operações da Sétima Frota de Porta-aviões. Ou seja, os vasos de transporte das aeronaves que participariam da Operação *Rolling Thunder* e que atuariam como apoio de fogo aproximado das operações terrestres (TUCKER, 1998, p. 121).

Dando sequência, no ar, a campanha ficou concentrada no norte e se deu de forma gradual, pois no início da campanha de bombardeio, Hanói não dispunha de aviões a jato, mísseis, menos de 20 instalações de radar e apenas algumas obsoletas antiaéreas. Contudo, em menos de dois anos, graças ao apoio da URSS, as forças de Ho Chi Mihn ostentavam o sistema de defesa antiaérea mais sofisticado do mundo: no final de 1966, possuíam cerca de 150 mísseis superfície-ar (do inglês, *Surface Air Missiles* - SAMs) e 70 caças de alta-performance MIG (do russo, *Mikoyan-Gurevich* – MIG – ou, do inglês, *Foxhound*)³⁶. Tanto que, no final de 1967, os pilotos da República Democrática do Vietnã (DRV, do inglês *Democratic Republic of Vietnam*) começaram a abater mais aeronaves dos EUA do que estavam perdendo. Frente a tal cenário, Washington intensificou o bombardeio do norte em 30%: de 10.000 voos por mês em 1966 para mais de 13.000 em 1967. No final da Operação *Rolling Thunder*, em 1968, os EUA haviam lançado mais de um milhão de toneladas de bombas no Vietnã do Norte, custando ao país mais da metade de suas pontes, praticamente todas as suas grandes instalações de armazenamento de petróleo e quase dois terços de suas usinas de geração de energia. Seu objetivo era claro: coagir os norte-vietnamitas a desistir de auxiliar a insurgência no sul (KHONG, 1992, p. 75; TUCKER, 1998, p. 118-124)

Nesta campanha aérea identifica-se a semente inicial do que viria ser a doutrina americana de “choque e pavor”, aplicada de maneira intensiva no Golfo (1991) e no Iraque (2003). A ideia por trás de bombardeios estratégicos sucessivos é a realização de ataques em profundidade sobre os territórios, buscando mesmo atingir a retaguarda das forças inimigas, interromper linhas de comunicação, de suprimentos e isolar as tropas e os insurgentes em

³⁶Curiosamente, apesar do desenvolvimento de SAMs e MIGs, dos 3.000 aviões americanos perdidos durante a Guerra do Vietnã, cerca de 85% foram abatidos por armas.

relação aos seus comandos, desacelerando os processos decisórios militares. Esta concepção de guerra se desenvolveria no que ficaria conhecido como golpes decapitantes e operações baseadas em efeitos, sendo seu objetivo a destruição da coesão moral inimiga, do tecido social do Estado adversário (quebrando a coesão entre governo e governados) e a eliminação do apoio da população ao esforço de guerra (ULLMAN, 2003).

Em suma, apesar de ser uma operação militar, a guerra aérea sobre o Norte era, na realidade, uma ferramenta política, destinada a forçar a DRV a desistir de seu apoio à insurgência no sul. Seus objetivos eram fortalecer a moral no Vietnã do Sul, deter a infiltração em seu território e assustar o Vietnã do Norte em direção à mesa de negociações. Contudo, nenhum destes objetivos foi alcançado. Primeiro, ao invés de fortalecer a situação moral do governo do Sul, apenas deteriorou a imagem internacional da coalizão estadunidense: na falta de uma analogia mais adequada, “quem é capaz de torcer para um Golias?”. Segundo, a Operação *Rolling Thunder* não afetou as capacidades militares vietnamitas; inclusive, as capacidades foram, de fato, expandidas através de grandes infusões de ajuda militar da URSS e China comunista. Portanto, a infiltração não foi interrompida. E terceiro, ao cabo da campanha aérea, Hanoi não demonstrou qualquer inclinação de iniciar negociações de paz; pelo contrário, a agressividade dos EUA fortificou o desejo popular dos norte-vietnamitas de vencer o conflito (TUCKER, 1998, p. 120). Como explicado por Earl Tilford:

Cluster bombs, napalm, herbicide defoliants, sensors dropped along the Ho Chi Minh Trail to monitor traffic and aid in targeting, gunships, and electro-optically guided and laser-guided bombs all promised much, and while some delivered a great deal of destruction, in the end technologically sophisticated weapons proved no substitute for strategy³⁷ (TILFORD, 1997, p. 330³⁸ *apud* TILFORD, 1998, p. 120).

Dado o fracasso da ofensiva aérea, os EUA passaram a enfatizar a campanha terrestre no Vietnã do Sul. Desde o princípio das operações, estava claro que o comandante das forças estadunidenses na Indochina, Westmoreland, não estava disposto a adotar um papel defensivo: ao longo de seu mandato, ele permaneceu comprometido com as operações de busca e destruição em larga escala, a tática militar padrão dos EUA entre 1965 e 1968. Ele acreditava que as operações de busca e destruição seriam a melhor forma de usufruir do poder de fogo e da tecnologia estadunidenses, infligindo um número significativo de baixas nas

³⁷“Bombas de feixes, napalms, desfolhantes de herbicidas, sensores lançados ao longo da trilha de Ho Chi Minh para monitorar o tráfego e para auxiliar na localização de alvos, helicópteros e bombas eletro-ópticas e guiadas por laser prometiam muito, e enquanto alguns causavam uma grande destruição, no final, armas tecnologicamente sofisticadas não foram substitutos para estratégia.” (TILFORD, 1997, p. 330, tradução nossa).

³⁸ Tilford, “Why and how the U.S. Air Force lost in Vietnam”, p. 330.

forças inimigas sem comprometer seus próprios soldados. Portanto, o *modus operandis* padrão era localização e destruição de forças comunistas por tropas terrestres aerotransportadas e apoiadas por artilharia. Westmoreland acreditava que tais táticas acabariam por desgastar o inimigo e forçá-lo à mesa de negociação. A crença de Westmoreland derivava de uma doutrina clássica de que a vitória dependia do atrito do oponente (TUCKER, 1998, p. 128).

Contudo, este modelo operacional partia de três pressupostos frágeis: a dependência de dados de inteligência superior e um número suficiente de tropas aerotransportadas; a suposição de que o combate havia se transformado de ações de insurgência e guerrilha para ações unitárias maiores; e, por fim, a assimetria na definição do que constituía perdas inaceitáveis. Estes pressupostos não se mostraram correspondentes à realidade; embora Westmoreland acreditasse que a guerra tinha se mudado para um conflito entre grandes unidades de guerra convencional, a análise dos documentos capturados das forças vietnamitas sugeriu que o embate na Indochina mantinha-se uma guerra de pequenas unidades de guerrilha (KISSINGER, 1969, p. 38).

Na verdade, em 1967, mais de 96% de todos os engajamentos dos EUA com as forças comunistas se davam frente à unidades de força equivalentes a uma companhia ou ainda menores. Inclusive, por causa deste erro de análise cometido pela inteligência estadunidense, a maioria das baixas estadunidenses se davam em emboscadas planejadas por estas pequenas tropas. A selva era muito espessa para as forças dos EUA para impedir a fuga das pequenas tropas de Ho Chi Minh; elas retornaram assim que os americanos deixavam suas posições. Sem perceber, Westmoreland estava de fato jogando para a estratégia comunista de prolongada guerra: o objetivo de Giap era atrair os americanos em batalhas periféricas, infligindo baixas e minando a vontade dos EUA de continuar a guerra (TUCKER, 1998, p. 131).

Entre 1966 e 1968, as forças aliadas ao bloco capitalista montaram 18 operações principais, com destaque para Attleboro, Cedar Falls e Junction City, as maiores operações de busca e destruição de sucesso orquestradas pelos EUA. Destacaram-se estas operações, pois elas demonstraram que mesmo uma série de batalhas bem sucedidas não se traduzem automaticamente em vantagem estratégica – a mobilização coletiva norte-vietnamita não cedia e continuavam a responder intensamente aos ataques americanos. Percebendo o início de seu fracasso, frente à mídia, as Forças Armadas dos EUA passaram a apresentar como

medida de seu sucesso a "contagem de baixas" (do inglês, *body count*)³⁹; contudo, números não falam por si. A verdade é que estas operações não tiveram um grande impacto na capacidade de Hanói em conduzir a guerra. E as baixas de cidadãos comuns estadunidenses continuavam a crescer (KISSINGER, 1969, p. 40).

The so-called 'kill-ratios' of United States to North Vietnamese casualties became highly unreliable indicators. Even when the figures were accurate they were irrelevant, because the level of what was 'unacceptable' to Americans fighting thousands of miles from home turned out to be much lower than that of Hanoi fighting on Vietnamese soil. [...]The North Vietnamese and Viet Cong, fighting in their own country, needed merely to keep in being forces sufficiently strong to dominate the population after the United States tired of the war. We fought a military war; our opponents fought a political one. We sought physical attrition; our opponents aimed for our psychological exhaustion. In the process, we lost sight of one of the cardinal maxims of guerrilla war: the guerrilla wins if he does not lose. The conventional army loses if it does not win. The North Vietnamese used their main forces the way a bullfighter uses his cape - to keep us lunging in areas of marginal political importance⁴⁰ (KISSINGER, 1969, p. 39-40).

O ponto de inflexão, ou seja, quando as tropas estadunidenses perceberam sua fragilidade no conflito, pode ser considerado a Ofensiva do Tet, de 1968. Conforme a estratégia de Giap, enquanto a atenção dos EUA foi fixada em lutas periféricas, os estrategistas militares de Ho Chi Minh estavam preparando a maior ofensiva terrestre do conflito. A Ofensiva Têt durou 25 dias, de 31 de janeiro a 24 de fevereiro e ela minaria, por completo, a vontade estadunidense de continuar na guerra (TUCKER, 1998, p. 136). Como explicado na seção introdutória deste capítulo, nesta empreitada militar norte-vietnamita, mais de trinta cidades foram atacadas simultaneamente, reduzindo o controle territorial americano, além de ter sido tomada a embaixada dos Estados Unidos em Saigon. É importante frisar que o Têt provou ser uma derrota militar para os comunistas, em termos de baixas. No entanto, fora uma derrota política para os norte-americanos.

O ataque coordenado norte-vietnamita surpreendeu os estadunidenses: desde 1965, os americanos foram constantemente assegurados de que a guerra estava sendo vencida e,

³⁹Por exemplo, alegava-se que um total de 50.000 tropas norte-vietnamitas foram supostamente mortas em 1967.

⁴⁰“Os chamados "índices de mortes" dos Estados Unidos para baixas norte-vietnamitas tornaram-se indicadores altamente inconfiáveis. Mesmo quando os números eram precisos, eram irrelevantes, porque o nível do que era "inaceitável" para os americanos, que lutavam a milhares de quilômetros de casa, era muito menor do que os de Hanói, lutando em solo vietnamita. [...] Os norte-vietnamitas e os vietcongues, lutando em seu próprio país, precisavam apenas manter-se fortes o suficiente para dominar a população depois que os Estados Unidos se cansassem da guerra. Nós lutamos uma guerra militar; nossos oponentes lutaram uma guerra política. Nós objetivamos atrito físico; nossos oponentes visaram nosso esgotamento psicológico. No processo, perdemos de vista uma das máximas primordiais da guerra de guerrilha: a guerrilha vence se não perder. O exército convencional perde se não vencer. Os norte-vietnamitas usaram suas principais forças da mesma forma que um toureiro usa sua capa - para nos manter em áreas de importância política marginal (KISSINGER, 1969, p. 39-40, tradução nossa).

contudo, os norte-vietnamitas foram capazes de retomar o controle de inúmeras cidades que estavam sob a tutela do maior e mais poderoso Exército do mundo. A Ofensiva do Tet convenceu o público de que os Estados Unidos estavam longe da vitória e destruíram a credibilidade da administração Johnson. Foi uma vitória psicológica e política para os vietcongues porque desafiou completamente a vontade do público americano de continuar na guerra. Como o símbolo final do fracasso americano, o Têt também persuadiu Johnson a não buscar a reeleição (KHONG, 1992, p. 76-77). Vejamos em mais detalhes.

The war in Vietnam was in no way lost on the battlefield. For the Army, the tactical success that it enjoyed in Vietnam did not lead to victory, therefore the loss of the war lay outside of the military and on a more strategic level. For them the strategic defeat was home grown and lost in Washington, DC, not in Vietnam (LOCK-PULLAN, 2005, p. 39).

A maior parte dos ataques do Têt começou na noite seguinte, na madrugada entre os dias 30 e 31 de janeiro. De imediato, as forças comunistas atingiram 36 das 44 capitais provinciais, 05 das 06 cidades autônomas, 64 das 242 capitais de distrito e cerca de 50 aldeias. Contudo, em termos estratégicos, destacam-se as ações em Saigon e Bien Hoa. No entorno da capital, aproximadamente uma zona de 30 milhas conhecida como "Saigon Circle", os comunistas empregaram o equivalente a mais de duas divisões foram capazes de invadir a embaixada dos EUA. Mais importante, contudo, os atacantes capturaram toda a cidade de Bien Hoa, que teve que ser retomada. A dificuldade de retomar Bien Hoa ficou evidente em 12 de fevereiro, quando os líderes aliados convocaram a parte mais significativa do poder aéreo estadunidense e intenso suporte de artilharia. Nos 25 dias que levou para retomar Bien Hoa, aproximadamente 50% da cidade foi destruída e 116.000 civis de uma população de cerca de 140.000 ficaram desalojadas. Em termos de baixas, o Exército dos EUA sofreu 74 mortos e 507 feridos, enquanto os fuzileiros navais dos EUA perderam 142 mortos e 857 feridos (TUCKER, 1998, p. 138).

Apesar das mortes norte-vietnamitas terem sido infinitamente maiores ao longo da ofensiva – as perdas excederam 37.000 mortos⁴¹ e incontáveis outros feridos frente aos 1.001 mortos ou incapacitados estadunidenses – e de, em geral, a ofensiva do Têt ter sido uma grande derrota militar comunista, ela pode ser considerada uma derrota política dos aliados. Em uma guerra de guerrilha, puramente considerações militares não são decisivas: o impacto dos fatores psicológicos e políticos é ainda maior sobre a vontade adversária de continuar o

⁴¹Aqui não estão inclusas as mortes de civis, que alcançaram a marca de 12.600 pessoas (TUCKER, 1998, p. 139).

confronto. A razão disto é que a meta em uma guerra de guerrilha não deve ser controle de território, mas sim o controle da população (KISSINGER, 1969, p. 38).

No caso estadunidense, em termos práticos, dois principais motivos causaram sua derrota nos anos seguintes. Primeiro, os esforços de pacificação do Vietnã do Sul sofreram um sério golpe com a retirada das tropas do campo para defender as cidades. Giap fora um brilhante estrategista, pois, ao levar os embates para a periferia, acabou deslocando as forças dos EUA da região populosa que era planície costeira para apoiar operações em interior remoto⁴². Uma vez que as unidades foram removidas dos deveres de pacificação, era virtualmente impossível restabelecer confiança dentro das aldeias; o sentimento entre os cidadãos do Vietnã do Sul era de que não havia áreas seguras para eles e, portanto, gradualmente se posicionavam junto ao Viet Cong. Em suma, os Estados Unidos não poderiam manter território e proteger a população simultaneamente. Ao optar por buscar a vitória através do atrito, a estratégia americana produziu o que veio a ser a característica característica da guerra vietnamita: sucessos militares que não poderiam ser traduzido em permanente vantagem política, dada a falta de uma estratégia concreta de construção de nação. É sabido que para que uma campanha de contrainsurgência bem-sucedida tem muitos requisitos, incluindo o estabelecimento de competência do governo, a instigação da pacificação, a verificação da força principal inimiga e a redução dos patrocinadores estatais da insurgência (CAVERLEY, 2010, p. 142; KIPPEL, 2003, p. 34; KISSINGER, 1969, p. 39).

Segundo, foi o momento em que a opinião pública americana deixou de apoiar o conflito. Além de abalar a crença doméstica no esforço de guerra, levantaram-se questionamentos - entre civis, mas também entre militares - sobre as habilidades estratégicas dos líderes políticos e dos oficiais estadunidenses (DADDIS, 2013, p. 359-360). Esse *shift* de opinião teve duas principais facetas: a mídia e os movimentos de contracultura anti-guerra. A faceta midiática é fácil de identificar, tendo em vista que muitos formadores da opinião pública saíram vigorosamente contra a guerra. Exemplo disso fora o apresentador de televisão da CBS, Walter Cronkite (1968), que declarou, em seu especial sobre o Têt de 27 de fevereiro, o seguinte:

To say we are closer to victory today is to believe, in the face of the evidence...optimists who have been wrong in the past. To suggest that we are on the verge of defeat is to yield to unreasonable pessimists. To say we are mired in stalemate seems the only realistic yet unsatisfactory conclusion. It is increasingly clear to this reporter that the only rational way out would be to negotiate...as an

⁴²Oitenta por cento das Forças americanas se concentraram em áreas que contenham menos de 4% da população (KISSINGER, 1969, p. 39).

honorable people who have lived up to their pledge to victory and democracy and did the best they could⁴³ (CRONKITE, 1968).

Os movimentos de contracultura anti-guerra merecem maior atenção. Os jovens da década de 1960 iniciaram um processo de negação do sistema, criando o estereótipo hippie, que consideravam o oposto do da classe média dos anos 1940 e 1950. Esses jovens viam nessa classe média o retrato da sociedade de consumo sistematizada e previsível e, portanto, lançaram a ideia de uma sociedade alternativa, abrindo mão da sociedade de consumo para viver da forma mais espiritualizada e humana possível e adotando hábitos distintos dos que dominavam o mundo ocidental. O movimento reviu o papel da religião em uma sociedade embriagada com a ciência, abraçando – principalmente – o erotismo hiperbólico, a psicodelia e a sexualidade da religião Zen (“faça amor não faça a guerra”). O cunho político do movimento, juntamente com a doutrina Zen, trouxe a tona uma nova noção de revolta – o Zen Beat – cuja principal forma de protesto era uma manifestação pacifista de cunho social, chamada de Flower Power. O Zen Beat lutava, principalmente, pelo fim da Guerra do Vietnã (HARRISON, 1993, p. 107). E gradualmente outros setores da sociedade abraçaram a sua causa, tais como o Movimento por Direitos Civis, o Movimento Feminista, o Movimento Negro e movimentos estudantis.

Por isso, pode-se concluir que o início de 1968 foi um divisor de águas político nos Estados Unidos. Em fevereiro daquele ano, o presidente Johnson pediu ao ex-secretário de Estado Dean Acheson para empreender um estudo da situação do Vietnã. Para o desânimo de Johnson Acheson concluiu que os Estados Unidos não poderiam esperar ganhar sem compromisso ilimitado de recursos, e mesmo com isso pode levar cinco anos. Ele também reafirmou a Johnson que a opinião pública americana havia se voltado contra a guerra. E mesmo conselheiros militares desestimulavam a continuidade do conflito. Contudo, sabendo que a derrota no Vietnã poderia manchar sua credibilidade como Presidente e, mesmo, a credibilidade do país, Johnson não tomou atitudes de imediato (SAUNDERS, 2009, p. 135). Em fevereiro de 1968, McNamara havia deixado seu cargo como Secretário de Defesa. Como seu sucessor, Johnson nomeou Clark Clifford, e pediu uma avaliação de sua política com relação ao Vietnã. Esta avaliação ocorreu logo após o pedido formal de Westmoreland por um regimento adicional de fuzileiros navais e de uma brigada da 82ª Divisão Aerotransportada;

⁴³“Dizer que estamos mais próximos da vitória hoje é acreditar, diante das evidências... otimistas que estiveram errados no passado. Sugerir que estamos à beira da derrota é render-nos a pessimistas irracionais. Dizer que estamos atolados em impasse parece ser a única conclusão realista, ainda que insatisfatória. Está cada vez mais claro para este repórter que a única saída racional seria negociar... como um povo honrado que cumpriu sua promessa de vitória e democracia e fez o melhor que pôde” (CRONKITE: 1968, tradução nossa).

sua justificativa era tomar a iniciativa enquanto as forças inimigas se reestruturavam após o Têt. Tendo recém assumido o cargo, Clifford pediu a Johnson que não tomasse uma decisão imediata sobre as tropas solicitadas e recomendou uma revisão completa da política do Vietnã (TUCKER, 1998, p. 143-146).

A nomeação de Clifford foi, na prática, uma tentativa de encontrar uma segunda opinião mais otimista sobre a situação na Indochina. A ilusão de Johnson de que a guerra ainda poderia ser salva pode ser explicada pela teoria de *misperceptions* em Relações Internacionais. De acordo com Jervis (1976, p. 30), estadistas altamente conscientes e competentes percebem erroneamente seus ambientes, podendo tomar decisões inadequadas. O Presidente americano acreditava que a escalada traria uma vitória rápida no Vietnã e que salvar o Vietnã era considerado importante o suficiente para justificar o alto preço de vidas esperado. Isso nos leva a olhar para essa e outras ações americanas em termos de crenças sobre "efeitos de dominó", crenças que deixariam pouco objetiva a visão de Johnson sobre o conflito.

A análise de Clifford, contudo, fora menos otimista do que esperava Johnson: em reuniões com líderes militares, Clifford não encontrou garantias de que o envio de tropas adicionais alcançaria a vitória estadunidense. Na verdade, ele concluiu que Hanoi certamente poderia corresponder a esta escalada militar e o sul não poderia mais oferecer ajuda militar real às tropas americanas. Por isso, Clifford recomendou uma mudança de operações de busca e destruição para operações de pacificação, o que permitiria aos americanos controlar e apaziguar as principais áreas povoadas, enquanto a maior parte dos combates seria deslocado para as forças do Exército do Vietnã do Sul. O objetivo passaria a ser um acordo negociado em vez de uma vitória militar absoluta. Johnson acatou as sugestões de seu Secretário, diminuindo ainda mais os reforços recomendados por Clifford, autorizando a mobilização de apenas 13.500 homens, o suficiente para restaurar a reserva estratégica e dar tempo para que o Vietnã do Sul passasse à frente dos combates. Além disso, ele decidiu trazer o general Westmoreland para casa como chefe do Estado Maior do Exército. A baixa probabilidade de uma vitória militar estadunidense tornou o desengajamento a única alternativa para o país (TUCKER, 1998, p. 147-148).

Neste cenário, em 13 de maio de 1968, davam-se início às negociações de paz em Paris. Contudo, estas negociações se arrastariam durante cinco anos, durante os quais morreriam mais americanos que nos anos anteriores de conflito. Inclusive, o ano de 1968 fora o mais sangrento da guerra: as baixas vietnamitas totalizariam 27.915 e as dos americanos 14.584 (um aumento de 56% em relação a 1967). Isso se daria, pois Johnson pedira ao

General Abrams para manter a pressão militar sobre o Vietnã do Norte, para convencê-los de que eles não poderiam vencer a guerra no campo de batalha (TUCKER, 1998, p. 154).

Em 1969, em meio às negociações de paz, Richard Nixon – candidato da oposição – assumiria a Presidência dos EUA. Apesar de, no início de seu mandato, Nixon ter intensificado os esforços de guerra, o Presidente logo abandonou esta estratégia e dedicou-se a Vietnamização do conflito. A dupla Nixon-Kissinger – seu Secretário de Estado à época – percebeu que a continuidade da guerra já havia custado aos EUA a sustentação doméstica para o conflito⁴⁴ e poderia custar o apoio internacional para suas outras políticas no bloco ocidental. A perda de vidas americanas já não era mais aceitável e a violência começara a ser vista com maus olhos no S.I.. Em outras palavras, a partir de 1968, a vontade política de continuar a guerra havia desaparecido (MCALLISTER, 2010, p. 123; TUCKER, 1998, p. 154-159).

O Exército, dependente de recrutas que não tinham mais motivação para lutar, começou a perder eficácia e começou a desmoronar. Frente a isso, Richard Nixon foi forçado a repensar o perfil de força de seu país. Portanto, ainda em 1969, nomeou um grupo de especialistas para dar início a reforma do perfil de força estadunidense: a Comissão Gates apresentaria um plano para eliminar o recrutamento e avançar para uma força armada de voluntários. Erroneamente, a Comissão havia interpretado o Vietnã como uma derrota militar e não política, sugerindo, assim, uma reforma que traria um legado problemático aos EUA (LOCK-PULLAN, 2005, p. 36).

A partir desse momento, abandonava-se a herança da era da Segunda Guerra Mundial – o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, sustentado sobre o serviço seletivo. A proposta de um Exército de Voluntários (do inglês *All Volunteer Army*, VOLAR) fora o símbolo da divisão entre a sociedade e o exército; longe de incorporar a vontade da nação, o Exército estava agora alienado da sociedade que entendia incorporar. Gradualmente, a profissionalização do Exército americano se tornaria sinônimo de uma desumanização do perfil de força estadunidense, o enfraquecimento das considerações estratégicas de guerra e a fragilização da imagem internacional do país.

⁴⁴A dupla havia esquecido o papel da opinião pública em uma democracia: como as esperanças de paz diminuía, o movimento anti-guerra nos Estados Unidos tornou-se ainda mais poderoso, apoiados por inúmeros representantes no Congresso, advogando pela desescalada no papel dos EUA no Vietnã. (TUCKER, 1998, p. 154-159).

3.3 O *AFTERMATH* DA GUERRA: A HUMILHAÇÃO DA DERROTA ESTADUNIDENSE, A CRIAÇÃO DO TRADOC E AS TENTATIVAS DE EXTRAIR LIÇÕES DO VIETNÃ

Apesar de ter sido apenas em 1973 que as forças dos EUA finalmente saíram da Indochina (e a guerra só chegaria ao fim em 1975, com a vitória das tropas Ho Chi Minh), o trabalho não se concentrará nestes últimos cinco anos. Este período ficou caracterizado por uma inércia militar, ou seja, permaneceu-se lutando até que o país pudesse extrair-se do "atoleiro" com alguma dignidade diplomática – leia-se esforços de pacificação – e até que se finalizasse a Vietnamização da guerra. Mais importante do que descrever este período é analisar em detalhes as reformas no perfil de força dos EUA que estavam ocorrendo concomitantemente em âmbito doméstico. No período pós-Têt, enfatizava-se a necessidade de uma nova concepção do Exército estadunidense.

A intervenção americana na Guerra do Vietnã (1964 – 1973) foi interpretada como uma grande humilhação, pois – apesar de seu imenso poder militar e econômico – os norte-americanos falharam em seu objetivo de conter as milícias comunistas do Vietnã do Norte. Conforme o dispêndio econômico e de pessoal aumentou, sem obter resultados satisfatórios no conflito, a vontade política de continuar a guerra foi dissipada; os EUA acabaram por perder a base de sustentação doméstica para a continuidade do conflito, sendo obrigados a se retirarem do país em 1973. Dava-se início a um período de crescente fragmentação social, de fracasso da cultura estratégica americana e de crescente insatisfação com o governo Nixon. Portanto, é possível inferir que o descontentamento pós-Vietnã motivou uma reformulação do perfil de força dos EUA, visto que a legitimidade da força militar dos EUA encontrava-se em xeque (LOCK-PULLAN, 2006, p. 26-43).

Aqui cabe uma ressalva. Não significa que não houve pequenas alterações nas Forças Armadas estadunidenses antes de 1973. Como fora dito nas seções anteriores, McNamara e Nixon realizaram algumas iniciativas de mudança militar, como a volta para a guerra irregular complexa e a Comissão Gates, respectivamente. Contudo, estas foram iniciativas preliminares, que não alcançaram resultados de porte antes do final da guerra. Somente em 1973, iniciou-se um esforço coordenado de âmbito nacional para reestruturar completamente o perfil de força dos EUA, que transformaria sua identidade – abandonando o modelo do Exército de cidadãos em prol de uma força profissionalizada e centrada em tecnologia. Por isso, toma-se 1973 como o real marco de reforma militar.

Para compreender como se processaram tais reformas, é importante analisar quais foram as principais lições que as lideranças militares dos EUA extraíram do conflito. Para resumir, os seguintes fatores eram colocados como as razões da humilhante derrota dos EUA: primeiro, a falta de apoio do público e do Congresso norte-americanos; segundo, a falta de uma delimitação precisa dos objetivos políticos-estratégicos; terceiro, uma dissintonia entre o Poder Executivo e as forças militares; e, quarto, a decrescente mobilização nacional e as falhas na convocação das reservas (LOCK-PULLAN, 2005: 35-43).

A importância deste último item não pode ser menosprezada: o ressentimento que se acumulou no período de 1968 a 1973 (mortes de inúmeros cidadãos médios americanos, que haviam sido recrutados para lutar em uma guerra que não usufruía de apoio doméstico) é crucial para o entendimento a prioridade colocada pelo Exército em ter apoio público e apoio do Congresso depois da guerra. A interpretação feita pelos militares fora de que, no Vietnã, os revolucionários estavam engajados em uma guerra de espectro total, que Tilly (1992) define como um conflito que perpassa todas as esferas societárias, enquanto os Estados Unidos estavam envolvidos em uma guerra limitada, por isso a dinâmica do conflito se afastou dos americanos; quando luta-se uma guerra total, o comprometimento da população como um todo é mais intenso e, por isso, suportam-se maiores perdas e custos. Em suma, para o Exército, foi o fracasso da "vontade nacional" que foi responsável pela perda da guerra, à medida que diminuiu o apoio público à guerra.

When the Army is committed the American people are committed, when the American people lose their commitment it is futile to try to keep the Army committed⁴⁵ (WEYAND; SUMMERS, 1976⁴⁶ *apud* LOCK-PULLAN, 2006, p. 42).

O legado da Guerra do Vietnã se tornaria uma "síndrome", deformando e reformando a cultura estratégica dos EUA - principalmente no que remete às Forças Armadas e o modo de pensar intervenções (DICICCO; FORDHAM, 2018, p. 13). O trauma do Vietnã moldou as tendências de atitude dos líderes que arquitetariam as reformas da década seguinte; por isso, a reconstrução do Exército se concentrou mais em reconstruir sua identidade, em vez de acumular lições sobre como combater contra-insurgências no futuro. Essa nova identidade seria centrada em uma profunda suspeita do Exército com relação ao Executivo, em vez de uma apreciação da estratégia das deficiências de seu estilo operacional no Vietnã (LOCK-

⁴⁵“Quando o Exército está comprometido, o povo americano está comprometido; quando o povo americano deixa de estar comprometido, é inútil tentar manter o Exército comprometido” (WEYAND; SUMMERS, 1976 *apud* LOCK-PULLAN, 2006, p. 42, tradução nossa).

⁴⁶Weyand and Summers, ‘Vietnam Myths and Military Realities’, p. 36.

PULLAN, 2005, p. 43). Em termos práticos, seria centrada no abandono da estratégia de atrito (evitar, ao máximo, mortes de soldados americanos) e na eliminação do serviço seletivo, que estava sofrendo seu mais poderoso ataque na história, para retomar as graças da opinião pública e congressional. E este abandono do serviço seletivo significaria a transferência da responsabilidade de combate para uma força profissional (em uma interpretação Clausewitziana, a identidade e a configuração do Exército mudaram de sua identidade social como nação em guerra para profissionalização em combate, interrompendo a tríade nacional).

O principal marco organizacional de promoção destas mudanças foi o estabelecimento do Comando de Formação e Doutrina (do inglês *United States Army Training and Doctrine Command*, TRADOC) em 1973, concebido pelo general William E. DePuy. Nesta época, o Exército estava em processo de recuperação dos numerosos efeitos da guerra do Vietnã e profundamente no desafio do VOLAR. O Exército estava preocupado - inevitavelmente e compreensivelmente - com problemas de moral, motivação e em abordar os efeitos institucionais mais básicos que a guerra trouxera. Simplificando, a missão do TRADOC, sob DePuy, era repensar a forma como o Exército estava organizado, como havia treinado suas forças e qual deveria ser a ênfase das reformas das décadas de 1970 e 1980 (LOCK-PULLAN, 2005, p. 54). E a conclusão alcançada era de que o foco deveria ser na profissionalização dos soldados, no treinamento contínuo, na constante modernização tecnológica e no desenvolvimento de doutrina.

A profissionalização tornou-se a ênfase do Exército, pois permitiria – nessa perspectiva - lutar uma guerra curta e intensa, com mínimas baixas estadunidenses. Para alcançar esta meta as palavras-chave, para DePuy, eram treinamento, liderança e doutrina. Treinamento, aqui, significava implementar o desempenho do soldado individual, ao equipá-lo com recursos de última geração e ensiná-los a maneira mais eficiente de operá-los. A ênfase aqui deixava de ser na estratégia, mas na tática e, por esta razão, foram escritos pelo menos 40 manuais de “como lutar” que instruiriam todos os combatentes sobre o campo de batalha moderno. As instruções para formação de lideranças refletiriam o mesmo pensamento, de focar em uma formação baseada em desempenho e no emprego eficiente de recursos humanos e tecnológicos. Para DePuy, havia uma inter-relação entre treinamento e armamento: o campo de batalha moderno estava lançando novas demandas e o Exército deveria estar equipado, liderado e treinado para enfrentá-las. (LOCK-PULLAN, 2005, p. 54-65)

Em termos de doutrina, DePuy pretendia organizar o Exército para empregar e manter as armas modernas que podem impulsionar o resultado rápido e absoluto no campo de

batalha⁴⁷. Por isso, o debate sobre qual seria a nova doutrina estadunidense girou em torno da experiência israelense de 1973, particularmente na frente do Golan e no conceito de Batalha em Profundidade. Este conceito foi desenvolvido pelo general Donn Starry, enviado a mando de DePuy para trabalhar com o Exército israelense e investigar possíveis lições a serem extraídas da Guerra de Yom Kippur para os EUA (DUNSTAN, 2003a, p. 50-67). Inaugurar-se-ia o debate doutrinário que definiria as diretrizes da reforma do perfil de força estadunidense, debate este centrado nas lições da vitória israelense em 1973 e nos dois conceitos operacionais extraídos do conflito: a Defesa Avançada e a Batalha em Profundidade, esta última precursora da Batalha Ar-Terra, que correspondiam às dinâmicas das duas frentes de combate, o Sinai e o Golã, respectivamente (LOCK-PULLAN, 2006, p. 55-58).

O conceito de Defesa Avançada pode ser encontrado nos argumentos de Mearsheimer (1982) sobre a Frente Central da OTAN. De acordo com o autor, a OTAN não seria capaz de vencer o Pacto de Varsóvia em uma guerra convencional, mas conseguiria negar à URSS uma vitória rápida, transformando o conflito em uma guerra de atrito. Em mais detalhes, buscar-se-ia repelir tentativas de uso da força pelo inimigo antes que este consiga penetrar em seu território, através do estabelecimento de uma cunha, um enclave fortificado que ameace a retaguarda inimiga e sua linha de suprimentos. Assim, seria possível defender o território, provocando uma alta taxa de atrito ao adversário.

Embora Mearsheimer (1982) não tenha citado formalmente o combate na frente do Sinai, na Guerra de Yom Kippur, existem semelhanças impressionantes entre a experiência israelense e o conceito desenvolvido pelo autor. Em 1973, a fim de conter o avanço egípcio, para além do Canal de Suez, o israelense Ariel Sharon organizou a Operação Gazelle, que estabeleceu um enclave fortificado capaz de ameaçar à retaguarda inimiga, além de servir como base para o envio de tropas para, de fato, cortar as linhas de suprimentos do 2 e 3 Exércitos egípcios – assegurando, assim, a defesa do território israelense. Na ocasião, três divisões israelenses foram responsáveis pela manobra e obtiveram excelentes resultados: os 2º e 3º exércitos egípcios foram paralisados e, graças ao atrito infringido aos adversários, reverteu-se a vantagem árabe (ALONI, 2001, p. 48-58; DUNSTAN, 2003b, p. 85-90).

Já o conceito de Batalha em Profundidade foi desenvolvido pelo próprio Starry, inspirado pela atuação israelense na frente norte. Nas colinas do Golan, Israel conseguiu uma impressionante vitória contra a Síria graças à iniciativa das divisões Laner e Musa, a despeito

⁴⁷Simultaneamente, ainda buscava-se a modernização nuclear, a fim de manter o equilíbrio atômico em um período de Guerra Fria (LIEBER; PRESS, 2006, p. 11-12).

de uma desproporção inicial de homens (1:7) e tanques (1:8) significativa. As duas divisões orquestraram uma manobra de “pinça”, com a atuação combinada das forças aérea e em terra, que foi capaz de cortar a comunicação e as linhas de suprimento entre a 1ª Divisão síria e as forças na retaguarda (DUNSTAN, 2003a, p. 50-67; TOFFLER; TOFFLER, 1993). A rapidez da reversão da desvantagem inicial por Israel e a crença de semelhanças significativas entre o teatro israelense no Oriente Médio e o teatro estadunidense no Fronte Central da OTAN inspiraram Starry a desenvolver uma doutrina análoga a ser aplicada no advento de um conflito com a URSS. A ênfase dos EUA, depois de uma desastrosa guerra periférica, seria na Europa (ou, como era chamada militarmente, Fronte Central da OTAN), sua principal área de influência.

A crença da semelhança girava tanto em termos de equipamentos quanto de escala. Em primeiro lugar, sabendo que Israel e Síria lutavam com equipamento de última geração estadunidense e soviético, respectivamente, acreditava-se que o embate havia funcionado como uma simulação, ainda que em escala reduzida, de um possível enfrentamento entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia na Europa (MAHNKEN, 2008, p. 129-131). Em segundo lugar, de fato havia um cenário semelhante no quesito de desproporção numérica no Front Central da OTAN (1:5). Estes dois fatores, somados ao desejo de utilizarem-se apenas capacidades convencionais, evitando o recurso a armas nucleares e o custo político que isso implicaria, inspiraram Starry a desenvolver o conceito de Batalha em Profundidade, que precedeu o desenvolvimento da doutrina da Batalha Aeroterrestre. O general acreditava que a OTAN deveria valer-se de ataques em profundidade na retaguarda inimiga (combustíveis, munições e tropas) com sincronia entre as forças terrestres e aéreas (LOCK-PULLAN, 2006, p. 71-98).

Starry estabeleceu dois pontos de partida para o desenvolvimento de sua doutrina: a correlação de forças geral não importa e a iniciativa é o principal elemento de definição. Seu objetivo era formular uma doutrina que substituísse o papel do atrito por poder aéreo de fogo aproximado e mobilidade, combinando o conceito de defesa ativa com ataques em profundidade sucessivos em uma mesma batalha. Portanto, desenvolveu o conceito de Batalha em Profundidade. A partir dos trabalhos de Toffler e Toffler (1993), descreve-se esta nova forma de combate sendo baseada em operações em profundidade, manobras de ação indireta, ataques aéreos decapitantes e operações especiais, com integração entre forças aéreas, terrestres e navais, tudo isso presidido pelo uso intenso de tecnologia. Desta maneira, a guerra opera de forma curta, com poucas baixas e custo limitado.

O conceito acima possui implicações relevantes. Primeiramente, definem-se ataques em profundidade como aqueles capazes de atingir a retaguarda inimiga, de forma a destruir

seus escalões de reserva e de interromper as linhas de suprimentos, comunicações e transportes das tropas adversárias, isolando-as de seu comando e rompendo seu processo decisório. Para tanto, tornam-se imprescindíveis os bombardeios de interdição – colocando como alvos principais as infraestruturas de transporte, energia e comunicação – e de ataques decapitantes contra o próprio comando. Entretanto, o sucesso destas operações depende da manutenção da superioridade/supremacia aérea e supressão de defesa antiaérea (da sigla em inglês, SEAD), elementos que garantem a segurança de sistemas contra SAMs ou outras aeronaves e o livre acesso a qualquer parte do território inimigo (LOCK-PULLAN, 2005, p. 682-684; SALMINEM, 1992, p. 33-36).

O debate foi definido em torno deste segundo polo, dada à vitória israelense na Guerra do Líbano (1982). A Guerra foi caracterizada pelo uso de brigadas paraquedistas na tomada das principais cidades – tanto no litoral (Tiro, Sidon, Damour) quanto na faixa central do Líbano (Jezzine) –, pela presença de forças de operações especiais e o apoio de helicópteros de combate nas cidades e, principalmente, pelo uso combinado de blindados e força aérea, a fim de avançar sobre o território libanês e destruir as baterias antiaéreas sírias, elementos típicos da Batalha Aeroterrestre. Inclusive, as operações da Força Aérea Israelense no Vale do Bekaa e as operações terrestres na Marcha para Beirute podem ser consideradas versões antecipadas do que ocorreria durante a Guerra do Golfo (1991), na Operação Tempestade no Deserto. Valendo-se deste modelo de combate, Israel chocou o mundo com a velocidade que alcançaram a vitória, estarrecendo os EUA, um país ainda traumatizado pela experiência no Vietnã. Em outras palavras, o sucesso israelense motivaria o TRADOC orientar a reformulação das forças armadas nos moldes da Batalha Ar-Terra: privilegiar-se-ia o profissionalismo militar, a mobilidade estratégica, a construção de um contingente de deslocamento rápido (e do seu apoio de artilharia aérea) e o desenvolvimento de novos sistemas de armas altamente tecnológicos, visando à obtenção de uma vitória rápida e fulminante. Esta reforma era incrivelmente sedutora: a ideia uma guerra que atingisse de forma breve a vitória absoluta e com poucas baixas, tinha a aprovação da totalidade da sociedade estadunidense, ou seja, militares e civis. Para atender as demandas práticas desta nova doutrina de guerra, operou-se uma reestruturação do perfil de força estadunidense (LOCK-PULLAN, 2006, p. 71-98).

Esta reforma foi muito influenciada, em termos táticos e operacionais, pelas lições que o General Don Starry extraía quando esteve à frente das forças dos EUA no Vietnã. São elas: o uso fragmentado dos batalhões de cavalaria (utilizados apenas como apoio às tropas de infantaria); o fato de a cavalaria aérea dever ser utilizada ativamente para missões de

reconhecimento, além de missões de combate; a necessidade de treinamento das unidades logísticas para o combate (assim, passariam a funcionar como uma arma do Exército, não um serviço); e, por último, a conclusão de que o emprego de forças combinadas deveria ser a prioridade para o Exército nos próximos conflitos (STARRY, 2002, p. 220-227). Essas lições acentuavam a tendência de uma força menor, mais profissionalizada e com uma ênfase em tecnologia. O custo que as sugestões de Starry implicariam forçaria uma decisão entre tecnologia e massa.

Esta reforma foi validada pela introdução da Doutrina Carter (1980). Enfatiza-se a palavra validada: o contrário do que previam os trabalhos de Clausewitz (2003) e Mearsheimer (1981), a política não foi o elemento norteador das alterações no perfil de força; o trauma do Vietnã fora tão forte que conseguiu subverter esta lógica, funcionando como uma conjuntura crítica. Jimmy Carter chegou ao poder nas eleições de 1976, graças à crescente impopularidade do partido republicano⁴⁸, com o objetivo de melhorar a imagem do país no cenário internacional, no período pós-Vietnã. Portanto, passar-se-ia a focar a defesa da democracia, dos direitos humanos e da autodeterminação das nações (MARTEL, 2015, p. 282-283). Entretanto, o retorno aos direitos humanos é logo abandonado. Os eventos de 1979 no Oriente Médio – a assinatura dos Acordos de Camp David entre Israel e Egito, a Revolução Islâmica Iraniana, a eclosão da Guerra Irã-Iraque e a invasão soviética no Afeganistão – levantaram preocupações nos EUA, motivando uma significativa reorientação de política externa sintetizada na publicação da Doutrina Carter, em 1980 (PEROSA JUNIOR, 2013, p. 98-100).

A nova Doutrina previa que os EUA lançariam mão de todos os meios necessários para defender seus interesses ao redor do mundo, particularmente no Oriente Médio, e previa o engajamento direto de forças americanas nas regiões conhecidas como frentes basilares (BRZEZISNKI, 1987, p. 60). De acordo com Zbigniew Brzezinski, secretário de Estado de Carter, a melhor forma de defesa frente ao avanço do bloco comunista seria a adoção de uma política ativa de criação e defesa de três frentes estratégicas basilares: Extremo Ocidente, Extremo Oriente e o Grande Oriente Médio. Destaca-se a terceira frente basilar, pois Brzezinski acreditava que a penetração soviética na região daria automaticamente à URSS uma vantagem para concorrer com os EUA pelo controle das outras duas: a dominação

⁴⁸Dados o escândalo de Watergate e a Guerra do Vietnã.

soviética do Irã ou do Paquistão e Afeganistão⁴⁹ conferiria a eles o controle do acesso ao Golfo Pérsico ou a sua presença no Oceano Índico, de onde o poder soviético poderia ser lançado a outras áreas vulneráveis. Por isso, a presença soviética no Afeganistão e a impossibilidade de contar com o auxílio iraniano para conter o seu avanço eram tão preocupantes, tornando-se imprescindível o engajamento direto norte-americano no Oriente Médio (BRZEZINSKI, 1987, p. 51-62).

Tal abordagem acabava por enfatizar um maior exercício de força e o uso de outros instrumentos coercitivos do poder americano, destacando posturas unilaterais e de intervencionismo por parte dos EUA. Portanto, ocorreu uma ampliação da presença militar estadunidense na região, o que validava todos os esforços de alteração no perfil de força estadunidense realizados na década anterior; as reformas do TRADOC enfatizavam a mobilidade estratégica, a construção de um contingente de deslocamento rápido (pequeno, mas extremamente bem treinado e bem equipado), a flexibilidade e a iniciativa. Esta nova Política Externa, acabou por intensificar a tendência do programa de reforma de construção de uma capacidade militar concisa, profissionalizada, equipada com tecnologias de última e pronta para ser distribuída sobre o globo de imediato (BRZEZINSKI, 1987, p. 191; LOCK-PULLAN, 2006, p. 71-98).

Novamente, deve-se fazer uma ressalva. Tratar a Doutrina Carter como marco de reforma política não significa dizer que a política externa americana manteve-se estática após a Doutrina Nixon de 1969 (doutrina presidencial que a precedeu)⁵⁰. Significa dizer que não houve uma inflexão fundamental de política externa antes de 1980, um desvio completo da orientação anterior, implicando em poderosas consequências para outros países e/ou o S.I. como um todo. A Doutrina Nixon (1969) havia estabelecido que os EUA assistiriam a defesa e o desenvolvimento de seus aliados, atuando via o auxílio econômico e militar, mas sem o emprego direto de tropas a menos que absolutamente necessário. Priorizava-se o engajamento seletivo, o uso de intervenções militares pontuais, em caso de ameaça a interesses vitais americanos. Já a Doutrina Carter (1980) clamava por maior intervencionismo americano, destacando posturas unilaterais e o maior exercício da força, sendo radicalmente diferente da doutrina presidencial anterior. Era o primeiro marco de reforma de política externa pós-1973

⁴⁹Estes países são conhecidos como Estados-pino da terceira frente basilar. Sua importância deriva de “sua posição geopolítica, da influência política e/ou econômica que detém em sua região ou de sua localização geoestratégica que o torne significativo do ponto de vista militar” (BRZEZINSKI, 1987, p. 62). Eles são considerados “pinos catalíticos” dada a sua vulnerabilidade, ou seja, a possibilidade de serem seduzidos ou tomados pelo outro bloco, afetando sua vulnerabilidade externa.

⁵⁰Como explicado na introdução, Dada a opção pelo escopo teórico realista, trabalhar-se-á com a ideia de que as decisões de política externa estão centradas nas mãos do Executivo e, portanto, serão consideradas as Doutrinas Presidenciais como os marcos de mudança de política externa (FIGUEIRA, 2011, p. 11).

e, como já foi explicado, funcionou apenas como um validador das reformas militares da década anterior (e não como orientador). Mais uma vez, fica claro que o processo se deu de maneira contrária ao sugerido pela teoria.

Infelizmente, esta subversão da lógica política externa/perfil de força incorreu em consequências negativas nas guerras futuras dos EUA. Em termos estratégicos, as reformas não foram adequadas, pois não foram orientadas para objetivos políticos de longo prazo, mas sim buscavam a rápida vitória operacional. Neste novo perfil de força, a ofensiva terrestre teria sua importância reduzida, sendo realizada a partir de brigadas aerotransportadas, apoiadas em tecnologia de ponta, com baixos efetivo. Como consequência, a menor atuação do Exército em terra fez desaparecer o papel social que esta instituição representava: a manutenção da ordem nos territórios civis e a reestruturação do país derrotado (DALE, 2008, p. 14-18; 35-38). Além disso, é possível que o custo destas novas tecnologias e a capacidade de aerotransporte requisitados tornavam ineficiente para os EUA buscar alianças em conflitos armados, forçando uma atuação mais unilateral do país no Sistema Internacional.

A gradual retirada do componente humano do Modo Americano de Fazer a Guerra acabaria por eliminar esforços de reconstrução nacional nas futuras guerras dos EUA; o vácuo de poder e o caos resultantes acabariam por forçar os EUA a permanecer em conflitos prolongados e dispendiosos. Como veremos nos capítulos seguintes, consequências disto seriam a fragilização da imagem estadunidense em nível global, o peso que perduraria sobre o orçamento doméstico do país e o comprometimento da capacidade de atingir metas políticas internacionais, tendo tido parte de suas Forças Armadas investidas em conflitos de longa duração.

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esta revisão histórica deixa claro que a humilhação estadunidense no Vietnã deu início a um período de questionamento do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, em que a guerra era ganha através da massa. A decrescente mobilização nacional e as falhas na convocação das reservas foram colocadas como as principais causas da derrota; o ressentimento que se acumulou no período de 1968 a 1973, dadas às mortes de cidadãos comuns em uma guerra impopular, induziu o Exército a realizar uma reforma que garantisse apoio público e apoio do Congresso para a instituição. Como resultado, interpretou-se que deveria ser abandonada a conscrição, em favor de uma força profissional, com mobilidade

estratégica, capaz de deslocamento rápido e que contasse com a mais nova tecnologia de guerra, permitindo a obtenção de uma vitória rápida e fulminante.

Erroneamente, operou-se uma reforma militar para uma derrota política. Se analisarmos as batalhas individualmente, nenhuma fora perdida no Vietnã; perdeu-se o apoio doméstico para a continuidade do conflito. Não era necessário abandonar o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Na verdade, questiona-se que este tenha sido a orientação do perfil de força que lutara no Vietnã – as reservas não foram convocadas; os soldados enviados ao fronte de batalha eram recrutas inexperientes, sem a real formação e treinamento do que caracterizamos como soldado-cidadão.

Como vimos anteriormente, Clausewitz (2003) e Mearsheimer (1981) argumentam que o objetivo político deve ser o norteador do objetivo militar. Ainda, em escala mais ampla, a política externa deve ser elemento norteador das alterações no perfil de força. Contudo, o trauma do Vietnã fora tão forte que conseguiu subverter esta lógica, funcionando como uma conjuntura crítica. Sustenta-se, portanto, a hipótese apresentada. Ao final do período 1973-82, o pensamento estratégico do Exército havia mudado por completo, na tentativa de agradar a opinião pública (que, à época, atacava a conscrição). Contudo, este fora um pensamento imediatista e as reformas não foram adequadas para objetivos políticos de longo prazo, buscando apenas a rápida vitória operacional.

Como consequência das mudanças doutrinárias introduzidas pelo TRADOC, passou-se a enfatizar a prontidão militar para efetuar intervenções externas a partir de campanhas aéreas, em detrimento da atuação em terra. A falta de homens *in loco*, incorreria na falha de manutenção da ordem nos territórios civis ocupados e na falha da reestruturação dos países que por ventura seriam derrotados. Iniciava-se uma trajetória *path dependent* distinta, com graves anomalias políticas, que atingiria seu ápice na Guerra do Iraque (2003); o período pós Vietnã seria caracterizado pelo desenvolvimento da doutrina da Batalha Ar-Terra e do Novo Modo Americano de Fazer a Guerra, temas dos próximos capítulos.

4 LEGADO ESTADUNIDENSE: AS REFORMAS DO PERFIL DE FORÇA DOS EUA, A GUERRA DO GOLFO DE 1991 E O NOVO MODO AMERICANO DE FAZER A GUERRA

Como visto no capítulo anterior, as reformas realizadas pelo TRADOC durante as décadas de 1970 e 1980 – como resultado da derrota sindrômica no Vietnã – enfatizavam a mobilidade estratégica, a construção de um contingente de deslocamento rápido (pequeno, mas extremamente bem treinado e bem equipado), a guerra de manobra, um fluxo contínuo no campo de batalha, ataques a pontos fracos do inimigo, a estreita integração com as operações aéreas, a flexibilidade e a iniciativa. Buscava-se a obtenção de uma capacidade militar concisa, profissionalizada, equipada com tecnologias de última e pronta para ser distribuída sobre o globo de imediato (FINLAN, 2003).

Em termos de doutrina, o debate foi extremamente influenciado pela experiência israelense de 1973, particularmente na frente do Golan e no conceito de Batalha em Profundidade. Neste conflito, o Estado israelense, a partir da atuação combinada das forças aérea e terrestre, foi capaz de cortar a comunicação e as linhas de suprimento entre a linha de frente síria e as forças na retaguarda; isto reverteria o elemento surpresa sírio e quaisquer desvantagens iniciais por Israel. Os elementos que inspiraram e seduziram Donn Starry a desenvolver o conceito de Batalha em Profundidade, que precedeu o desenvolvimento da doutrina da Batalha Aeroterrestre, fora a rapidez e o reduzido número de baixas envolvidos neste processo; por isso, desenvolveu-se um *modus operandis* de guerra baseado em ataques em profundidade na retaguarda inimiga (combustíveis, munições e tropas) com sincronia entre as forças terrestres e aéreas. Lentamente, substituir-se-ia o papel do atrito por poder de fogo e mobilidade, no que viria a ser conhecido como a doutrina da Batalha Aeroterrestre.

Contudo, em termos estratégicos, as reformas não foram adequadas, pois não foram orientadas para objetivos políticos de longo prazo, mas sim buscavam rápidas vitórias operacionais. Como vimos anteriormente, a ofensiva terrestre teve sua importância reduzida neste novo modelo militar e, como consequência, desapareceria o papel social desempenhado pelo Exército: a manutenção da ordem nos territórios civis e a reestruturação do país derrotado. A reconstrução nacional ficou relegada a um segundo plano nas futuras guerras dos EUA e, em razão disto, instaurar-se-ia um vácuo de poder e o caos, forçando os EUA a permanecer em conflitos prolongados e dispendiosos.

É necessário enfatizar, contudo, que a redução do componente terrestre foi realizada de forma gradual. O legado do Vietnã, até a Primeira Guerra do Golfo, apresentava um caráter

híbrido: em 1991, o perfil de força que atuou no Iraque combinava o uso intensivo de tecnologia com a massa de soldados. Dito de outra forma, buscou-se uma vantagem qualitativa em relação aos equipamentos militares, mas não se abriu mão da massa, que caracterizava o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Contudo, o estonteante sucesso na guerra foi interpretado – erroneamente – como uma demonstração dos benefícios do uso de uma força de voluntários e da necessidade de aprofundar o processo de modernização militar iniciado em fins da década de 1970. Depois do término da conflagração, alguns aspectos da Batalha Ar-Terra (ALB, do inglês *Air-Land Battle*) passam a ocupar o centro do pensamento militar estadunidense, eliminando qualquer hibridismo que a doutrina antes apresentara. Este capítulo analisará o legado histórico da Guerra do Vietnã, ou seja, o desenvolvimento do Novo Modo Americano de Fazer a Guerra, particularmente a Batalha Ar-Terra, e sua aplicação na Guerra do Golfo de 1991. Salientar-se-ão as características que diferenciarão os perfis de força utilizados nos conflitos de 1991 e 2003.

4.1 A INVASÃO IRAQUIANA DO KUWAIT E A PREPARAÇÃO DOS EUA PARA A INTERVENÇÃO MILITAR EM UM CONTEXTO DE UNIPOLARIDADE

Para entender a decisão iraquiana de invadir o Kuwait, é preciso analisar os anos que antecederam este conflito, particularmente o período da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Os dois países do Oriente Médio entraram em conflito por razões de disputas territoriais fronteiriças relacionadas com o Acordo Algiers (1975) – particularmente o controle da região do rio Shatt al-Arab e das reservas de petróleo da província de Khuzestan. Neste acordo, o Iraque fez uma série de concessões territoriais em troca da normalização das relações entre os dois países, no intuito de cessar a revolução curda que estava em curso. Contudo, em 1980, já sob liderança de Saddam Hussein, o Iraque encontrava-se com um maior poder relativo: contando com a simpatia estadunidense, aproveitando-se da vulnerabilidade iraniana pós-revolucionária e visando assumir a liderança do movimento árabe, o Iraque opta por entrar em Guerra com a República Islâmica (GHAREEB; KHADDURI, 2001, p. 199).

Contudo, militarmente, os iraquianos não tinham planejamento estratégico-operacional para uma campanha prolongada; Hussein acreditava que a invasão levaria à rápida queda de Khomeini. Quando isto não aconteceu, os dois países viram-se dentro de uma guerra longa e dispendiosa. Portanto, ao cabo de oito anos de batalhas, o Iraque contraíra uma dívida de entre US\$ 80 bilhões à US\$ 90 bilhões; além dos gastos militares que uma guerra acarreta, o país perdera 60% de sua produção de petróleo. Portanto, o país via-se em uma situação econômica

gritante, não encontrando simpatia kuaitiana. Além de negar ao Iraque um empréstimo de US\$ 10 bilhões, o país árabe recusava-se a abrir mão de sua cota ampliada de petróleo, mantendo o preço da *commodity* baixo. As tensões entre os países vizinhos crescia e, por isso, Hussein encontrava-se cada vez mais inclinado a invadir o Kuwait. O líder iraquiano de que o controle do território kuaitiano – e, conseqüentemente, de aproximadamente 10% da produção mundial do petróleo – solucionaria os problemas financeiros de seu país. Vejamos em mais detalhes (SCHUBERT; KRAUS, 1995, p. 18-20).

In its war with Iran, Iraq emerged militarily victorious from an eight year intermittent confrontation. But in reality, Iraq was no less exhausted than Iran and gained but little in territory and frontier modifications at an enormous cost in human and material resources. Not only did Iraq find itself burdened with a heavy debt to foreign countries estimated then at seventy to eighty billion dollars, but it was also obliged to postpone or abandon several development projects because the war lasted much longer than expected⁵¹ (GHAREEB; KHADDURI, 2001, p. 79).

Bem verdade que as relações entre Iraque e Kuwait vinham se deteriorando mesmo durante o conflito com o Irã. O país que fora liderado por Saddam Hussein é, em termos geográficos, um país do Golfo, porém seu acesso às águas da região tem sido principalmente através do Shatt al-Arab, que estava sob disputa com o Irã. Quando em 1986, o adversário ganhou o controle deste corpo de água, praticamente todo o comércio exterior iraquiano - importações e exportações - foi paralizado; por isso, foi forçado a procurar portos alternativos nos países vizinhos, tais como Umm Qasr⁵², no Kuwait. Contudo, as autoridades kuaitianas não responderam ao pedido do Iraque para desenvolver um porto marítimo seu território, dando início a um período de fragmentação das relações entre os dois países. Múltiplas tentativas subsequentes de acordo foram feitas, porém nada foi concluído (GHAREEB; KHADDURI, 2001, p. 88).

No ano que antecedeu a invasão do Kuwait (1990), o representante político iraquiano – Sa'dun Hamadi – fez uma visita ao Kuwait e se reuniu com Shaykh Sabah al-Ahmad, ministro das Relações Exteriores do Kuwait, para debater, além da questão fronteiriça, a solicitação de um empréstimo de dez bilhões de dólares para reconstrução e desenvolvimento econômico do

⁵¹“Em sua guerra com o Irã, o Iraque saiu militarmente vitorioso de um confronto intermitente de oito anos. Mas, na realidade, o Iraque não estava menos exausto do que o Irã e ganhava pouco em termos de modificações territoriais e fronteiriças, enfrentando um custo enorme em termos de recursos humanos e materiais. Não só o Iraque viu-se sobrecarregado com uma dívida pesada com países estrangeiros, estimada em setenta a oitenta bilhões de dólares, mas também foi obrigado a adiar ou abandonar vários projetos de desenvolvimento porque a guerra durou muito mais que o esperado” (GHAREEB; KHADDURI, 2001, p. 79, tradução nossa).

⁵²Umm Qasr é uma cidade portuária do Iraque, na província de Baçorá, na margem ocidental do estuário de Khawr'Abdallah, que liga ao golfo Pérsico. Está separada do Kuwait por um pequeno braço de mar, sendo que é através deste pequeno vaso hídrico que se chega ao oceano.

Iraque e a questão da flutuação dos preços mundiais do petróleo. Quanto ao primeiro item, Shaykh Sabah apontou que, como o Iraque já havia recebido um empréstimo durante a guerra com o Irã, apenas outros meio bilhão de dólares poderiam ser adicionados; Hamadi considerava este montante completamente insatisfatório, tendo em vista que era insuficiente para atender às necessidades financeiras do país ou seus requisitos de segurança (GHAREEB; KHADDURI, 2001, p. 85).

Sabendo do risco de ser incapaz de persuadir o Kuwait e outros países do Golfo Árabe a contribuírem com fundos substanciais para a reconstrução, o Iraque poderia ser obrigado a recorrer à sua própria renda do petróleo. Contudo, em função da Guerra com o Irã, a produção iraquiana de petróleo decaiu de 3,4 milhões de barris por dia (1980) para 0,9 milhões de barris por dia (1981), prejudicando este setor do PIB nacional em 60%. Somava-se a isto o fato de alguns dos países árabes do Golfo, incluindo o Kuwait, estarem passando por uma fase de superprodução, causando uma queda nos preços mundiais da commodity. A ideia desta reunião com o Kuwait era persuadi-lo de abrir mão de sua cota ampliada da guerra na produção de petróleo, não produzindo barris além da cota atribuída pela OPEP. Assim, poder-se-ia elevar o preço do petróleo. Contudo, a reunião seria um fracasso e o Kuwait não cederia antes da reunião da OPEP de novembro de 1989; nesta ocasião, o Kuwait, com relutância, aceitou a cota da OPEP, mas sua aceitação não duraria muito tempo (ALNASRAWI, 2001, p. 4-6). Cada vez mais, surgiam tensões entre os dois países árabes; vendo isto, seus vizinhos do Golfo organizaram uma reunião de cúpula em Bagdá, datada de 28 de maio de 1990, para persuadi-los de seguir uma política de moderação. Contudo, após a cúpula, os principais líderes iraquianos se encontraram para rever a deterioração do relacionamento Iraque-Kuwait e como o Iraque deveria responder a isso: a conclusão chegada era de que o Kuwait estava determinado a nunca desistir de sua política de superprodução, independentemente das dificuldades financeiras do Iraque (GHAREEB; KHADDURI, 2001, p. 86-88).

Além do acirramento dos ânimos entre os dois países pelas tensões energéticas, deve-se considerar a pressão que a militarização da força de trabalho implicava. Entre 1975 e 1988, as Forças Armadas iraquianas passaram a concentrar de 3% para 21% dos trabalhadores iraquianos, ou seja, um milhão de pessoas. Isto implicava um gasto de 256% do valor da renda de petróleo que o país recebia, ampliando o déficit do país e drenando suas reservas internacionais, empréstimos e créditos recebidos, além de forçar o abandono de planos de desenvolvimento, redução de importações e não prestação de serviços públicos. Enfim, uma situação insustentável no médio/longo prazo (ALNASRAWI, 2001, p. 4). Neste cenário, portanto, o Iraque opta por invadir o país vizinho.

No dia 02 de Agosto de 1990, as Forças Armadas iraquianas cruzaram a fronteira, em uma operação de invasão fulminante: o intervalo entre a entrada das forças iraquianas e a ocupação do território do Kuwait é de apenas dois dias. Isto se deu em razão da resistência das forças kuaitianas ter sido mínima, tendo que o país é pequeno, não possui capacidade significativa de defesa militar à sua disposição e historicamente contara com potências extrarregionais para defendê-lo⁵³. Em termos militares, a invasão foi liderada por quatro divisões da Guarda de Elite Iraquiana, as unidades de forças especiais do Exército e com o apoio de fogo aproximado da Força Aérea. Estas forças cercaram a Cidade do Kuwait – combate que ficaria conhecido como a Batalha do Palácio Dasman –, enquanto as outras divisões ocuparam os aeroportos e bases aéreas. Na verdade, antes mesmo da tomada da capital, a família real do Kuwait escapara, estabelecendo-se em exílio na Arábia Saudita, deixando um vácuo de poder facilmente ocupado pelas forças de Saddam Hussein. A velocidade fora tão impressionante que, no dia 08 de agosto, o Iraque anexou o Kuwait e em 28 do mesmo mês transformou o país em uma “mera” província nacional (WARBRICK, 1991, p. 482).

A resposta internacional veio que quase imediatamente. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 06 de Agosto exprimiu sua primeira Resolução condenando a atuação do Iraque no Kuwait, a Resolução 660. O organismo alegava que Hussein violara o princípio 2.4. da Carta das Nações Unidas, que “todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas” (NAÇÕES UNIDAS, 1945, artigo 2, parágrafo 4). Em resposta à invasão, o Conselho de Segurança aprovou uma série de resoluções, argumentando que houve uma violação da paz e da segurança internacionais e que o Iraque deveria retirar-se imediata e incondicionalmente do Kuwait, partindo à mesa de negociações.

Em um primeiro momento, as sanções impostas pelo CSNU centravam-se no embargo imposto ao Iraque após a invasão do Kuwait. A peça central seria a Resolução 661 que, além de reiterar as demandas feitas ao Iraque na Resolução 660, expressaria a determinação do Conselho de Segurança para restaurar a soberania do Kuwait e a autoridade do seu governo legítimo, valendo-se de um embargo sistemático orquestrado pela ONU e seus países membros. A supervisão do mesmo seria confiada ao Comitê de Sanções do Conselho de

⁵³O Exército do Kuwait não encontrava-se totalmente mobilizado, contando com apenas 16.000 homens e equipamento obsoletos – antes da invasão do Iraque, as propriedades blindadas do Kuwait incluíam 70 tanques de combate britânicos Vickers Mk1, 40 Centurions, 165 Chieftains e 6 M-84s (TUCKER-JONES, 2014, p. 17)

Segurança, na Resolução 665, e sua execução ficaria sob responsabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros, que deveriam limitar o transporte marítimo e aéreo comercial na região (O'CONNEL, 1991, p. 454). A eficácia do bloqueio foi tão pronunciada que em 05 de dezembro de 1990, calculava-se que o embargo havia efetivamente cortado 90% das importações do Iraque e 97% suas exportações, produzindo uma crise econômica e social⁵⁴ sem precedentes (GORDON, 2010, p. 91).

Já em um segundo momento, as sanções impostas pelo CSNU conduziram à Guerra do Golfo de 1991, que duraria seis semanas e destruiria a potência árabe. A Resolução 678, aprovada em 29 de Novembro de 1990, autorizou o uso da força para assegurar a liberdade kuaitiana: caso as tropas de Hussein estivessem em espaços extraterritoriais após o dia 15 de janeiro de 1991, os Estados-Membros estavam autorizados a cooperar com o Governo do Kuwait, valendo-se de todos os meios necessários para manter e implementar a Resolução 660 e todas as resoluções relevantes subsequentes, restaurando a soberania do país e a paz internacional.

Acting under Chapter VII of the Charter,

1. Demands that Iraq comply fully with resolution 660 (1990) and all subsequent relevant resolutions, and decides, while maintaining all its decisions, to allow Iraq one final opportunity, as a pause of good will, to do so;

2. Authorizes Member States co-operating with the Government of Kuwait, unless Iraq on or before 15 January 1991 fully implements, as set forth in paragraph 1 above, the foregoing resolutions, to use all necessary means to uphold and implement the resolution 660 (1990) and all subsequent relevant resolutions and to restore international peace and security in the area;

3. Requests all States to provide appropriate support for the actions undertaken in pursuance of paragraph 2 of the present resolution⁵⁵ (UNITED NATIONS, 1990, U.N. Security Council Resolution No. 678).

Deve-se ressaltar que a Carta da ONU, aufere autoridade ao Conselho de Segurança para lidar com ameaças à paz e atos de agressão, sendo possível utilizar as tropas das países-Membros para conter agressões. De acordo com os artigo 39 e 42 do documento, “ o

⁵⁴A população iraquiana passou a viver em situação de carência, com escassez de alimentos, remédios e outros itens essenciais (GORDON, 2010, p. 91).

⁵⁵“Atuando sob o Capítulo VII da Carta, (1) Exige-se que o Iraque cumpra integralmente a resolução 660 (1990) e todas as resoluções relevantes subsequentes, e decide-se, mantendo todas as suas decisões anteriores, permitir ao Iraque uma oportunidade final, como uma pausa de boa vontade, para fazê-lo; (2) Autoriza-se os Estados-Membros a cooperar com o Governo do Kuwait, a menos que o Iraque, até 15 de janeiro de 1991, implemente integralmente, conforme estabelecido no parágrafo 1 acima, as resoluções anteriores, a resolução 660 (1990) e todas as resoluções relevantes subsequentes, e para restaurar a paz ea segurança internacional na área; (3) Solicita-se a todos os Estados que prestem apoio adequado às ações empreendidas em conformidade com o parágrafo 2 da presente resolução” (UNITED NATIONS, 1990, U.N. Security Council Resolution No. 678, tradução nossa).

Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas [...], a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. [...] poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais”. Contudo, durante o período da Guerra Fria, o Conselho de Segurança nunca usou tal mecanismo⁵⁶; em contrapartida, no que diz respeito ao Iraque, o Conselho teve a cooperação de todos os membros permanentes. Por isso, o conflito do Iraque sinalizou o início da era unipolar⁵⁷ das Relações Internacionais: os Estados Unidos não contavam com oposição real nas organizações internacionais, podendo dar início ao conflito que demonstraria sua preponderância militar ao mundo (O’CONNELL, 1991, p. 456).

É a partir do dia 29 de novembro que, oficialmente, os Estados Unidos passam a organizar a coligação internacional – que contaria com a participação do Reino Unido, França, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Egito, Grécia, Holanda, Itália, Kuwait, Nova Zelândia, Bahrein, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos – que realizaria a intervenção militar, caso Hussein não colaborasse com os pedidos do CSNU (conforme estipulado na Resolução 678). Contudo, desde agosto de 1990, as forças estadunidenses iniciaram um processo de concentração de pessoal e armamentos em território saudita, processo que ficaria conhecido como Operação Escudo no Deserto. Antes mesmo da promulgação da resolução 678, cerca de 800 mil homens – incluindo 400 mil soldados estadunidenses – foram alocados na região, simultaneamente ao deslocamento de milhões de toneladas de suprimentos e equipamentos (TOFFLER; TOFFLER, 1993, p. 80).

Isto demonstra que os Estados Unidos provavelmente iriam intervir contra o Iraque independentemente da autorização do Conselho de Segurança da ONU, valendo-se da Guerra no Golfo como uma forma de demonstrar sua capacidade militar na era unipolar, testando seu reformado perfil de força e a nova doutrina militar. Contudo, os motivos não oficiais da Guerra do Golfo (1991) iam muito além de uma mera demonstração de força. A crise no Oriente Médio chegou em bom momento para os Estados Unidos: a Guerra Fria produziu uma acumulação maciça de capacidades militares; portanto o fim da disputa com a URSS em 1989 parecia oferecer uma forma de poupar uma enorme quantidade de dinheiro através de cortes

⁵⁶A Guerra da Coreia pode ser considerada uma exceção, pois o Conselho apenas aprovou o envio voluntário de tropas por parte dos membros porque a União Soviética União estava boicotando o organismo quando a resolução foi adotada.

⁵⁷A unipolaridade é caracterizada pela preponderância de poder de apenas uma grande potência, que não enfrenta competição significativa dos outros Estados. Com o término da Guerra Fria em 1989, os Estados Unidos encontravam-se sem um adversário de porte, adotando uma estratégia ativa para congelar a distribuição global de poder, a fim de manter-se a frente dos demais Estados.

no orçamento de defesa; contudo, tais ideias tinham difícil penetração entre os mais altos níveis de comando nas forças armadas dos Estados Unidos. Em suma, o país ainda possuía uma enorme variedade de recursos militares e de pessoal em desuso, sendo necessário um conflito para justificar sua manutenção; na falta de uma grande agenda militar doméstica, a situação no Oriente Médio veio em tempos propícios (FINLAN, 2003, p. 7-11; KHONG, 1992, p. 88).

Além de tudo isto, o Presidente George H. Bush demonstrava enorme preocupação com a situação energética no Oriente Médio, particularmente o risco do expansionismo iraquiano para as reservas de petróleo saudita: caso Saddam ampliasse o conflito para a Península Arábica, ele obteria controle de mais de 40% das reservas mundiais de petróleo, podendo influir sobre o nível de preço dos barris. Por fim, Hussein realizara, nos meses que antecederam a invasão do Kuwait, discursos condenando a hegemonia estadunidense sobre o Oriente Médio e a atuação de Israel, levantando fortes atenções nos EUA. Por isso, como já vimos anteriormente, antes mesmo da resolução 678 ser promulgada, os EUA enviaram à Arábia Saudita 120.000 tropas, 700 tanques de combate (MBTs, do inglês *Main Battle Tanks*), 1.400 veículos blindados de combate (AFVs, do inglês *Armored Fighting Vehicles*), 600 peças de artilharia, dois esquadrões de F-15s, dois esquadrões dos fuzileiros navais, dois porta-aviões e seus vasos de apoio, a 82ª Divisão Aérea e uma unidade de AWACS. Portanto, antes mesmo de elaborar-se uma justificativa política para o conflito, os EUA estavam preparando-se para o combate (STEWART, 2010, p. 1-4; TELHAMI, 1992, p. 98).

Merece-se destacar o AWACS, pois este foi o símbolo da unipolaridade no campo militar. A sigla AWACS refere-se ao Sistema Aéreo de Alerta e Controle (do inglês, *Airborne Warning and Control System*), atuando como um sistema de vigilância aérea eletrônica por radares instalados em aeronaves, com a função de comando, controle e comunicações para logística de tática e de defesa militar. Ele é projetado para detectar aeronaves, navios e veículos em longas distâncias, podendo organizar o espaço de batalha múltiplas dimensões, coordenando ataques de aeronaves de combate e ataques navais. Em 1991, a unidade de aeronaves E-3 Sentry era a responsável por carregar tais radares. Esta tecnologia revolucionou a guerra, integrando os domínios terrestre, aéreo e naval através da digitalização. Por um período considerável, os EUA foram a vanguarda desta tecnologia, estando a frente de quaisquer outros adversários.

Voltando à discussão doméstica estadunidense sob o conflito, devem ser analisadas como foram forjadas as justificativas políticas para a Guerra de Golfo (forjadas, pois o conflito era um imperativo operacional estadunidense, que ocorreria independentemente). De

acordo com a PL 102-1 de 14 de Janeiro de 1991 (UNITED STATES, 1991), primeiro, condenou-se a invasão do Kuwait pelo Iraque, declarando-se seu apoio à ação internacional para reverter tal agressão e restaurar a independência e o governo legítimo do país árabe. Segundo, afirmou-se o respeito pelo direito internacional, particularmente a autoridade do Conselho de Segurança, que autorizou, na Resolução 678, os Estados membros das Nações Unidas a usar todos os meios necessários, após 15 de janeiro de 1991, para restaurar a paz e a segurança internacionais no Oriente Médio. E, por fim, avaliou-se como uma ameaça à paz mundial a propensão iraquiana de valer-se de suas capacidades convencionais e de destruição em massa (armas químicas, biológicas, mísseis balísticos de longo alcance e armas nucleares).

Whereas the Government of Iraq without provocation invaded and occupied the territory of Kuwait on August 2, 1990; Whereas both the House of Representatives [...] and the Senate [...] have condemned Iraq's invasion of Kuwait and declared their support for international action to reverse Iraq's aggression; Whereas, Iraq's conventional, chemical, biological, and nuclear weapons and ballistic missile programs and its demonstrated willingness to use weapons of mass destruction pose a grave threat to world peace; Whereas the international community has demanded that Iraq withdraw unconditionally and immediately from Kuwait and that Kuwait's independence and legitimate government be restored; Whereas the United Nations Security Council repeatedly affirmed the inherent right of individual or collective self-defense in response to the armed attack by Iraq against Kuwait in accordance with Article 51 of the United Nations Charter; Whereas, in the absence of full compliance by Iraq with its resolutions, the United Nations Security Council in Resolution 678 has authorized member states of the United Nations to use all necessary means, after January 15, 1991, to uphold and implement all relevant Security Council resolutions and to restore international peace and security in the area; and Whereas Iraq has persisted in its illegal occupation of, and brutal aggression against Kuwait: Now, therefore, be it resolved by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, [...] the "Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution"⁵⁸ (UNITED STATES, 1991, PL 102-1 14 Jan 1991).

⁵⁸cc Considerando que o Governo do Iraque sem provocação invadiu e ocupou o território do Kuwait em 2 de agosto de 1990; Visto que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado condenaram a invasão do Kuwait pelo Iraque e declararam seu apoio à ação internacional para reverter a agressão do Iraque; Considerando os programas militares convencionais, químicos, biológicos, de mísseis balísticos e de armas nucleares do Iraque e a sua disposição demonstrada de usar armas de destruição em massa representam uma grave ameaça à paz mundial; Considerando que a comunidade internacional exigiu que o Iraque se retirasse incondicional e imediatamente do Kuwait e que a independência e o governo legítimo do Kuwait fossem restaurados; Considerando que o Conselho de Segurança das Nações Unidas repetidamente afirmou o direito inerente à legítima defesa individual ou coletiva em resposta ao ataque armado do Iraque contra o Kuwait, de acordo com o artigo 51 da Carta das Nações Unidas; Visto que na ausência do pleno cumprimento pelo Iraque de suas resoluções, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na Resolução 678, autorizou os Estados membros das Nações Unidas a usar todos os meios necessários, após 15 de janeiro de 1991, para manter e implementar todas as resoluções que o Conselho de Segurança julgasse pertinente e restaurar a paz e a segurança internacionais na região; e considerando que o Iraque persistiu em sua ocupação ilegal e em agressão brutal contra o Kuwait: agora, portanto, seja promulgada pelo Senado e pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América no Congresso reunidos, [...] a 'Autorização para Uso da Força Militar contra a Resolução do Iraque'" (UNITED STATES, 1991, PL 102-1 14 Jan 1991, tradução nossa).

A pergunta que fica é por que o Iraque, observando a concentração de forças extrarregionais no Oriente Médio e a resolução da coalizão internacional de restaurar a soberania iraquiana, não abandonou sua estratégia inicial e retirou-se do país vizinho? Isto se deu em função de graves erros analíticos do escopo da guerra feitos pela administração de Hussein, levando a sua inevitável derrota⁵⁹. Estes incluíam uma subestimação da vontade nacional dos EUA, uma subestimação da coesão da coalizão das Nações Unidas e uma leitura equivocada do equilíbrio militar e da provável natureza da guerra no Golfo⁶⁰. Além disso, não se apreciou corretamente a crescente liberdade de ação dos EUA após o colapso da União Soviética. Vejamos em mais detalhes. Primeiro, Saddam Hussein não esperava que Washington desencadeasse uma resposta militar de porte à invasão do Kuwait, principalmente após a derrota no Vietnã. Ele acreditava que o povo estadunidense não apoiaria esta empreitada após a derrota recente. Além disso, questionava-se a capacidade dos EUA de realizar grandes operações, alegando que suas forças não se envolveram em operações de combate desde a derrota na Indochina. Contudo, os EUA encontravam-se em um diferente momento histórico: pós-reformas e capazes de lidar com os custos de um novo conflito (DUELFER; DYSON, 2011, p. 73-75; CIGAR, 1992, p.3; 16; TELHAMI, 1992, p. 115).

We know that Washington's threats are those of a paper tiger. America is still nursing the disasters from the Vietnam War, and no American official, be it even George Bush, would dare to do anything serious against the Arab nation.⁶¹ (CIGAR, 1992, p.3).

O segundo erro cometido pela liderança iraquiana foi duvidar que a invasão do Kuwait inspiraria a formação de uma coalizão internacional de força. Mesmo depois de uma coalizão ter surgido, Bagdá continuava a duvidar de sua coesão interna, dadas as potenciais contradições de interesses entre europeus, japoneses, árabes e americanos. Além disso, superestimou-se a capacidade de estados "amigáveis" - especialmente China, França e Rússia - de impedir que os Estados Unidos iniciassem um ataque. Terceiro, Saddam superestimou a capacidade de combate das forças terrestres do Iraque, uma perspectiva provavelmente validada para ele pela experiência da Guerra Irã-Iraque, quando outras formas de guerra se

⁵⁹É preciso ressaltar que os Estados Unidos também sucumbiram a percepções equivocadas significativas. Os tomadores de decisão dos EUA não entenderam a preocupação de Hussein com a ameaça iraniana e relativa falta de preocupação com as políticas dos EUA e suas queixas regionais (DUELFER; DYSON, 2011, p. 92).

⁶⁰Ainda, há especulações de que Saddam teria percebido uma congruência de interesses-chave entre os Estados Unidos e o Iraque que não existia de fato, superestimando os interesses compartilhados entre o Iraque e os Estados Unidos (DUELFER; DYSON, 2011, p. 99).

⁶¹“Sabemos que as ameaças de Washington são as de um tigre de papel. A América ainda está cuidando dos desastres da Guerra do Vietnã, e nenhum oficial americano, seja George Bush, ousaria fazer algo sério contra a nação árabe” (CIGAR, 1992, p. 3, tradução nossa).

mostraram periféricas. Para Saddam, um crente firme no poder terrestre, a vitória só poderia vir em terra - relegando o poder aéreo para segundo plano. Simultaneamente, subestimou-se o significado da tecnologia militar, acreditando que as condições adversas no Kuwait, como poeira e nuvens, e a fumaça do campo de batalha anulariam a vantagem da ótica e da eletrônica avançadas (DUELFER; DYSON, 2011, p. 81-92; CIGAR, 1992, p. 9-12; 14-19).

A avaliação geral da avaliação de Bagdá, enfatizando a experiência de combate do Exército iraquiano, fortes posições defensivas e vantagem numérica, era favorável a si mesma, mas falha. Muito provavelmente, isso contribuiu para uma falsa sensação de segurança. A guerra se desdobraria de maneira muito diferente das expectativas de Bagdá, levando a uma derrota esmagadora e de altos custos para o Iraque (CIGAR, 1992, p. 22-26). Como veremos nas seções seguintes, a doutrina de guerra aplicada pelos EUA seria completamente diferente da utilizada na Indochina; enfatizar-se-ia o uso combinado de todos os domínios de guerra (com destaque para a terra e o ar), o uso intenso de tecnologia e uma massa de soldados extremamente bem-treinados. Esta seria a primeira aplicação real da doutrina da Batalha Ar-Terra.

4.2 O NOVO MODO AMERICANO DE FAZER A GUERRA: ANÁLISE PERFIL DE FORÇA DOS EUA E DA DOCTRINA DA BATALHA AR-TERRA

O termo “Novo Modo Americano de Fazer a Guerra” foi cunhado por Max Boot, em seu artigo homônimo publicado pela *Foreign Affairs* em 2003. Ele o fez como uma forma de criticar como ultrapassado o trabalho do historiador militar Russell Weigley em seu livro de 1973, *“The American Way of War”*. Na opinião de Boot (2003, p. 41-42), Weigley atribuía o sucesso na Primeira Guerra Mundial e na Segunda Guerra Mundial não ao brilhantismo tático ou estratégico, mas simplesmente pelo peso dos números – o atrito. A interpretação de Boot sobre o trabalho de Weigley pode ser, no mínimo, tomada como rasa, pois ignora todo o esforço analítico que o historiador fez acerca da preparação dos recrutas e a experiência adquirida pelos oficiais nas escolas estadunidenses e nos conflitos passados. Todavia, nos reteremos, momentaneamente, ao trabalho de Boot.

Em seu trabalho, Boot (2003) elogia a nova orientação militar da década de 1990 – cujas raízes remontam às reformas de defesa dos anos 80 vistas no capítulo anterior – pois ela objetiva uma vitória operacional rápida com o mínimo de baixas em ambos os lados. Suas principais marcas são ataques em profundidade, velocidade, o uso de manobra, flexibilidade e surpresa. Para tal, substituíam-se o atrito por uma força concisa, com apoio de fogo

aproximado, poder de fogo de precisão, aeronaves de última geração⁶², forças especiais táticas de guerra psicológica. Além disso, aproveita-se ao máximo a tecnologia da informação, a fim de aumentar radicalmente a eficácia do C4IRS, sigla que remete a integração das funções de comando, comunicações, computadores, inteligência, vigilância e reconhecimento. O E-3 Sentry AWACS é o símbolo desta integração digital, ao coordenar a operação de ar e integrar a função de comando, controle e comunicações na logística de tática e de defesa militar. Na opinião de Boot (2003), as reformas militares da década de 1980 merecem elogios e deveriam ser continuadas nas décadas seguintes. Ao cabo desta seção, contestar-se-á esta afirmação, criticando a ênfase puramente operacional destas reformas, ignorando questões estratégicas de longo prazo.

Por ora, retornemos as características do renovado perfil de força estadunidense. A doutrina que foi desenvolvida concomitantemente a estas mudanças ficou conhecida como a Batalha Ar-Terra, adotada como estratégia tática e operacional pelo Exército dos EUA nos anos 80. De forma resumida, seu objetivo é derrotar decisivamente as forças inimigas, contando com a iniciativa e valendo-se de ataques frontais, batalha em profundidade, mobilidade de flanco, táticas de cerco, infiltração e contra-ataque ou assaltos aéreos que buscam tirar proveito da iniciativa e do ataque surpresa. Idealmente, as posições inimigas são atacadas sucessivamente, para destruir as linhas de suprimento e os centros de comunicações e de comando (MALKASIAN, 2014, p. 115-116). Na sequência, iremos analisar cada uma destas características em detalhes.

The underlying principles of ALB are initiative, mobility, combined-arms operations and, most importantly, deep strikes into enemy territory. Hitting the enemy rear and especially his supply lines is considered crucial. The objective is to weaken the invader's second and subsequent echelons and prevent them from joining the decisive battle⁶³ (SALMINEM, 1992, p. 33).

Os fundamentos teóricos da Batalha Ar-Terra foram feitos para enfrentar uma ameaça muito específica: uma ofensiva convencional soviética na Europa Ocidental. Em meados da década de 1970, os Estados Unidos sabiam que a OTAN estaria em menor número em advento de uma invasão soviética no front central europeu. Depois do trauma sofrido na Guerra do Vietnã, os americanos não poderiam sustentar politicamente um conflito

⁶²Nas últimas décadas, percebe-se que a força aérea assumiu um papel de protagonista nas operações militares, destacando-se as missões de bombardeio em apoio às forças terrestres.

⁶³“Os princípios subjacentes da ALB são iniciativa, mobilidade, operações com armas combinadas e, mais importante, ataques profundos em território inimigo. Acertar a retaguarda inimiga e, especialmente suas linhas de suprimento, é considerado crucial. O objetivo é enfraquecer os segundos e subsequentes escalões do invasor e impedi-los de ingressar na batalha decisiva” (SALMINEM, 1992, p. 33, tradução nossa).

prolongado ou que infligisse um número significativo de baixas; portanto, uma doutrina que propusesse a derrota rápida e decisiva do adversário, a partir de um Exército enxuto e muito bem-equipado tornava-se atrativa. A ideia neste cenário seria interromper os escalões soviéticos da reserva que estariam avançando para se juntar a batalha, a partir de ataque em profundidade. Contudo, a Batalha Ar-Terra nunca foi implementada contra a União Soviética. Foi usada apenas contra os iraquianos em 1991 e, novamente, em 2003 (MALKASIAN, 2014, p. 115-116).

Como mencionado no capítulo anterior, a ALB foi inspirada na experiência israelense de 1973, particularmente na frente do Golan e no conceito de Batalha em Profundidade. Nas colinas do Golan, Israel foi capaz de vencer Síria graças à iniciativa e das manobras orquestradas pelas divisões Laner e Musa, a despeito de uma desproporção inicial de homens e tanques significativa. A rapidez da reversão da desvantagem inicial por Israel e a crença de semelhanças significativas entre o teatro israelense no Oriente Médio e o teatro estadunidense no Front Central da OTAN inspiraram Starry, general à frente do TRADOC à época, a desenvolver uma doutrina análoga a ser aplicada no advento de um conflito com a URSS. Como vimos anteriormente, o processo de desenvolvimento de uma nova identidade profissional como uma força totalmente voluntária após a Guerra do Vietnã abriu o exército para uma nova abordagem, uma "nova forma de guerra" (A. GESSERT, 1984, p. 52-54).

Em 1976, o TRADOC publicou o primeiro manual de doutrina do Exército após a Guerra do Vietnã, o Manual FM 100-5 (FM, do inglês *Field Manual*). Este manual tinha como objetivo ser o manual de referência para todos os manuais do Exército subsequentes e concentrava-se na saída orientada e no treinamento de qualidade. A doutrina em si era comumente conhecida como 'Defesa Ativa' e foi duramente criticada na publicação, principalmente porque era vista como uma reprodução das ideias tradicionais dos EUA de enfrentar o oponente de frente e gradualmente exaurir o inimigo por atrito. Por isso, o manual foi revisado em 1982 e o novo manual provou ser um afastamento intelectual radical da edição anterior: o FM 100-5 de 1982 apresentou a Batalha Ar-Terra (A. GESSERT, 1984, p. 52-54; UNITED STATES, 1976; UNITED STATES, 1982).

Nesta doutrina, foi feita uma reformulação da compreensão do campo de batalha, especialmente no que se refere a espaço, tempo e profundidade. Fora reconcebida a "profundidade" do campo de batalha, estimulando a ofensiva à disrupção⁶⁴ da retaguarda da linha de tropas. Em outras palavras, considerava-se que a ofensiva seria mais decisiva quando

⁶⁴O papel da interdição não era aliviar as forças de manobra de ter que enfrentar os elementos do segundo escalão, mas criar lacunas no tempo e no espaço.

atacasse com força esmagadora a retaguarda do inimigo, destruindo e/ou capturando seus serviços de apoio (médicos, engenheiros, especialistas de comunicação e rádio, etc), suporte de combate e redes de comando e controle. O objetivo era desestruturar o inimigo, impedindo-o de concentrar seu poder de fogo nas primeiras linhas de defesa ou de manobrar suas forças a um ponto de sua escolha; deve-se atrasar, perturbar ou destruir as forças não comprometidas do inimigo e isolar suas forças comprometidas para que possam ser destruídas. Portanto, o manual se referia à "profundidade" não apenas em termos de terreno atrás da linha inicial de engajamento, mas "de tempo, distância e recursos" (LOCK-PULLAN, 2005, p. 682-684).

Tamanha reinterpretação da extensão do campo de batalha, por consequência, exigia a capacidade de "ver profundamente", sendo necessário reconceituar a relação entre tecnologia e doutrina do exército: ficou clara a necessidade de empregar todos os sistemas táticos de campo de batalha em ações sincronizadas de todos os braços. Por isso, rever-se-á os principais avanços tecnológicos motivados pelas alterações de doutrina norte-americana. Primeiro, deve-se mencionar os desenvolvimentos da artilharia e das defesas aéreas, que tornaram possível o suporte contínuo de fogo, mesmo para as tropas mais distantes da linha de frente. Segundo, o apoio de fogo para forças terrestres foi reforçado pelo desenvolvimento de helicópteros de combate e aeronaves táticas. Como esse suporte não depende de conexões terrestres, ele passou a coordenar de forma sincronizada o campo de batalha em seus múltiplos domínios: ar, terra e mar; para tal, o principal avanço foi a digitalização, particularmente o uso de radar embarcado. Terceiro, melhorou-se a capacidade de entrega de mísseis antitanques e antiaéreos, valendo-se das forças aéreas e garantindo mobilidade e a flexibilidade destas defesas (SALMINEM, 1992, P. 33-36).

Foi mencionado anteriormente que a Batalha Ar-Terra reconheceu que o lado que mantém a iniciativa pode, valendo-se de ataques em profundidade e manobrabilidade, destruir a capacidade da oposição de lutar. Isso significa que o "tempo" de combate também foi repensado, passando de um entendimento absoluto para um relativo ou relacional. Uma compreensão relacional do tempo contrastava com o pensamento estratégico tradicional dos EUA, que dependia de uma lenta mobilização e desenvolvimento antes do combate; passava-se a enfatizar a necessidade de iniciativa, surpresa e engajamento imediato. Vale ressaltar que a manobrabilidade mencionada se refere ao emprego de forças através do movimento, com apoio de fogo aproximado, para alcançar uma posição de vantagem a partir da qual poderia destruir ou ameaçar destruir o inimigo. A utilização da manobra para obter sucesso operacional dependeria muito de uma força qualificada que poderia se adaptar e mudar

rapidamente o foco; por isso, a ALB exigia agilidade, uma organização flexível e líderes bem treinados (LOCK-PULLAN, 2005, p. 684-685; 687-688).

Tal ênfase no desenvolvimento da liderança, nas habilidades de treinamento e nos requisitos tecnológicos para "enxergar fundo" foi acompanhada pela ênfase no gerenciamento mais horizontal do campo de batalha. A flexibilidade da guerra moderna implica uma dificuldade de darem-se ordens instrucionais exatas; portanto, os oficiais passaram a valer-se de ordens de missão. Em mais detalhes, o comandante deve apenas determinar qual é exatamente sua intenção em relação ao inimigo, enquanto seus subordinados têm maior liberdade tática, tendo algum nível de gerência sobre sua atuação, desde que alinhada com a missão geral (LOCK-PULLAN, 2005, p. 689-695).

A última característica a ser analisada é a nova compreensão do combate em termos do nível operacional fluido. O FM 100-5 de 1982 afirmava que o nível operacional orientaria o Novo Modo Americano de Fazer a Guerra. Isto significava o emprego de forças militares para atingir objetivos em um teatro de guerra ou teatro de operações através do design, organização e condução de campanhas e grandes operações. Assim, o nível operacional envolve decisões fundamentais sobre quando e onde lutar e se deve aceitar ou recusar a batalha. Sua essência é a identificação do centro de gravidade operacional do inimigo - sua fonte de força ou equilíbrio - e a concentração de poder de combate superior contra esse ponto para alcançar um sucesso decisivo (LOCK-PULLAN, 2005, p. 685-687).

[...] it appears geared to fight wars as if they were battles and, thus, confuses the winning of campaigns or small-scale actions with the winning of wars⁶⁵ (ECHEVARRIA II, 2004, p. vi).

Neste momento, é necessário fazer uma ressalva: esta última característica dificultaria, nas décadas seguintes, a consecução de objetivos político-estratégicos de longo prazo. A constante busca pela rápida vitória operacional como o princípio ordenador do campo de batalha levaria ao exagero de características como profundidade, manobrabilidade e, principalmente, apoio de fogo aproximado. Este exagero colocaria em foco as forças aéreas, reduzindo a importância da ofensiva terrestre – cada vez mais, esta seria realizada a partir de brigadas aerotransportadas, apoiadas em tecnologia de ponta, com baixos efetivos (BRZEZISNKI, 1987, p. 191; LOCK-PULLAN, 2006, p. 71-98). Infelizmente, a menor

⁶⁵[...] parecem inclinados a lutar guerras como se fossem batalhas e, assim, confundem a conquista de campanhas ou ações de pequena escala com a vitória de guerras" (ECHEVARRIA II, 2004, p. vi, tradução nossa).

atuação do Exército em terra fez desaparecer o papel social que esta instituição representava: a manutenção da ordem nos territórios civis e a reestruturação do país derrotado (DALE, 2008, p. 14-18; 35-38). Além disso, o conflito ficaria cada vez mais desumanizado, pois os bombardeios aéreos se tornariam a forma mais eficiente de desestruturar o adversário; contudo, isto apenas contribuiria para a fragilização da imagem estadunidense.

Não obstante, esta transformação não se operaria de forma súbita: houve um período de transição, no qual o legado do Vietnã inicialmente apresentava um caráter híbrido. Em 1991, o perfil de força que atuou no Iraque ainda se encaixava parcialmente no Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, valendo-se do uso intenso de tecnologia e uso intenso de poder de fogo, mas também de um corpo maciço de soldados: em outras palavras, a operação pode ser resumida em uma campanha de cinco semanas de bombardeio implacável, seguida por uma grande ofensiva terrestre. Dito de outra forma, buscou-se uma vantagem qualitativa em relação aos equipamentos militares, mas não se abriu mão da massa, que caracterizava o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. E este perfil de força funcionou: mesmo Boot (2003) admite que a Primeira Guerra do Golfo foi bem sucedida.

Este argumento fica mais claro se analisarmos a estrutura do Comando Central dos EUA (CENTCOM), responsável pelas operações militares dos EUA na região do Oriente Médio. O CENTCOM contava com o suporte (combate, apoio e serviços) de unidades do Terceiro Exército americano, particularmente o XVIII Corpo Aerotransportado, os III e VII Corpos de Exército, a Força Blindada de Apoio da OTAN, a Sétima Força Aérea e as Sétima e Segunda Frotas da Marinha. Cada uma delas era formada por três a quatro divisões, um regimento de cavalaria blindada, um vasto número de brigadas de apoio, batalhões de Forças Especiais e da Força Aérea (aerotransporte, assalto aéreo e defesa aérea), batalhões de infantaria leve, batalhões de artilharia de defesa, entre outros. Tamanha estrutura de força foi a responsável pelo envio de 660 mil tropas da coalizão ao Iraque – 575 mil advindas das Forças Armadas estadunidenses. Embora um detalhamento da ordem de batalha ainda não esteja totalmente disponível ao público, revelou-se que 260 mil tropas lançaram a ofensiva terrestre, 158 mil unidades eram responsáveis por apoio e/ou serviços e 1.800 aeronaves de combate realizaram a campanha aérea⁶⁶ (ROTTMAN; VOLSTAD, 1993, p. 4-19). Considerando que somente as tropas responsáveis pela ofensiva terrestre em 1991 já superavam a totalidade das forças enviadas pela coalizão no segundo conflito (250.000 tropas), a importância da massa e da ofensiva terrestre torna-se evidente.

⁶⁶100 mil voos, responsáveis pelo despejo de 88.500 bombas no Iraque (ROTTMAN; VOLSTAD, 1993, p. 4-19).

Para melhor compreender este aspecto híbrido que a Batalha Ar-Terra apresentava em 1991, torna-se necessário fazer uma retrospectiva histórica da atuação dos EUA no Golfo. A Operação central da Guerra do Golfo ficou conhecida como Tempestade no Deserto⁶⁷, ocorrendo entre os dias 17 de janeiro e 28 de fevereiro de 1991 e objetivando ocupar o território iraquiano em alta velocidade, a fim de forçar a rendição de Hussein. A Operação pode ser dividida em três momentos distintos. O primeiro deles corresponde à fase aérea, que teve duração aproximada de 40 dias e que ficaria conhecida como Trovão Instantâneo (do inglês, *Instant Thunder*). A segunda fase da Operação Tempestade no Deserto foi constituída pela ofensiva terrestre das tropas da coalizão, tendo duração de cerca de 100 horas. O sucesso da ofensiva foi estonteante, visto que pela manhã do dia 28 de Fevereiro de 1991 entrava em vigor o cessar-fogo, com a promessa de Hussein cumprir todas as resoluções promulgadas pelo CSNU (CHANT, 2001; TAYLOR, BLACKWELL, 1991, p. 236).

Os resultados deste confronto, além de consolidar a doutrina da Batalha Aeroterrestre, foram utilizados pelo TRADOC como evidência incontestável das qualidades do novo modelo de perfil de força. A vitória foi interpretada como uma demonstração dos benefícios do uso de uma força de voluntários e também motivou um aprofundamento do processo de modernização militar iniciado em fins da década de 1970. Por isso, torna-se crucial relatar em detalhes o andamento das operações militares de 1991, assunto que será extensamente debatido na próxima seção.

4.3 A GUERRA DO GOLFO DE 1991: A PRIMEIRA APLICAÇÃO EMPÍRICA DO NOVO PERFIL DE FORÇA NORTE-AMERICANO

A fim de retomar, o trabalho se dedica ao estudo dos processos de modernização militar e a transformação das Forças Armadas dos Estados Unidos, particularmente como a evolução histórica do perfil de força estadunidense foi impactada pela derrota na Guerra do Vietnã (1955-1975). Após a derrota na Indochina, o TRADOC realizou uma série de reformas realizadas durante as décadas de 1970 e 1980, passando a enfatizar a mobilidade estratégica, a construção de um contingente de deslocamento rápido, a guerra de manobra, um fluxo contínuo no campo de batalha, ataques a pontos fracos do inimigo, a estreita integração com as operações aéreas, a flexibilidade e a iniciativa. Formou-se, portanto, uma capacidade

⁶⁷Cabe ressaltar que ela foi precedida por uma intensa campanha aérea dissuasória, etapa que ficou conhecida como Operação Escudo do Deserto e funcionou como uma preparação para a segunda fase da conflagração, a própria Operação Tempestade do Deserto (TOFFLER; TOFFLER, 1993, p. 80).

militar concisa, profissionalizada, equipada com tecnologias de última e pronta para ser distribuída sobre o globo de imediato.

Em termos de doutrina, formulou-se a Batalha Ar-Terra, que pode ser resumida em uma forma de guerra que buscava atingir, de forma breve, a vitória absoluta e com poucas baixas. A ideia era valer-se da tecnologia avançada para a realização de uma campanha aérea eficiente, que destruísse por completo o sistema de comando e controle adversário, cortando quaisquer comunicações entre as forças comprometidas e as forças militares da retaguarda; assim, desestruturar-se-ia o inimigo, facilitando o avanço da ofensiva terrestre. Esta, por sua vez, poderia neutralizar e obter controle do território adversário sem grandes sacrifícios, avançando rapidamente e com poucas baixas.

Este novo perfil de força atuaria pela primeira vez no Iraque, em 1991. A Guerra do Golfo, portanto, pode ser considerada a primeira aplicação empírica do Novo Modo Americano de Fazer a Guerra. Contudo, o que está sendo argumentado no primeiro capítulo é que este foi um momento transicional; o perfil de força ainda apresentava caráter híbrido: combinava o uso intensivo de tecnologia com a massa de soldados, que caracterizava o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Foram enviadas 660 mil tropas da coalizão ao Iraque – destacando-se as 260 mil tropas responsáveis pela ofensiva terrestre e as 1.800 aeronaves de combate que realizaram a campanha aérea. Dito de outra forma, a Operação Tempestade no Deserto de 1991 ficou marcada tanto pela campanha aérea, quanto pela ofensiva terrestre.

Por isto, deve ser analisado o conflito de 1991 para que, no próximo capítulo, possa ser feita uma comparação com a guerra de 2003. A principal diferença diz respeito a importância da massa e da ofensiva terrestre: somente as tropas responsáveis pela ofensiva terrestre em 1991 superavam a totalidade das forças enviadas pela coalizão no segundo conflito (250.000 tropas). A análise será centrada na Operação Tempestade no Deserto, que ocorreu entre os dias 17 de janeiro e 28 de fevereiro de 1991, cujo objetivo era ocupar o território iraquiano em alta velocidade, a fim de forçar a rendição de Hussein. A Operação pode ser dividida em dois momentos distintos. O primeiro deles corresponde à fase aérea, que teve duração aproximada de 40 dias e que ficaria conhecida como Trovão Instantâneo (do inglês, *Instant Thunder*). A segunda fase da Operação Tempestade no Deserto foi constituída pela ofensiva terrestre das tropas da coalizão, tendo duração de cerca de 100 horas. Ela seria encerrada no dia 28 de Fevereiro de 1991, quando entrou em vigor o cessar-fogo entre os dois países.

Relembrando, na primeira seção deste capítulo, relatou-se que a Resolução 678 permitiria a intervenção militar internacional caso o Iraque não cooperasse com os prazos estipulados pelo CSNU, deixando o território iraquiano. Por isso, quando o prazo do dia 15 de janeiro passou, a coalizão já estava em processo de concentrar suas forças armadas na região, momento que ficaria conhecida como Operação Escudo no Deserto. Desde agosto de 1990, as forças estadunidenses vinham enviando soldados e armamentos para o território saudita⁶⁸, simultaneamente a uma intensa campanha aérea dissuasória – buscou-se assegurar o domínio aéreo absoluto pelos Estados Unidos. Esta fase ficaria conhecida como Operação Escudo no Deserto e funcionou como uma preparação para a segunda fase da conflagração, a Operação Tempestade do Deserto. Vejamos em mais detalhes sobre a fase preparatória que antecedeu a intervenção de janeiro de 1991.

De 8 de agosto a 7 de novembro, o Comando Central dos EUA (CENTCOM) enviou para o Oriente Médio, particularmente a Arábia Saudita, a 82ª Divisão Aerotransportada, a 101ª Divisão Aerotransportada, a 1ª Brigada de Artilharia de Defesa Aérea e elementos da 1ª Força Expedicionária da Marinha. Todas essas unidades são relativamente leves, compostas em sua maioria por tropas de infantaria. Ao cabo deste período, as forças terrestres da coalizão eram compostas de aproximadamente 40.000 soldados sauditas, 42.000 soldados de outras nações árabes, 7.000 soldados britânicos, 4.000 franceses e 150.000 soldados dos EUA. No final de novembro, para reforçar as forças terrestres, foram enviadas a maioria das unidades blindadas, foi realizado um massivo aumento do poderio naval americano na região e ampliaram-se as forças aéreas multinacionais posicionadas no Oriente Médio (TAYLOR; BLACKWELL, 1991, p. 231-232).

Além disto, à medida que a oposição internacional à agressão do Iraque se solidificava - manifestada pelas numerosas resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Golfo - o governo Bush direcionou seus esforços para unir uma força militar multinacional e garantir o apoio do Congresso dos EUA para o engajamento das forças americanas na região. Inicialmente, buscava-se uma realização conjunta do bloqueio naval, sancionado pela Resolução 665 da ONU em 25 de agosto. O objetivo desse esforço, conforme expressado pela administração de Bush Sênior e pela coalizão à época, era servir não apenas como um impedimento para mais agressões iraquianas contra a Arábia Saudita, mas também para obrigar suas forças a deixar o Kuwait (STEWART, 2010, p. 16).

⁶⁸Como mencionado anteriormente, estima-se que cerca de 800 mil homens – 400 mil sendo soldados estadunidenses – foram alocados na região, simultaneamente ao deslocamento de milhões de toneladas de suprimentos e equipamentos (TOFFLER; TOFFLER, 1993, p. 80).

Em 08 de novembro, o objetivo deixaria de ser a dissuasão do Iraque, pois passou-se a aumentar o tamanho da força dos EUA na Arábia Saudita, a fim de dar à coalizão uma opção ofensiva no terreno, caso tal operação se torne necessária⁶⁹ (STEWART, 2010, p. 17). Por esta razão, em 14 de novembro, o secretário de Defesa dos EUA, Dick Cheney, anunciou que 125 mil reservas seriam convocadas, número que foi aumentado para 188 mil em 1º de dezembro. As unidades ativas do Exército dos EUA selecionadas em 8 de novembro para o serviço na Arábia Saudita foram a 1ª Divisão Blindada, a brigada avançada da 2ª Divisão Blindada, o 2º Regimento de Cavalaria Blindada e a 3ª Divisão Blindada. Juntamente com a 1ª Divisão de Infantaria e outros, essas unidades trariam cerca de 1.200 M1A1 tanques e mais de 200 helicópteros de ataque ao teatro de operações do Kuwait. Tais unidades seriam enviadas por navios e, principalmente, pelo aerotransporte⁷⁰ (TAYLOR; BLACKWELL, 1991, p. 233-234).

Após este período de concentração de tropas e, assim que esgotado o prazo estipulado pela Resolução 678, deu-se início à Operação Tempestade no Deserto. No dia 17 de janeiro, foi lançado um míssil guiado de precisão "Paveway" de 907 kg de explosivos, atingindo o prédio da AT&T (responsável pelo setor de comunicação no Iraque)⁷¹, marcando o começo da campanha aérea. Esta fase da Operação Tempestade no Deserto teve duração aproximada de 40 dias e foi orientada pelo plano de bombardeio que ficaria conhecido como Trovão Instantâneo (do inglês, *Instant Thunder*). O objetivo central era destruir por completo o sistema de comando e controle iraquiano e cortar quaisquer comunicações entre as forças militares de defesa do Iraque e as forças militares de ocupação do Kuwait. Assim, qualquer manobra militar de porte ficaria impossibilitada, facilitando a vitória da coalizão (CHANT, 2001, p. 44-60).

Em mais detalhes, de acordo com o plano formal para a campanha Trovão Instantâneo, elaborado pela administração Bush Sênior, as metas da campanha aérea organizada pelos EUA podem ser elencadas da seguinte forma: primeiro, atacar a liderança político-militar iraquiana e os centros de comando e controle militares; segundo, conquistar e manter a

⁶⁹De acordo com Press (2001, p. 7-8), por causa do poder aéreo, particularmente do aerotransporte, os Estados Unidos conseguiram rapidamente "traçar uma linha na areia" e estabelecer uma capacidade inicial de defender a Arábia Saudita.

⁷⁰A fim de auxiliar o processo de aerotransporte, ainda, utilizou-se da mídia para criar uma ilusão de um acúmulo de forças muito mais rápido e massivo do que o que de fato ocorreu. Conhecida como *deception* (ou dissimulação tática), esta tática de guerra psicológica faz uso seletivo da mídia, apenas fornecendo informações selecionadas. Assim, foram diminuídas as chances do Iraque lançar um ataque surpresa, pegando as tropas da coalizão vulneráveis em seu processo de concentração (TAYLOR; BLACKWELL, 1991, p. 233-234).

⁷¹Este míssil teria enorme impacto, pois a população ficaria no escuro sobre os próximos momentos da guerra.

superioridade aérea no teatro de operações; terceiro, interromper as linhas de suprimento iraquianas; quarto, destruir unidades de produção, armazenamento e entrega de armas nucleares, biológicas e químicas; quinto, destruir as forças da Guarda Republicana no teatro de operações do Kuwait; e, sexto, liberar a capital kuwaitiana. Para tanto, estabeleceram-se como alvos do bombardeio as instalações relacionadas com as armas de destruição em massa e dos mísseis *Scud*, as instalações militares de apoio, produção e pesquisa, as lideranças político-militares, os centros de comando, controle e comunicações, o setor de infraestrutura (energia elétrica, instalações petrolíferas, ferrovias e pontes, aeródromos, portos e instalações navais), as baterias de defesas antiaéreas (SAMs) e as unidades da Guarda Republicana (LEWIS, 2003, p. 488). Para alcançar tais metas, os EUA valeram-se de suas Forças de Operações Especiais e unidades de helicópteros de ataque para melhor identificar os pontos fortes do Iraque e redirecionar o planejamento da operação. Unidades de reconhecimento exploraram campos minados e informaram unidades de engenharia sobre as melhores vias de abordagem.

Além disso, por fins de organização da linha do tempo, o plano dividia a fase aérea em três etapas distintas: primeiro, ataques decapitantes⁷² e operações de supressão de defesa antiaérea; segundo, aviação de interdição e a disrupção das linhas de suprimento iraquianas; e, terceiro, operações baseadas em efeitos. A primeira etapa duraria 07 dias e significaria a realização de bombardeios estratégicos, focando-se em ataques à infraestrutura logística, militar e os sistemas de comunicações do governo iraquiano, a fim de quebrar seu processo decisório. As primeiras unidades a se tornarem alvos seriam as tropas especiais da Guarda Republicana, concentradas na fronteira Iraque-Kuwait, dada à sua relevância para a ofensiva de Hussein e sua concentração de recursos. Além disso, buscou-se o aniquilamento das redes de SAMs e baterias antiaéreas inimigas, principal estratégia de defesa iraquiana (CHANT, 2001, p. 60-66).

A segunda etapa iniciou-se no dia 24 de janeiro, sendo marcada por ataques à força aérea iraquiana em solo kuwaitiano, além de portos, pontes e estradas, na tentativa de interromper as linhas de suprimentos e transportes das reservas. Buscou-se também atingir as plantas de geração de energia elétrica, refinarias de petróleo e locais de armazenamentos de armas de destruição em massa, tais como as químicas, nucleares e biológicas. A Guarda Republicana de Saddam Hussein continuava como um dos principais alvos em termos de

⁷²Durante as primeiras horas de bombardeamento sobre Bagdá, 18 mil toneladas de bombas foram lançadas sobre alvos estratégicos, tais como prédios do governo e elementos cruciais de infraestrutura (CHANT, 2001, p. 64).

unidades militares, buscando-se destruir – também – seus locais de reabastecimento e as minas de defesa. Além disso, procurou-se isolar as forças divididas entre os dois países: todas as pontes e estradas entre o Kuwait e Iraque tornaram-se alvos, o que diminuiu em 90% o movimento fronteiriço. Ficava claro que o Iraque não oferecia mais uma resistência real, portanto passou-se a mirar a capital e as tropas remanescentes para forçar uma eventual rendição (CHANT, 2001, p. 66-73).

Por volta do dia 28 de janeiro, a coalizão pode declarar completa supremacia aérea sobre o Iraque e tamanha eficiência pode ser interpretada como resultante do uso de tecnologia de ponta, cujo desenvolvimento foi motivado pelas reformas das décadas anteriores e pela publicação da doutrina da Batalha Ar-Terra. Destacam-se as aeronaves EF-111A, responsável por localizar as defesas antiaéreas inimigas; as aeronaves F-16 *Fighting Falcon* e A10-A *Thunderbolt*, responsáveis por aviação antitanque e por apoio de fogo aproximado; aeronaves EC-130E (RR) Hércules; helicópteros e, principalmente, as aeronaves E-8 J-STARS e E-3 Sentry AWACS que possuíam radares embarcados, capazes de atualizar a frota – em tempo real – sobre o campo de batalha. Este último item é particularmente importante, pois auferir consciência de situação; consciência de situação é parte da guerra digital e de informações, implicando em ataques de precisão mais letais, com melhores resultados táticos (MANKHEN, 1997, p. 151-152; 161).

Por fim, a terceira etapa da fase aérea seria caracterizada pela tática que se convencionaria chamar de choque e pavor, ou seja, a destruição não apenas física, mas moral das tropas, com o objetivo de eliminar sua coesão e, de fato, sua vontade de lutar (ULLMAN, 2003). Além disso, procurou-se obliterar o apoio da população local à continuidade do conflito: como visto no capítulo anterior, a política de um governo – incluindo guerras – deve refletir as aspirações da população a quem responde; dito de outra forma, a menos que o povo decida que uma guerra é, na verdade, de seu interesse, o Exército fracassará. Por isso, valeu-se de táticas para amedrontar a população civil, tais como bombardeios das principais cidades, cortes de água e energia e mesmo do fornecimento de alimentos e táticas de guerra psicológica. Dito de forma simples, guerra psicológica é o uso de propaganda contra um inimigo, apoiada por medidas militares, econômicas ou políticas que possam ser necessárias para quebrar sua vontade de lutar. Inclusive, cabe-se ressaltar que a Guerra do Golfo foi o primeiro conflito a ser televisionado e reportado em tempo real, com imagens que aterrorizaram a população iraquiana.

Por isso, quando em 24 de fevereiro deu-se início à ofensiva terrestre, as Forças Armadas iraquianas ofereceram pouca resistência; estavam exauridas após os 40 dias de

bombardeios constantes. Em outras palavras, a velocidade da ofensiva terrestre - que neutralizou em definitivo as forças iraquianas - foi resultado direto da eficiência campanha aérea. Ao longo de quase cinco semanas de bombardeamento, as forças aéreas da coalizão dizimaram muitas das unidades no teatro de operações do Kuwait, algumas até 50% da força anterior à guerra, impedindo-as de manobrar no deserto; neutralizaram as defesas aéreas do país e destruíram boa parte da artilharia iraquiana, destruindo a capacidade das forças armadas iraquianas de realizar uma defesa eficaz. Ainda, bombardeios estratégicos derrubaram os principais centros de comando e controle, comunicações e de inteligência, dificultando a capacidade da liderança iraquiana de controlar seu exército entrincheirado no Kuwait e arredores. As redes de transporte foram atingidas repetidamente, interrompendo o reforço e o reabastecimento das tropas, minando a vontade nacional de lutar. Isto tudo possibilitou o movimento rápido dos corpos de exército da coalizão (PRESS, 2001, p. 7-8; TAYLOR; BLACKWELL, 1991, p. 235).

Portanto, parte-se à análise da segunda fase da Operação Tempestade no Deserto. Aqui já fica claro porque a Guerra do Golfo pode ser considerada a aplicação empírica da ALB. Primeiro, fez-se uso da tecnologia avançada para a realização de uma campanha aérea eficiente, que desestruturou o inimigo, isolou à linha de frente, dificultou o movimento das demais tropas e impediu a comunicação com os centros de comando e controle, facilitando - assim - o avanço da ofensiva terrestre. Esta, por sua vez, neutralizaria e obteria controle do território adversário sem grandes sacrifícios, avançando rapidamente e com poucas baixas.

A ofensiva terrestre - conhecida como *Desert Sabre* - teve duração de cerca de 100 horas, sendo que o avanço em solo foi conduzido em cinco setores de progressão distintos, liderados por uma vanguarda blindada fortemente apoiada por artilharia e aviação de ataque, além de unidades de paraquedistas e helicópteros pesados operando envolvimento em profundidade. Esta fase seria uma combinação sem precedentes de três conceitos operacionais: penetração, movimento giratório e envolvimento. As principais forças envolvidas eram os Corpos de Exército XVIII e o VII, sendo o primeiro responsável por bloquear a saída das tropas iraquianas pelo Vale do Eufrates, enquanto o segundo buscava aniquilá-las. Ao mesmo tempo, os três últimos setores - a cargo do Comando Norte das Forças Combinadas, do Comando Leste das Forças Combinadas e da Força Expedicionária e Fuzileiros Navais - deveriam avançar na direção norte, progredindo sobre o território kuaitiano (TUCKER-JONES, 2014, p. 119). O sucesso da ofensiva foi estonteante, visto que pela manhã do dia 28 de Fevereiro de 1991 entrava em vigor o cessar-fogo, com a promessa de Hussein cumprir todas as resoluções promulgadas pelo CSNU.

Ela teve início no dia 24 de fevereiro, com medidas preliminares das forças dos EUA, da Arábia Saudita e da Arábia no sul do Kuwait. Estes ataques iniciais foram planejados para convencer os iraquianos de que o principal ataque seria no Kuwait, de modo a enganar o comando iraquiano em comprometer suas reservas para essa área. O uso de dissimulação tática realizadas pelos EUA era constante e, neste caso, acabou criando uma ilusão de um ataque a leste de seu principal ponto de penetração, desviando a atenção iraquiana dos principais focos de combate. Atualmente, sabe-se que o esforço principal da campanha terrestre estava se desenvolvendo bem a oeste da fronteira do Kuwait. Podem ser elencados dois focos de luta principais: a penetração da frente fortificada do Iraque, liderada pelo VII Corpo de Exército, e a tomada de pontos de desembarque de tropas pelas forças do XVIII Corpo Aerotransportado (TAYLOR; BLACKWELL, 1991, p. 233-234; 237-238). Foi um uso brilhante da *deception*, o que permitiria que as forças dos EUA e da coalizão mantivessem a iniciativa durante a campanha, ponto crucial para a doutrina da Batalha Aeroterrestre.

Em mais detalhes, o XVIII Comando Aerotransportado - sob o comando do tenente geral Gary Luck - liderou o ataque: estas unidades foram posicionadas a oeste do flanco do VII Corpo e foi encarregado de avançar aproximadamente 300 km em direção ao rio Eufrates, a fim de bloquear grandes pontos de passagem e impedir o transporte de reforços indo do Kuwait ao Iraque. Além disso, estas unidades estavam encarregadas de interditar tropas iraquianas rumo ao longo da principal estrada, a *Highway 8*, assim auxiliando na destruição da Guarda Republicana. Esta posição estratégica foi transformada em uma base operacional avançada para reposição de combustível e outros suprimentos, enquanto soldados adicionais da 101ª voaram para cortar a *Highway 8*. No final do primeiro dia, o XVIII Corpo tinha conseguido progressos notáveis, tendo estabelecido suas forças em uma posição 273 km dentro do território iraquiano. O avanço altamente bem-sucedido dos elementos aerotransportados do XVIII Corpo do Exército persuadiu a liderança dos EUA a acelerar a operação geral, dada a recém-descoberta pré-disposição das forças iraquianas de se renderem: em 25 de fevereiro, as tropas da coalizão haviam destruído as principais divisões de infantaria do Iraque, tinham tomado posse de bases operacionais avançadas - para desembarque e reposição de suprimentos - e se preparavam para enfrentar a Guarda Republicana posicionada ao leste (FINLAN, 2003, p. 57).

Portanto, dava-se início ao segundo momento da ofensiva terrestre: a destruição da Guarda Republicana do Iraque e a apreensão da Cidade do Kuwait, por parte do VII Corpo⁷³,

⁷³De acordo com Finlan (2003, p. 57), composto por 150.000 soldados e centenas de tanques de combate (MBT, do inglês *Main Battle Tank*).

das Forças Marinhas e dos Exércitos Árabes. Com as forças iraquianas divididas em múltiplos pontos de engajamento, pode-se dar início ao avanço para o Kuwait; forçou-se o defensor a sair de suas posições fortes, deixando as tropas de Hussein vulneráveis (TUCKER-JONES, 2014, p. 154-158). O plano de batalha para este corpo foi bastante desafiador em termos de sincronização. Enquanto a 1º Divisão de Cavalaria atacava o flanco mais oriental da área sob responsabilidade do VII Corpo, criando a ilusão de que este seria o principal assalto às forças de Saddam, o 2º Regimento de Cavalaria Blindada, as 1ª e 3ª Divisões Blindadas e a 1ª Divisão de Infantaria dos EUA cruzariam as linhas iraquianas nos flanco ocidental e central, forçando as forças iraquianas a combater em múltiplos pontos (FINLAN, 2003, p. 57-59). Rapidamente, derrotou-se duas divisões inimigas, permitindo que as tropas da coalizão⁷⁴ continuassem seu avanço como um corpo concentrado, em vez de em elementos separados (como estava acontecendo até o momento).

Ainda, simultaneamente, a fim de forçar um futura rendição, a 2ª Divisão da Marinha bloqueou as principais rodovias e encruzilhadas e a 1ª Divisão da Marinha - juntamente a unidades da 2ª Divisão Blindada - tomou o aeroporto internacional, minando rotas de retirada (TAYLOR; BLACKWELL, 1991, p. 238-239). Tinha ficado sob encargo dos fuzileiros navais convencer Saddam Hussein de que o principal ataque anfíbio já havia ocorrido, deixando as tropas iraquianas mais vulneráveis a este ataque. O progresso deste esforço combinado de mar, terra e ar (qualquer movimentação fora precedida por um ataque aéreo de interdição, além de ter contato todo o tempo com apoio de fogo aproximado) foi impressionante, tendo alcançado todos os seus objetivos no primeiro dia (TUCKER-JONES, 2014, p. 156).

Entre o segundo e o terceiro dia de operações, o XVIII Corpo Aerotransportado pode se juntar ao VII Corpo em seu objetivo de destruir a Guarda Republicana do Iraque e de apreender a Cidade do Kuwait. Enquanto o VII Corpo iria para o leste, a fim de formar o gancho de esquerda⁷⁵ e colidir com as principais unidades da Guarda Republicana (Divisões Hamurabi, Madinah e Tawakalna), o XVIII atuaria à Oeste, nas proximidades do rio Eufrates, funcionando como um gancho de direita, além de dever proteger as posições na *Highway 8* e as linhas de comunicação das forças da coalizão. A ideia por trás das movimentações destes dois grandes flancos (havia outras unidades menores auxiliando na batalha, mas nos reteremos a estas aqui) era realizar uma manobra de pinça, atacando o inimigo em

⁷⁴As tropas dos demais países-membros da coalizão foram encarregadas de enfraquecer as defesas iraquianas, proteger o VII Corpo e ocupar posições-chave dentro do Kuwait (FINLAN, 2003, p. 59).

⁷⁵A linha britânica de assalto representou outro gancho de esquerda gigante que os levaria do Iraque para o Litoral do Kuwait (FINLAN, 2003, p. 62).

profundidade, deixando-o isolado e forçando sua rendição; rapidamente avançou-se para a Cidade do Kuwait, a qual foi liberada na noite do dia 27 de fevereiro; a coalizão havia ganho a guerra. Os EUA haviam conseguido o seu objetivo original: uma guerra rápida e com reduzidas baixas. As forças de coalizão, ao todo, sofreram cerca de 138 mortos em ação e mais de 350 feridos⁷⁶ (FINLAN, 2003, p. 62-63).

Ao final desta descrição do conflito, ressalta-se mais uma vez, o que deve ser retido da descrição acima é que esta fora a primeira aplicação empírica da ALB. Ressalta-se também que a doutrina e o perfil de força estadunidense estavam em fase de transição ainda apresentando elementos do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra: nesta ofensiva terrestre, a massa de soldados ainda teve importância crucial - o contingente dos EUA totalizava mais de 530.000 pessoas no seu auge; foram utilizadas mais de oito divisões terrestres, com o apoio aproximado de fogo da cavalaria aérea e de aeronaves de combate, além de uso intenso de paraquedistas e operações especiais (TAYLOR; BLACKWELL, 1991, p. 239-240). Isto não significa dizer que estes soldados remetiam aos enviados a lutar nas duas guerras mundiais; em 1991 foi enviada uma força um pouco mais concisa de homens, estes sendo melhor treinados, melhor equipados e contando com uma liderança mais qualificada. O que está sendo argumentado aqui é que é impossível negar a importância das *boots on the ground* para a vitória estadunidense 1991. A atuação do VII e do XVIII Corpos de Exército, particularmente a manobra de pinça realizada para a liberação do Kuwait, foi fundamental para a vitória americana.

Isto se deu, pois Collin Powel - que ocupava a posição de *Chairman of the Joint Chiefs of Staff*, o mais alto posto dentro do Departamento de Defesa, à época - inaugurou a ALB em seus moldes transicionais, conforme fora concebida nos anos 1980; ou seja, utilizar-se-ia da combinação do uso intensivo de tecnologia⁷⁷ com a massa de soldados. A campanha aérea estava em patamar semelhante de importância com a ofensiva terrestre; a primeira deveria desestruturar as forças inimigas, enquanto a segunda deveria tomar o território e subjugar a população e o governo locais à vontade estadunidense. Portanto, argumenta-se que foi colocada em prática um modelo híbrido para o emprego da força: buscou uma vantagem qualitativa em relação aos equipamentos militares, mas não abriu mão da massa, que caracterizava o Modo Americano de Fazer a Guerra tradicional (WEIGLEY, 1973). Em outras palavras, a tecnologia superior da coalizão não ganhou a guerra por si só; treinamento,

⁷⁶Números que parecem ainda menores se comparados aos iraquianos: as mortes civis do país árabe são estimadas entre 25.000 e 50.000, enquanto as estimativas das baixas militares variam entre 85.000 e 150.000

⁷⁷Destacam-se *Patriot Systems*, M1A1 *Main Battle Tank*, o Sistema de Lançamentos Múltiplos dos EUA, os *Humvee*, os veículos de combate *Bradley*, os mísseis *Hellfire*, os helicópteros *Apaches*, entre outros.

liderança, doutrina e inteligência desempenharam papéis críticos na formação da vitória da coalizão. A combinação entre desigualdade de habilidades e imensa superioridade tecnológica foi a razão da vitória estadunidense (BIDDLE, 1996, p. 140).

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Como vimos no capítulo anterior, o TRADOC foi responsável por uma reformulação do pensamento militar estadunidense, nas décadas de 1970 e 1980; este processo foi resultado da “síndrome” da derrota do Vietnã, que funcionara como uma conjuntura crítica motivadora para as alterações das instituições bélico-militares das décadas de 1970 e 1980. Em termos de estrutura de força, estas reformas buscaram a obtenção de uma capacidade militar concisa, profissionalizada, equipada com tecnologias de última e pronta para ser distribuída sobre o globo de imediato. Já em termos de doutrina, formulou-se a Batalha Ar-Terra, que pode ser resumida em uma forma de guerra que buscava atingir, de forma breve, a vitória absoluta e com poucas baixas, a partir de uma combinação de operações em terra e no ar. Para tanto, conta-se com a iniciativa e valendo-se de ataques frontais, combate em profundidade, mobilidade de flanco, táticas de cerco, infiltração e contra-ataque ou assaltos aéreos que buscam tirar proveito da iniciativa e do ataque surpresa.

Em um contexto de ressentimento acumulado, dadas às mortes de inúmeros cidadãos médios americanos, que haviam sido recrutados para lutar em uma guerra que não usufruía de apoio doméstico é crucial para o entendimento a prioridade colocada pelo Exército em ter apoio público, apoio militar e apoio do Congresso depois da guerra. E a ideia uma guerra que atingisse de forma breve a vitória absoluta e com poucas baixas, tinha a aprovação da totalidade da sociedade estadunidense. Por isso, estas reformas foram tão sedutoras.

Contudo, questiona-se a opção por tais reformas, pois elas não seriam precedidas de uma reformulação dos objetivos de política externa do país, tendo consequências negativas profundas para perfil de força nacional. Ao enfatizar o nível operacional do planejamento de guerra, tais reformas acabavam por menosprezar considerações de política externa. As repercussões negativas mencionadas decorreriam, principalmente, da ênfase militar na prontidão para efetuar intervenções externas a partir de campanhas aéreas; por consequência, a ofensiva terrestre teria sua importância reduzida, sendo realizada a partir de brigadas aerotransportadas, apoiadas em tecnologia de ponta, com baixos efetivos.

É preciso ressaltar, contudo, que estas consequências não foram sentidas de imediata. Em sua primeira aplicação empírica, a ALB ainda apresentava um caráter híbrido: em 1991, o

perfil de força que atuou no Iraque combinava o uso intensivo de tecnologia com a massa de soldados. Dito de outra forma, buscou-se uma vantagem qualitativa em relação aos equipamentos militares, mas não se abriu mão da massa, que caracterizava o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Em mais detalhes, a Operação Tempestade no Deserto de 1991 ficou marcada pelo uso de operações coordenadas por ar, terra e mar. A Operação pode ser dividida em dois momentos distintos: o primeiro deles corresponde à fase aérea, *Instant Thunder*, que teve duração aproximada de 40 dias, caracterizado pelo uso intenso de tecnologia; o segundo corresponde à fase de avanço terrestre, *Desert Sabre*, em que o modelo híbrido (entre o Modo Americano de Fazer a Guerra tradicional e o Novo Modo Americano de Fazer a Guerra) fica mais claro.

Durante a campanha aérea, buscou-se eliminar as resistências futuras ao avanço terrestre estadunidense sobre o território do Kuwait e sobre o sul iraquiano. Dessa forma, foram realizados ataques em profundidade sobre os territórios inimigos, buscando mesmo atingir a retaguarda das forças iraquianas, interromper suas linhas de comunicação, suprimentos e comando e controle, assim isolando as tropas e dificultando o processo decisório iraquiano. Nesse mesmo sentido, procurou-se levar a cabo golpes decapitantes contra as lideranças iraquianas, além da realização de operações baseadas em efeitos, buscando destruir a coesão moral e o tecido social do Estado adversário, minando o apoio da população ao esforço de guerra. Por fim, buscou-se estabelecer uma forma mais automatizada de consciência de situação, comando e controle, através da guerra centrada em rede - processo realizado pelas aeronaves de vigilância, consciência de situação e de coordenação de batalha, como o E-3 Sentry e o E-8 JSTARS.

O segundo momento, a ofensiva terrestre das tropas da coalizão, traz o caráter híbrido de ênfase na massa. Nessa fase da operação, foram utilizadas mais de oito divisões terrestres, formadas por voluntários, com o apoio aproximado de fogo da cavalaria aérea e de aeronaves de combate, além de uso intenso de paraquedistas e operações especiais. O contingente dos EUA totalizou mais de 530.000 pessoas no seu auge. Com estes números em mente e a impressionante velocidade das tropas em terra, fica impossível negar a importância das *boots on the ground* para a vitória estadunidense. Particularmente, a atuação do VII e do XVIII Corpos de Exército em sua manobra de pinça que encerraria a guerra. Embora, muito da velocidade da ofensiva terrestre ter sido resultado direto da eficiência campanha aérea (que dizimou muitas das unidades no teatro de operações do Kuwait, neutralizou as defesas aéreas do país e destruiu boa parte da artilharia iraquiana, entre outros feitos), esta não ganharia a

guerra sozinha; a ofensiva terrestre foi responsável pela tomada do território iraquiano e pela liberação da capital kuwaitiana.

Isto não quer dizer que o planejamento político-estratégico tenha sido feito de maneira adequada. Já em 1991, em razão da inversão dos campos de política e operações que vinha se desenvolvendo nas últimas décadas, o plano de guerra não oferecia respostas satisfatórias as seguintes perguntas: como pode a situação que procuramos alterar, uma vez que é alterada por força, se desenvolver e quais poderiam ser as consequências? Qual é o objetivo político de longo prazo que procuramos alcançar? Desde as reformas das décadas de 1970 e 1980, a esfera de guerra prioritária seria a operacional e, como consequência, todos os marcos de política externa subsequentes seriam muito mais voltados ao curto prazo, regendo os conflitos de forma inadequada. De acordo com o marco teórico da dissertação, que argumenta que a guerra é um instrumento para atingir fins políticos de longo prazo e, portanto, deve ser organizada em torno dos mesmos, estes seriam questionamentos essenciais a se fazerem, ainda na fase de planejamento militar. Ao que parece, essas perguntas nunca foram adequadamente respondidas na Guerra do Golfo, tendo em vista os acontecimentos da região na década seguinte. A guerra não fez desaparecer o regime de Saddam, ajudou a desencadear duas guerras civis e causou um colapso das instalações de infraestrutura no Iraque, deixando a população em situação ainda mais precária (MUELLER, 1995, p. 42-43).

Mas o que deve ser retido é que, erroneamente, interpretou-se a vitória operacional de 1991 como uma demonstração dos benefícios do uso de uma força de voluntários e da necessidade de aprofundar o processo de modernização militar iniciado em fins da década de 1970 (em vez de aprimorá-lo em seu molde original). Interpretou-se a nova tecnologia como a razão para uma pequeníssima taxa de baixas, 01 em cada 3.000 soldados estadunidenses, tornando a Guerra do Golfo um evento modelador para o planejamento de defesa das décadas seguintes (BIDDLE, 2004, p. 133). Na percepção dos tomadores de decisão americanos, os EUA estariam à beira de uma revolução nos assuntos militares provocada pelo impacto radical da nova tecnologia na guerra, sendo necessário repensar a maneira que o país equipam e operam suas forças, bem como as condições sob as quais essas forças deveriam se comprometer para combater (BIDDLE, 1996, p. 174-175). Portanto, pode-se interpretar que a estratégia posta em prática na Guerra do Golfo, na verdade, corresponde a uma transição entre o modelo de exército de massas do século XX e o perfil de força utilizado em 2003.

Há quem argumente que este seria o fluxo normal de modernização militar, tendo em vista os avanços tecnológicos da década de 1990. A presente dissertação não questiona que a transição tecnológica tem impacto sobre os perfis de forças nacionais. Questiona-se, sim, que

na Revolução nos Assuntos Militares de 1992 a tecnologia deixou de ser um instrumento de combate e passou a ser o centro do pensamento de guerra. Isto ficará mais claro no capítulo seguinte, quando será demonstrado que o centro da reorganização do Exército deixou de ser aprimorar o soldado, mas sim os seus equipamentos, a logística aerotransportada, teatro sintético de guerra (comando e controle, consciência de situação e guerra centrada em rede), supremacia aérea, guerra da informação e as operações baseadas em efeitos. Como consequência disso, o Exército ficaria cada vez mais alienado das sociedades em que intervinha, adotaria uma forma mais desumanizada de fazer a guerra - recorrendo cada vez mais a ataques remotos, veículos aéreos não-tripulados e violentas campanhas aéreas - e enfraqueceria as considerações estratégicas de guerra.

Em mais detalhes, a Revolução em Assuntos Militares (RMA, do inglês *Revolution in Military Affairs*) propunha a construção de uma força de projeção global, baseada nos Estados Unidos e de alta mobilidade. Isto demandava uso intenso da tecnologia, particularmente os elementos listados no parágrafo acima. O desenvolvimento destas capacidades pesaria sobre o orçamento de defesa, sendo necessário escolher entre investimentos em tecnologia ou em massa. O Departamento de Defesa optou pelo primeiro, despriorizando a manutenção de um exército de grande escala e das ofensivas terrestres; o foco recairia em aumentar a prontidão para efetuar intervenções externas lideradas pela campanha aérea. Este novo perfil de força pode ser observado com clareza na campanha do Iraque de 2003, sob direção-símbolo de Donald Rumsfeld.

Em suma, essa nova versão da ALB empregada por Donald Rumsfeld, que traria consigo um “enxugamento” das tropas, gerando um perfil de força mais enxuto e tecnológico, utilizando-se um menor número de tropas (somente as tropas responsáveis pela ofensiva terrestre em 1991 superavam a totalidade das forças enviadas pela coalizão no segundo conflito - 250.000 tropas), mas com maior intensidade em treinamento e equipamentos qualitativamente melhores. Seu objetivo: vencer campanhas de forma rápida e com baixos custos - tecnológicos e humanos. Não obstante, a despeito de os resultados das operações no Iraque terem sido, de início, excelentes, os EUA viu-se envolvido em uma guerra de 10 anos de duração, custosa e que não atingiria os objetivos propostos.

A reduzida atuação do Exército em 2003 acabou por prejudicar a manutenção da ordem nos territórios civis. A gradual retirada do componente humano do modo americano de fazer a guerra acabaria por instaurar um vácuo de poder e o caos no Iraque, forçando os EUA a permanecer no país até 2011; este período incorreria em vários *spillover effects*, tais como a fragilização da imagem americana no Sistema Internacional e a indução de uma atuação mais

unilateral do país em suas Relações Internacionais. A vitória operacional não implicou em uma vitória político-estratégica, pois subverteu-se a lógica Clausewitziana. O planejamento de guerra não pode ser focado em eficiência operacional (“vencer batalhas”), mas sim atingir objetivos estratégicos⁷⁸.

Além disso, pode-se questionar se esta teria sido uma estratégia inteligente, tendo em vista que dificilmente estas doutrinas poderiam ser utilizadas frente a um Estado mais poderoso. Em 1991, os EUA encontravam-se sem um adversário de porte no S.I. e o Iraque dificilmente lutaria um conflito em justos termos. O país árabe ainda não estava plenamente recuperado da Guerra com o Irã e enfrentava uma grave crise econômica, com seu PIB prejudicado em 60%. Os Estados Unidos gozavam de superioridade tecnológica e de treinamento e seus soldados não estavam desgastados por oito anos de confronto internacional (PRESS, 1997, p. 139). Esta disparidade ficaria ainda mais evidente em 2003, quando invadir-se-ia o Iraque após a derrota de 1991 e uma década de sanções econômicas. Não obstante, este tema não será aprofundado nesta seção; a continuidade do processo de modernização militar e os questionamentos postos por este capítulo serão retomados e descritos em detalhes no quarto e último capítulo da presente dissertação.

⁷⁸Que podem não incluir a destruição completa do inimigo, mas sim a sua subordinação à vontade do combatente (LOO, 2009).

5 CRISE DO LEGADO: A CRESCENTE REDUÇÃO DO PAPEL DA OFENSIVA TERRESTRE NA GUERRA DO IRAQUE DE 2003 E SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DE LONGO PRAZO

O capítulo anterior explorou o fato da Guerra do Golfo de 1991 ter sido a primeira aplicação real da Batalha Ar-Terra, doutrina militar cujo objetivo pode ser resumido em derrotar decisivamente as forças inimigas, contando com a iniciativa e valendo-se de ataques frontais, combate em profundidade, mobilidade de flanco, táticas de cerco, infiltração e contra-ataque ou assaltos aéreos que buscam tirar proveito da iniciativa e do ataque surpresa. Tal forma de pensar a guerra teve origem na derrota na Guerra do Vietnã, que funcionou como uma conjuntura crítica motivadora para as reformas das instituições bélico-militares das décadas de 1970 e 1980. Contudo, argumentou-se que as mudanças decorrentes não foram adequadas, pois não foram precedidas por uma transformação no pensamento político à época; por consequência, esta doutrina não seria orientada por objetivos político-estratégicos de longo prazo, mas sim pela busca pela vitória operacional imediata.

As repercussões negativas mencionadas decorreriam, principalmente, da ênfase militar na prontidão para efetuar intervenções externas a partir de campanhas aéreas; por consequência, a ofensiva terrestre teria sua importância reduzida, sendo realizada a partir de brigadas aerotransportadas, apoiadas em tecnologia de ponta, com baixos efetivos. Contudo, é sabido que as consequências negativas não foram sentidas de imediato. O legado do Vietnã apresentava um caráter híbrido em 1991, pois o perfil de força que atuou no Iraque ainda combinava o uso intensivo de tecnologia com a massa de soldados⁷⁹. Dito de outra forma, a ofensiva terrestre foi crucial para o sucesso das tropas da coalizão: segunda fase da Operação Tempestade no Deserto foi responsável pela tomada do território iraquiano e pela liberação da capital kuwaitiana. Deve-se ressaltar que isto não significa que o planejamento político-estratégico tenha sido feito de maneira adequada. Já em 1991, em razão da inversão dos campos de política e operações que vinha se desenvolvendo nas últimas décadas, o plano de guerra não alcançou objetivos estratégicos de longo prazo, tais como o desaparecimento o regime de Saddam, contribuindo para o acontecimento de duas guerras civis na década seguinte.

Independentemente, interpretou-se a vitória operacional de 1991 como uma demonstração dos benefícios do uso de uma força de voluntários e da necessidade de

⁷⁹Na Primeira Guerra do Golfo, o contingente dos EUA totalizou mais de 530.000 pessoas no seu auge.

aprofundar o processo de modernização militar iniciado em fins da década de 1970 (em vez de aprimorá-lo em seu molde original). Argumentava-se que as forças da coalizão não sofreram taxas históricas de atrito porque os Estados Unidos desenvolveram sistemas de supressão de defesa inovadores e eficazes. Portanto, o aspecto tecnológico da ALB passaria ao centro do pensamento militar estadunidense: seriam enfatizadas as vitórias rápidas e fulminantes, a logística aerotransportada, o teatro sintético de guerra, a supremacia aérea, guerra da informação e as operações baseadas em efeitos. De acordo com Perry (1991, p. 69; 74), de forma resumida, os seguintes componentes foram interpretados como críticos para o sucesso das forças de coalizão na Guerra do Golfo: aerotransporte, comunicações, comando, controle e inteligência; supressão de defesa antiaérea; e orientação de precisão⁸⁰. Estas seriam tecnologias que seriam enfatizadas na década seguinte. A tecnologia, portanto, adquiriu um papel central na explicação da vitória estadunidense, deixando de ser vista como um mero instrumento, mas interpretada como a própria razão do sucesso. Por isso, a década de 1990 foi marcada por um movimento entre os comandantes militares, de revisar suas doutrinas e táticas para tirar proveito das novas tecnologias militares, incluindo-as o planejamento de guerra (PERRY, 1996, p. 1-21).

It is crucial to maintain the research and development strategy that contributed to the advantage U.S. forces enjoy today. This will require a continuing exploration of new military technology, a vigorous program to build and test prototypes, and a constrained acquisition program to selectively modernize the forces⁸¹ (PERRY, 1991, p. 80).

Logo, alterar-se-ia o caráter híbrido que a doutrina apresentava em 1991. Em outras palavras, persuadiu-se os tomadores de decisão de que estariam à beira de uma revolução nos assuntos militares provocada pelo impacto radical da nova tecnologia na guerra, sendo necessário repensar a maneira que os EUA equipam e operam suas forças, bem como as condições sob as quais essas forças deveriam se comprometer para combater. Por isso, o presente capítulo iniciar-se-á com a análise do que ficou conhecida como a Revolução em Assuntos Militares de 1992 (RMA, do inglês *Revolution in Military Affairs*). Serão analisados

⁸⁰Como visto no capítulo anterior, este conjunto diversificado de sistemas foi usado para gerar dados para mapas, localizar unidades militares, identificar sistemas militares e identificar a localização das instalações de defesa aérea e de comando e controle das forças iraquianas, dados cruciais para o planejamento que precedeu o início da guerra aérea (sucintamente, gerou uma notável consciência da situação das forças de coalizão). Dois sistemas, ambos radares embarcados, ilustraram a nova capacidade: AWACS e J-STARS (PERRY, 1991, p. 70).

⁸¹“É crucial manter a estratégia de pesquisa e desenvolvimento que contribuiu para a vantagem que as forças dos EUA desfrutam hoje. Isso exigirá uma exploração contínua da nova tecnologia militar, um programa vigoroso para construir e testar protótipos e um programa de aquisição restrito para modernizar seletivamente as forças” (PERRY, 1991, p. 80, tradução nossa).

os principais documentos que orientaram esta reforma (além de artigos acadêmicos que analisam em detalhes este processo), tais como o Guia de Planejamento de Defesa para os anos fiscais de 1994-1999 (do inglês, *Defense Planning Guidance FY 1994-1999*), o estudo preliminar para a escrita deste documento, intitulado “A Revolução Militar-Técnica”, (do inglês, *The Military-Technical Revolution: A Preliminary Assessment*), e o Relatório do Secretário de Defesa para o Presidente e para o Congresso (do inglês, *Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*) de 1996.

Procurar-se-á demonstrar que a RMA propunha a construção de uma força enxuta de projeção global, baseada nos Estados Unidos e de alta mobilidade, suportada por tecnologia e treinamento de última geração. Sabe-se que o desenvolvimento destas capacidades pesou sobre o orçamento de defesa, tornando necessário optar; havia um trade-off entre tecnologia e massa. Como o Departamento de Defesa priorizou o aspecto tecnológico, retirar-se-ia, gradualmente, a importância das ofensivas terrestres; o foco recairia em aumentar a prontidão para efetuar intervenções externas lideradas pela campanha aérea. Este novo perfil de força pode ser observado com clareza na campanha do Iraque de 2003, sob direção-símbolo de Donald Rumsfeld, que corresponderá a segunda seção do presente capítulo.

Por fim, analisar-se-á a crise do legado da Guerra do Vietnã. Dito de outra forma, sabendo-se que - a despeito de os resultados das operações no Iraque terem sido bons em um primeiro momento - os EUA viram-se envolvidos em uma guerra de 10 anos de duração, custosa e que não atingiria os objetivos propostos, é provável que este perfil de força fosse inadequado às metas político-estratégicas de longo prazo dos EUA. Em mais detalhes, dada a menor atuação do Exército em 2003, dificultar-se-ia a manutenção da ordem nos territórios civis, levando à instauração de um vácuo de poder e do caos no Iraque, forçando os EUA a permanecer no país até 2011; este período incorreria em vários *spillover effects*, tais como a fragilização da imagem americana no Sistema Internacional, um grande peso orçamentário e o próprio surgimento do Estado Islâmico. A vitória operacional não implicou em uma vitória político-estratégica, pois subverteu-se a lógica Clausewitziana. Este processo será trabalhado em detalhes na última seção do presente capítulo.

5.1 A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES: INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO PERFIL DE FORÇA NO PERÍODO PÓS-GOLFO (1991)

A Revolução nos Assuntos Militares pode ser compreendida como uma transformação na forma de se fazer a guerra com a adaptação de inovações tecnológicas combinada com a elaboração de uma doutrina militar adequada para as Forças Armadas. Em mais detalhes, uma Revolução nos Assuntos Militares é o que ocorre quando a aplicação de novas tecnologias em um número significativo de sistemas militares se combina com conceitos operacionais inovadores e adaptação organizacional de uma maneira que altera fundamentalmente o caráter e a condução do conflito⁸². Como regra, deve aumentar o potencial de combate, reduzir aspectos de incerteza e a melhorar eficácia militar das forças armadas (KREPINEVITCH, 1994, p. 1-2).

O termo ganhou popularidade após a Guerra do Golfo (1991), quando passou-se a propor que as inovações tecnológicas ocasionavam importantes melhorias na doutrina e práticas militares⁸³. Desde então, as alterações básicas da modernização das Forças Armadas estadunidenses se concentram em: preponderância ao poder aéreo e naval; digitalização generalizada de plataformas, de atuadores, das tarefas logísticas, de treinamento e de manutenção; a disposição de ativos espaciais para coordenação da guerra das dimensões atmosféricas, para ciber guerra e para realização da guerra espacial; e a redução de custos de pessoal e previdência. Este último item demonstra a ênfase na redução de efetivo, tornando a brigada a unidade militar central do Exército, unidade que por definição é menor, mais especializada, mais ágil e adaptada ao modelo de recrutamento por voluntariado (NEVES JÚNIOR, 2015, p. 26; 39). Esta nova definição de guerra, portanto, não está mais fundamentada no efetivo da Força e nos meios de combate convencionais, mas sim na eficácia de forças flexíveis e das tecnologias emergentes: parte fundamental da estratégia era usar a

⁸²Contudo, esta não é uma definição ideal de RMA, pois volta a incorrer em um foco operacional no modo de fazer a guerra; muito mais interessante teria sido o trabalho de Cohen (1996), que afirma que a mudança revolucionária na arte da guerra deveria decorrer não apenas da inelutável marcha da tecnologia, mas de uma adaptação do instrumento militar para fins políticos.

⁸³A opinião *mainstream*, a qual se pretende contrariar, argumenta que o que a Guerra do Golfo fez foi nos mostrar um vislumbre da influência potencial dessa revolução na eficácia militar. A Guerra do Golfo pode ser vista como uma guerra precursora - uma indicação do potencial revolucionário das tecnologias emergentes e dos novos sistemas militares (KREPINEVITCH, 1994, p. 12). Em outras palavras, a Primeira Guerra do Golfo pode ser considerada como a última guerra industrial em massa travada pelos Estados Unidos, mas já incluiu elementos que apresentavam o que poderiam ser modos futuros de guerra (ROSEN, 2010, p. 480).

vantagem tecnológica dos EUA para compensar⁸⁴ a vantagem quantitativa que poderia ter (PERRY, 1991, p. 68).

US Admiral William A. Owens defines the RMA as being essentially a 'system of systems' whose main components are: intelligence collection, surveillance and reconnaissance; technologies and systems that provide command, control, communications and computer processing; the integration of complex information systems in real time; and the development of the doctrine, strategies, tactics and military organisations that can take advantage of this technological potential⁸⁵ (DIBB, 1997, p. 94).

Aqui critica-se o fato da RMA ter sido definida em torno da maior eficácia militar. Contudo, medir "eficácia" ou aumentar a capacidade militar não é uma tarefa simples, pois esta depende de que aspecto está sendo avaliado e depende do objetivo que se está tentando realizar e não necessariamente do poder de combate relativo de diferentes forças militares. Discussões contemporâneas sobre a RMA pressupõem que a integração de novas tecnologias com novas estruturas organizacionais e doutrinas operacionais causam mudanças significativas nos assuntos militares. Porém, ao definir-se a RMA em torno de mudanças tecnológicas, organizacionais e doutrinárias, cria-se uma situação na qual os analistas dispensam as considerações de estratégia em busca de combinações mágicas de tecnologia, doutrina e organização que devem garantir o sucesso. No final, uma definição contemporânea que se concentra em insumos (tecnologia, organização e doutrina) e produtos (eficácia militar) é cega para o que deveria ser o objetivo central de mudanças militares - tornar as forças armadas mais adequadas à consecução de metas político-estratégicas (STERNER, 1999, p. 299-302).

Na verdade, seguindo a linha do marco teórico da presente dissertação, concluímos que a tecnologia não deveria alterar a trindade da guerra defendida por Clausewitz - o caráter e disposição da população, habilidade e destreza dos militares, e sabedoria e inteligência do governo para tomar decisões políticas (em suma, povo, exército e governo). Os avanços tecnológicos não deveriam alterar a estrutura da guerra, uma vez que mudam apenas a forma de guerra, não sua natureza; a evolução das tecnologias de informação e comunicação da RMA deveria simplesmente expandir o imediatismo - encurtando os tempos de resposta e

⁸⁴A estratégia de compensação baseou-se na premissa de que era necessário dar a essas armas uma vantagem competitiva significativa sobre suas contrapartes opostas, apoiando-as no campo de batalha com equipamentos recém-desenvolvidos que multiplicavam sua eficácia de combate (PERRY, 1991, p. 69).

⁸⁵“O almirante americano William A. Owens define a RMA como sendo essencialmente um ‘sistema de sistemas’ cujos componentes principais são: coleta de inteligência, vigilância e reconhecimento; tecnologias e sistemas de comando, controle, comunicações e processamento de dados; a integração de sistemas de informação complexos em tempo real; e o desenvolvimento da doutrina, estratégias, táticas e organizações militares que possam aproveitar esse potencial tecnológico” (DIBB, 1997, p. 94, tradução nossa).

umentando a sensibilidade - para cada componente em sua interação com os outros e diminuir aspectos de incerteza nas batalhas⁸⁶ (ECHEVARRIA, 1996, p. 3-6). Não obstante, este não foi o caso dos Estados Unidos.

O pontapé inicial da RMA foi dado por Paul Wolfowitz que fora, entre 1989 e 1993, Subsecretário para Políticas de Defesa do governo do presidente George Bush Sênior. Durante seu mandato como Subsecretário para Políticas de Defesa, foi o autor majoritário do documento Guia de Planejamento de Defesa para os anos fiscais 1994-1999 (DPG, do inglês, *Defense Planning Guidance FY 1994-1999*), que mais tarde ficaria conhecido como Doutrina Wolfowitz, o primeiro documento a ser analisado neste capítulo. Cabe ressaltar, de antemão, que enormes partes de documento ainda permanecem em sigilo e que o documento vazado ao público pela imprensa em 1992 encontra-se incompleto; portanto, parte da análise do documento será especulativa.

Em termos gerais, a Transformação Militar empreendida na década de 1990 está em conformidade com a análise de William S. Lind, defensor da Guerra de Quarta Geração. O autor caracterizou este quadro militar em termos de uma maior dispersão do campo de batalha, a maior dimensão do conflito (que agora abarca a toda a sociedade) e a destruição moral e física do inimigo. Como vimos anteriormente, a maior profundidade do campo de batalha e a decisão pelo aniquilamento inimigo em todos os aspectos, ampliou o papel desempenhado pela tecnologia - a exemplo da digitalização do combate, da integração dos diferentes domínios de guerra (terra, ar e mar), dos radares embarcados, da melhoria nos sistemas de comunicação, das armas de energia direta e dos sistemas robotizados munidos de inteligência artificial ou remotamente pilotados. Lind advogava que estes novos recursos poderiam impactar a organização das Forças Armadas e a condução da guerra no campo da tática, presumindo que o tamanho das unidades combatentes poderia ser diminuído, sem prejuízo, se somado à alta tecnologia. Em suma, o autor defendia que a definição da guerra não estaria mais fundamentada no efetivo da Força e nos meios de combate convencionais, mas sim em forças flexíveis e nas tecnologias emergentes (LIND *et al.*, 1989, p. 22-25).

Assim, Wolfowitz baseou seu pensamento militar na diminuição da importância da força terrestre e das capacidades militares convencionais, em um contexto internacional de supremacia estadunidense. Após a queda da URSS, em 1991, acreditava-se que o Sistema Internacional tornara-se unipolar, liderado pelos EUA, que possuía uma lacuna tecnológica entre si e seus potenciais competidores. Acreditava-se que o planejamento securitário do país

⁸⁶A informação sobre a guerra é, por razões físicas e psicológicas, nunca suficientes para prescrever abordagens e ações perfeitas, sem erros. Sempre haverá aspectos de incerteza.

poderia desviar-se de uma ênfase em ameaças globais - que antes o Pacto de Varsóvia significava - e concentrar-se em ameaças regionais menores; o objetivo seria a realização de ações decapitantes, capazes de evitar o surgimento de novos polos regionais, capazes de explorar quaisquer vácuos de poder deixados pelos EUA. Por isso, Wolfowitz argumentava que os EUA encontravam-se em uma posição de garantir sua segurança com muito menos forças e consideravelmente menos recursos do que o necessário no passado, ao concentrarem-se em forças expedicionárias capazes de realizar operações rápidas e eficientes. Para ele, o desafio seria adaptar e reduzir nossas forças de acordo com esse novo ambiente securitário (WOLFOWITZ, 1992, p. 3-4).

If we reduce our forces carefully, we will be left with a force capable of implementing the new defense strategy. We will have given ourselves the means to lead common efforts to meet future challenges and to shape the future environment in ways that will give us greater security at lower cost⁸⁷ (WOLFOWITZ, 1992, p. 3)

A redução da massa - processo conhecido como brigatização e profissionalização do perfil de força - será, inclusive, o quesito da RMA que mais se questionará ao longo deste capítulo. De acordo com Dunnigan (2003), há um trade-off entre investimento em treinamento de massa e investimento em equipamentos tecnológicos. Em outras palavras, um alto nível tecnológico não é compatível com a manutenção de um exército de grande escala e, portanto, inúmeros autores defendem tal processo de brigatização. Tais autores argumentam que, a fim de o combate seja eficaz em todos os espectros dos conflitos modernos, as Forças Armadas devem ser projetadas para operações de estilo expedicionário, com formações de combate menores (as brigadas) e com uso intenso de tecnologia, sendo orientadas por uma doutrina militar de caráter mais ofensivo (EVANS, 2008, p. 381-385). Mas antes de realizar uma crítica aprofundada, torna-se necessário examinar em detalhes os elementos da RMA.

Um dos primeiros pontos a ser destacados no Guia de Planejamento de Defesa para os anos fiscais 1994-1999 é a necessidade dos EUA manter sua capacidade de atuar em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento, independentemente; ou seja, tem de ser capazes de deslocar sua força rapidamente a fim de garantir - sozinhos - a defesa dos interesses nacionais americanos. As palavras-chaves deste pensamento são as seguintes: efetivo de prontidão, mobilidade, presença adiantada (do inglês, *forward presence*) e a capacidade tecnológica para

⁸⁷“Se reduzirmos nossas forças com cuidado, ficaremos com uma força capaz de implementar a nova estratégia de defesa. Teremos nos dado os meios para liderar esforços comuns para enfrentar os desafios futuros e moldar o ambiente futuro de maneiras que nos proporcionarão maior segurança a custos mais baixos” (WOLFOWITZ, 1992, p. 3, tradução nossa).

atuar remotamente (ex: mísseis balísticos)⁸⁸. Destaca-se a presença adiantada como a forma americana de enxergar o Sistema Internacional, como o elemento que orientaria as políticas securitárias dos EUA nas décadas seguintes. Sustentada pela constante construção de bases militares extracontinentais, pelo posicionamento de tropas em territórios adiantados, mesmo em tempos de paz, pela realização de exercícios militares em terra e nos domínios comuns⁸⁹ e pela distribuição periódica de equipamentos e mantimentos, a presença avançada facilita o rápido emprego e a significativa projeção de forças em regiões estratégicas (WOLFOWITZ, 1992, p. 13). Cada vez mais, os EUA se preparavam para a realização de guerras *proxy*, extracontinentais.

Em termos de tecnologia, o DPG estimulava a construção de forças desenhadas para explorar a vanguarda tecnológica, aproveitando-se do *gap* com os seus concorrentes no Sistema Internacional, e a vanguarda operacional, além de refletir uma maior especialização das diferentes armas. Para isto, tornava-se necessário alterar a abordagem de aquisições estadunidenses; primeiro, abandonar-se-ia o modelo industrial fordista de guerra, cuja palavra-chave eram os estoques (ROSEN, 2010). Os EUA adotariam um modelo toyotista *just-in-time* de guerra; os mantimentos seriam calculados conforme a contingência se apresentasse, sempre esperando uma resolução em brevíssimo tempo para o conflito (WOLFOWITZ, 1992, p.). Já em termos de equipamentos, o tópico é melhor explorado por Krepinevitch (1992), no documento “*The Military-Technical Revolution: A Preliminary Assessment*”.

Segundo o autor, há três eixos centrais de progressão tecnológica - informação e identificação, munições e, por último, simulações. A combinação das três áreas permitiria ataques em profundidade e ataques de precisão a alvos estratégicos, principalmente aos centros de comando e controle do inimigo. Para tal, as aquisições deveriam centrar-se, em primeiro lugar, no desenvolvimento de plataformas espaciais, aviação não-tripulada, supercomputadores de alta velocidade e uma variedade de sensores para coletar, processar e mover enormes quantidades de informações relevantes. Em segundo lugar, na aquisição de sistemas de fogo de longo alcance e munições guiadas de precisão de longo alcance. Uma vez que essas capacidades sejam adquiridas, as operações militares provavelmente se tornarão cada vez mais simultânea e menos sequencial na sua execução. Enquanto isso, sistemas como

⁸⁸Além do estímulo à redução das capacidades ofensivas estratégicas dos adversários, tais como armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas) e mísseis de longo-alcance. Ainda, não serão transferidos equipamentos militares sensíveis à países que possam ameaçar os EUA e/ou desestabilizar suas regiões (WOLFOWITZ, 1992, p. 24).

⁸⁹Que Barry Posen (2003, p. 7) define como o comando do espaço, do ar e do alto-mar.

tanques e outros veículos fortemente blindados⁹⁰, aeronaves tripuladas, grandes vasos de superfície⁹¹ e grandes satélites⁹² teriam sua importância reduzida (KREPINEVITCH, 1992, p. 12-19).

Ainda, Krepinevitch (1992, p. 18-30) defende que o desenvolvimento tecnológico está intimamente relacionado com a inovação operacional. Para ele, as operações futuras seriam caracterizadas pela maior dependência de sistemas de informação (e de guerra eletrônica) como elemento de eficácia militar e potencial de combate; pela progressiva fusão das operações espaciais aéreas, terrestres e marítimas, até o ponto em que a maioria das operações se tornaria multidimensional por natureza; e pela menor ênfase na ocupação territorial de territórios, dando maior lugar à guerra de manobra. Por essa razão, as operações colocariam como “pré-requisitos” a obtenção de domínio da informação, o controle do espaço, o controle do ar e o controle do mar⁹³. Ganhar dominância da informação e controle aéreo e marítimo pode facilitar o movimento da força das forças terrestres para áreas onde é necessário. Estas, por sua vez, ganhariam um papel secundário e seriam conduzidas em conjunto com as forças que operam nas outras dimensões do conflito.

Para executar o tipo de conceitos operacionais propostos pelo autor - aqueles enfatizando a importância de agir rapidamente, ainda que em níveis cada vez mais complexos - as organizações provavelmente terão que enfatizar uma estrutura enxuta, a execução descentralizada e o controle centralizado. Para tal, necessitar-se-ia de uma organização mais plana, menos hierárquica, com os comandantes júnior e suas equipes tendo acesso direto a informações que antes ficavam restritas aos seus superiores (KREPINEVICH, 1992, p. 36). Contudo, este tipo de mudança leva mais tempo que as mudanças relacionadas à inovação tecnológica pura e simplesmente; leva mais tempo, pois lida com pessoas e tradições, que podem se mostrar resistentes a renunciar um pouco de seu poder decisório. Por isso, a RMA

⁹⁰As forças terrestres estariam cada vez mais centradas em torno de formações flexíveis, sendo que o tanque ampliaria sua vulnerabilidade - mais fácil localização pelo inimigo e menor velocidade de movimento (KREPINEVITCH, 1992, p. 17).

⁹¹A maior assinatura de guerra de vasos como o porta-aviões e grandes cruzadores os torna alvos mais fáceis (KREPINEVITCH, 1992, p. 18).

⁹²Como os satélites se tornaram cada vez mais importantes para a condução das operações militares, eles também tornar-se-iam alvos muito lucrativos, sendo necessário protegê-los; a redução de tamanho auxilia neste processo. Na verdade, toda a exigência de defesa se concentrará na proteção de alvos pontuais (por exemplo, redes de satélites, centros de fusão de dados, indústrias militares importantes, líderes políticos e militares seniores, etc.), que compõe o centro de gravidade nacional (KREPINEVITCH, 1992, p. 18; 28).

⁹³As operações para alcançar o domínio da informação e, talvez, o controle do ar e do espaço serão acompanhadas por ataques decapitantes estratégicos. Estes se concentrariam em um conjunto relativamente pequeno de alvos inimigos - aqueles compreendendo seu centro de gravidade -, ou seja, aqueles alvos que, quando incapacitados, negarão ao inimigo a capacidade ou a vontade de impedir que um oponente atinja seus objetivos militares (KREPINEVITCH, 1992, p. 27).

só se completaria com Donald Rumsfeld, Secretário de Defesa do governo de George W. Bush, no início da década de 2000.

Contudo, antes de analisarmos a gestão de Rumsfeld, é necessário comentar os documentos FM 100-5 (agora FM 3-0) Operations - Batalha AeroTerrestre e o “Relatório do Secretário de Defesa para o Presidente e para o Congresso” (do inglês, *Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress*). O primeiro colocaria como uma prioridade a construção de uma força de capacidade de projeção global, baseada nos Estados Unidos e de alta mobilidade, o que tornava a transformação do perfil de força estadunidense torna-se algo concreto. Esta, por sua vez, seria discutida em detalhes no segundo documento; enquanto o FM 100-5 se focava nos aspectos tecnológicos⁹⁴, Perry descrevia a redução das Forças Armadas e a reorientação política que acompanharia a intensificação do papel da tecnologia. Vejamos em detalhes.

O segundo documento estabelecia três grandes metas de defesa para os EUA no período pós-Guerra Fria: primeiro, prevenir que novas ameaças surjam; segundo, dissuadir e/ou deter as ameaças que porventura surgirem; e, terceiro, se a prevenção e a dissuasão falharem, derrotar a ameaça por força militar. Estes princípios exigiriam a manutenção de uma força de deslocamento rápido, incluindo forças expedicionárias, tropas em bases extracontinentais, unidades de aerotransporte e forças nos Estados Unidos em um estado elevado de prontidão; a ideia por trás era manter tropas bem-preparadas e alertas, com a capacidade de içamento para transportá-las rapidamente para teatros distantes. Para garantir esta prontidão militar a longo prazo, seria necessário redesenhar a organização das Forças Armadas (PERRY, 1996, p. 1-10).

Com o desenvolvimento de tecnologias como armas de precisão de longo alcance, acopladas a sensores muito eficazes e sistemas de comando e controle (dito de outra forma, a guerra de informação)⁹⁵, tornava-se imperativo realizar inovações operacionais e organizacionais para incorporá-las. A instituição centrar-se-ia, portanto, em aumentar a prontidão para efetuar intervenções externas a partir de brigadas apoiadas em tecnologia de ponta (PERRY, 1996, p. 83-86). A transformação da brigada na unidade central do Exército é

⁹⁴Enfatizando que o foco das forças armadas deveria ser o desenvolvimento das seguintes capacidades, apoiadas pela tecnologia de ponta: logística aerotransportada; teatro sintético de guerra (comando e controle, consciência de situação e guerra centrada em rede); supremacia aérea; guerra da informação e operações baseadas em efeitos.

⁹⁵Destacam-se o desenvolvimento de (i) defesa antimíssil, (ii) veículos aéreos não-tripulados, (iii) sistema de sinais de precisão para identificação de alvos, (iv) teatro sintético de guerra, (v) interceptação via energia cinética e (vi) planejamento e informação avançados.

baseada no argumento de Dunnigan (2003), que diz que um alto nível de emprego de tecnologias avançadas não é compatível com a manutenção de exércitos de grande escala.

Dunnigan explica esta forte afirmação de duas formas: primeiro, incorreria num enorme custo para equipar um contingente extensivo de soldados; segundo, acarretaria uma perda de mobilidade, algo indesejado visto os interesses estratégicos já citados - já que a maior parte de suas missões seriam em territórios extra-nacionais e contra adversários com menor capacidade de combate. Assim que não seria produtivo manter um grande contingente, mas sim com um Exército profissional, com soldados muito bem equipados, e sendo capaz de ter a armas combinadas⁹⁶ em um escalão menor que a divisão. Contudo, por consequência desta mudança, a importância das operações em terra seria diminuta. Em mais detalhes, o desenvolvimento destas capacidades exigia uma opção de investimento: tecnologia ou treinamento de uma massa de soldados. O Departamento de Defesa optou pelo primeiro, retirando gradualmente a importância das ofensivas terrestres.

Entretanto, como dito anteriormente, a real efetivação das mudanças propostas pela RMA só foi possível durante o mandato do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld - que assumiu suas funções em janeiro de 2001, junto à administração de George W. Bush. Rumsfeld continuou a argumentar na linha de seus predecessores, afirmando que a estratégia estadunidense requer forças transformadas capazes de agir de uma posição avançada; transformadas não só no sentido tecnológico que vinha sido desenvolvido nos anos anteriores, mas em termos de organização - como argumentara Krepinevitch (1992). Palavras-chave incluíam estrutura enxuta, execução descentralizada e controle centralizado. Então, Rumsfeld montou o programa conhecido como Transformação Militar (do inglês, *Military Transformation*), que centrava-se em formar uma força que é definida menos pelo tamanho e mais pela mobilidade e rapidez, uma que é mais fácil de implantar e sustentar, uma que depende mais intimamente de tecnologias (UNITED STATES, 2001, *Remarks by the President at U.S. Naval Academy Commencement*).

É preciso destacar que Rumsfeld baseava seu programa em um entendimento muito específico da Nova Ordem Internacional: em um contexto de unipolaridade, os EUA dificilmente seriam desafiados por outras democracias liberais; para ele, as futuras conflagrações se dariam, principalmente, contra forças não-estatais (organizações terroristas) ou contra pequenos Estados rebeldes (caso do Iraque). Os EUA não precisariam mais de uma força esmagadora para lutar contra seus iguais, mas sim de tecnologia superior e de ponta para

⁹⁶Incluindo contingentes crescentes de outras armas de manobra, de armas de apoio e de serviços (como logística, manutenção de material e saúde), podendo cumprir missões autonomamente.

esmagar seus inimigos menores e dissuadir seus potenciais competidores. Além disso, interpretava como imperativo adotar uma abordagem mais empresarial e de negócios no gerenciamento da agenda de defesa, pois, com a transição da era industrial para a era da informação, uma era que a difusão do conhecimento e tecnologias se dá infinitamente mais rápida, as forças deveriam ser constantemente adaptadas para superar novas ameaças⁹⁷ (RUMSFELD, 2003, p. 5-6).

A meta de Rumsfeld era, portanto, produzir forças militares capazes do seguinte tipo de operações: responder a ameaças inimigas usando forças modulares em rede capazes de atuar de forma combinada, baseando-se nas habilidades de Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR, do inglês *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance*), ou seja, guerra centrada em rede. Estas forças modulares seriam a base da reestruturação organizacional do perfil de força dos EUA. Argumentava-se em prol de uma organização enxuta, de rápido deslocamento e organizadas de forma mais plana, menos hierárquica, com os comandantes júnior e suas equipes tendo acesso direto a informações que antes ficavam restritas aos seus superiores. Defendia-se a aplicabilidade de estruturas menores argumentando-se que um exército profissional tem maior treinamento e poderiam valer-se eficientemente de um maior grau tecnológico per capita, sendo possível abrir mão da massa (RUMSFELD, 2003, p. 8-11).

Esta reestruturação do perfil de força, enxuta e com reduzida importância do papel terrestre, teria consequências catastróficas para os EUA na década de 2000. E estes erros não seriam corrigidos rapidamente; ironicamente, Wolfowitz e Rumsfeld acertaram ao afirmar que as decisões de planejamento militar não podem ser focadas no curto prazo; as capacidades de um país em determinado momento são resultado das decisões tomadas nas décadas anteriores. Portanto, os erros cometidos neste momento da história levariam ao desastroso e longo período de contra-insurgência no Iraque, guerra que tornar-se-ia custosa e que não atingiria seus fins estratégicos. Por isso, na próxima seção será analisada a Guerra do Iraque de 2003, evidenciando o perfil de forças que lutou neste conflito, e suas consequências.

⁹⁷Novamente, busca-se um distanciamento do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, tendo em vista que na era industrial a ênfase era dada à massa e, na era digital, a competência da guerra é dada pela tecnologia de redes e de compreensão situacional compartilhada (RUMSFELD, 2003, p. 5-6).

5.2 A GUERRA DO IRAQUE DE 2003: A REDUZIDA IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA OFENSIVA TERRESTRE COMO DESESTABILIZADOR DA SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

A Guerra do Iraque de 2003 ocorreu no contexto da Guerra ao Terror, política externa do governo de George W. Bush. Esta pode ser definida como a campanha dos EUA contra terrorismo internacional, desencadeada pelo país a partir dos ataques de 11 de setembro - uma série de ataques suicidas contra os Estados Unidos coordenados pela al-Qaeda, que colidiram contra as Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e contra o Pentágono, em Washington. Cabe ressaltar que terrorismo foi definido nesta dissertação como o uso sistemático de violência e/ou ameaça de violência por grupos não-estatais, com fins de desarticular, consternar com submeter parcelas de uma população ou governo-alvo. Esta definição foi formulada a partir dos trabalhos de Roberts (2008) e da resolução 1566 do CSNU, de 08 de outubro de 2004, que estabelece o seguinte:

Recalls that criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a government or an international organization to do or to abstain from doing any act, which constitute offences within the scope of and as defined in the international conventions and protocols relating to terrorism, are under no circumstances justifiable by considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or other similar nature, and calls upon all States to prevent such acts and, if not prevented, to ensure that such acts are punished by penalties consistent with their grave nature⁹⁸ (UNITED NATIONS, 2004, article 4).

A Casa Branca interpretou os atentados do dia 11 de setembro de 2001 como atos de guerra contra os EUA, seus aliados e toda a civilização ocidental. O Presidente George W. Bush declarou o início de uma guerra global contra o terrorismo, na qual os EUA valer-se-iam de todos os recursos possíveis. Seus princípios básicos foram elencados na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, publicada pela Casa Branca em fevereiro de 2003.

⁹⁸“Recorda que os atos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com a intenção de causar morte ou lesões corporais graves ou a tomada de reféns, com o fim de provocar um estado de terror no grande público ou num grupo de pessoas ou pessoas particulares, intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato, que constitua infração no âmbito e na acepção das convenções e protocolos internacionais relativos ao terrorismo, não podem, em circunstância alguma, ser justificadas por considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de outra natureza semelhante, e exorta todos os Estados a evitarem tais atos e, se não forem impedidos, a garantir que tais atos sejam punidos com sanções coerentes com a sua gravidade” (UNITED NATIONS, 2004, article 4, tradução nossa).

Ours is a strategy of direct and continuous action against terrorist groups, the cumulative effect of which will initially disrupt, over time degrade, and ultimately destroy the terrorist organizations. The more frequently and relentlessly we strike the terrorists across all fronts, using all the tools of statecraft, the more effective we will be⁹⁹ (UNITED STATES, 2003a, p. 2).

A Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo prevê que o seu sucesso depende da aplicação sistemática e contínua de todos os elementos do poder nacional americano – poderes diplomático, econômico, informacional, financeiro, legal e de inteligência e militar – a fim de cumprir quatro objetivos. Procura-se derrotar organizações terroristas de alcance global; negar a concessão de patrocínio, apoio ou santuário a qualquer membro dessas organizações; diminuir as condições subjacentes que levam as pessoas a abraçar o terrorismo; e, por fim, usar todos os meios à disposição para defender o território e os cidadãos estadunidenses contra ataques terroristas, além de seus interesses ao redor do mundo (UNITED STATES, 2003a, p. 15-28). Esses quatro objetivos da doutrina de Guerra do Terror foram utilizados como uma das bases para justificar a invasão do Iraque, em 2003.

Contudo, a legalidade da invasão é contestável. O governo Bush procurou justificar a operação de duas formas. Primeiramente, com base na violação das Resoluções 687 e 1441 do CSNU, que estabeleciam que o Iraque deveria destruir suas armas nucleares, químicas e biológicas, devendo ainda limitar em 150 km o alcance de seus mísseis balísticos, além de cooperar com as futuras inspeções das Nações Unidas e da Agência Internacional de Energia Atômica (da sigla em inglês, IAEA). Segundamente, como um ataque preventivo de legítima defesa, alegando que falha de Bagdá em cooperar com os inspetores da ONU para a verificação da destruição de suas armas de destruição em massa e as supostas ligações com grupos terroristas que representavam ameaças à segurança internacional e doméstica dos EUA - conforme os princípios estabelecidos pela Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo. Entretanto, ambas as justificativas são falhas em termos legais, dado que nenhuma resolução do CSNU autorizou expressamente o uso da força e que havia dúvidas acerca da classificação da invasão como legítima defesa, pois não houve comprovação de ameaça iminente aos EUA (SCHMITT, 2004).

Internamente, também precisou-se criar uma justificativa para ganhar o apoio popular ao conflito, pois não havia algo que ligasse diretamente o Iraque ao 11 de setembro. Contudo, o clima do país pós-atacados era de ansiedade e certos aspectos do regime de Saddam

⁹⁹“A nossa é uma estratégia de ação direta e contínua contra grupos terroristas, cujo efeito cumulativo irá inicialmente romper, ao longo do tempo degradar e, finalmente, destruir as organizações terroristas. Quanto mais frequente e incansavelmente atacarmos os terroristas em todas as frentes, usando todas as ferramentas do Estado, mais eficazes seremos” (UNITED STATES, 2003b, p. 2, tradução nossa).

Hussein - incluindo supostos descaso do Iraque com inspeções internacionais de armas e apoio aberto a homens-bomba palestinos - permitiram que fosse pintada uma possível relação entre o ditador e organizações terroristas internacionais, como a Al Qaeda. Em suma, criou-se uma ilusão de ameaça iminente, que deveria ser enfrentada (WESTERN, 2005, p. 111).

Efetivamente, mais do que uma crença de um possível link entre o Iraque e o terrorismo internacional, a própria natureza do pensamento neoconservador que estava por trás da política externa de Bush motivou a Guerra ao Iraque. Ela pode ser resumida em quatro grandes pilares. Primeiramente, a Doutrina Bush propunha a sustentação da unipolaridade; ou seja, buscava a preservação da posição hegemônica dos EUA por um futuro indefinido como o pilar para uma paz duradoura. Os neoconservadores vêem a onipotência e a liderança americanas como um pré-requisito para uma organização ordenada e mundo pacífico. Acreditavam que a hegemonia americana seria a única defesa confiável contra um colapso da paz e da ordem internacional (SCHMIDT, 2008, p. 195).

O segundo elemento da Doutrina Bush é o compromisso com o uso preventivo da força militar. A Estratégia Nacional de Segurança de 2002 declarava que os EUA deveriam estar preparados para deter os Estados nocivos e/ou seus clientes terroristas antes que eles pudessem ameaçar a segurança nacional americana ou de seus aliados. Terceiro, ligado aos argumentos anteriores, está a predisposição à atuação unilateral. Um compromisso com a manutenção de um sistema internacional unipolar e com a doutrina da preempção é unilateralista por definição. Poderes unipolares, argumentavam os neoconservadores, não precisam agir multilateralmente; eles têm a opção de agir unilateralmente. Além disso, o custo das novas tecnologias e da capacidade de aerotransporte requisitados tornavam ineficiente para os EUA buscar alianças em conflitos armados, visto que possíveis parceiros não conseguiriam manter o ritmo de combate imposto pelo novo perfil de força dos EUA; logo também estimulariam atuação mais unilateral do país no Sistema Internacional. A preferência de Bush por agir solo já era evidente mesmo antes do 11 de setembro. Em um curto período de tempo, o governo Bush rejeitou vários acordos internacionais, incluindo o Tribunal Penal Internacional, o Protocolo de Kyoto, o protocolo que implementa a proibição de armas biológicas e retirou-se do Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972 contra a Rússia (SCHMIDT, 2008, p. 196-199).

Quarto, além de sua crença na utilidade da força militar, os neoconservadores que cercaram Bush eram fortes defensores da Revolução nos Assuntos Militares (RMA). Como Mearsheimer (2005, p. 2) apontou, os neoconservadores acreditavam que os Estados Unidos podiam confiar em tecnologia furtiva, armas guiadas com precisão entregues pelo ar e forças

terrestres pequenas, mas altamente móveis, para obter uma vitória rápida e decisiva em 2003. Dada a sua propensão para ações unilaterais, fascinação com o poder militar e fé na RMA para alcançar objetivos políticos, não é de surpreender que os neoconservadores estivessem confiantes de que os Estados Unidos poderiam rapidamente, eficientemente e de maneira acessível alcançar a mudança de regime no Iraque. Por fim, pode-se elencar como característica da política externa de Bush, a promoção da democracia através da ação militar (o que para esta autora, soa extremamente irônico). Os neoconservadores apoiam fortemente a noção de que a política externa americana deveria ativamente, e às vezes vigorosamente, trabalhar para disseminar a democracia (SCHMIDT, 2008, p. 199-201).

[...the neoconservatives] believed that the United States could rely on stealth technology, air-delivered precision-guided weapons, and small but highly mobile ground forces to win quick and decisive victories (MEARSHEIMER, 2005, p. 2).

Contudo, independentemente da falta de legitimidade da operação frente aos organismos internacionais ou do real motivo por trás da invasão, o fato é que os EUA optam unilateralmente por iniciar uma guerra contra o Iraque - fato explicitado na PL 107-243, intitulada “Resolução de 2002 de autorização para o uso da força militar contra o Iraque” (do inglês, *Authorization for the use of military force against Iraq resolution of 2002*). No dia 17 de março de 2003, o Presidente Bush enviou um ultimato ao Iraque, exigindo que ele e os filhos abandonassem o Iraque nas próximas 48 horas, ou seria dado início às operações militares na região. Hussein não o faz e os EUA iniciam a invasão às 5h da manhã do dia 20 de março de 2003, com o apoio das forças do Reino Unido, da Polônia, da Austrália e das milícias curdas, na operação que ficaria conhecida como Liberdade Iraquiana ou, do inglês, *Iraqi Freedom* (VISENTINI, 2012, p. 105).

Saddam Hussein and his sons must leave Iraq within 48 hours. Their refusal to do so will result in military conflict, commenced at a time of our choosing. For their own safety, all foreign nationals—including journalists and inspectors—should leave Iraq immediately¹⁰⁰ (UNITED STATES, 2003b).

O governo Bush estabeleceu uma série de objetivos para a Operação Liberdade Iraquiana. Em primeiro lugar, as forças da coalizão deveriam depor o regime de Saddam Hussein e eliminar as armas de destruição em massa em posse iraquiana. Em segundo lugar,

¹⁰⁰“Saddam Hussein e seus filhos devem abandonar o Iraque dentro de 48 horas. Sua recusa em fazê-lo resultará em conflito militar, que terá início em um momento à nossa escolha. Para sua própria segurança todos os nacionais estrangeiros – incluindo jornalistas e inspetores – devem deixar o Iraque imediatamente” (UNITED STATES, 2003b, tradução nossa).

dever-se-ia capturar e/ou afugentar terroristas e coletar informações sobre as suas redes e células no Oriente Médio. Em terceiro lugar, coletar-se-ia todos os dados sobre os programas governamentais de desenvolvimento de armas ilícitas. Por fim, esforços seriam feitos no sentido de assegurar a integridade dos campos de petróleo iraquianos, prover ajuda humanitária a população civil e auxiliar o Iraque a alcançar um governo representativo e integridade territorial (SPRING, 2003).

Para tal, traçou-se um plano de uma campanha aérea inicial - marcada por operações de choque e pavor - seguida por uma breve campanha terrestre, liderada pelo CENTCOM. A invasão deveria partir de uma única frente formal, utilizando como cabeça de praia o litoral do Kuwait, por onde progrediriam a 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) e a 1ª Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais (1ª MEF) americanas e a 1ª Divisão Blindada Britânica, até a conclusão do cerco de Bagdá. O lançamento real da ofensiva se deu de forma brutal, com o bombardeamento da capital iraquiana e regiões próximas (acreditava-se que Saddam Hussein encontrava-se no Complexo de Dora Farms, próximo à Bagdá), principalmente das redes de infraestrutura, dos prédios públicos e dos centros de comando e controle da Força Aérea e da Marinha. Esta tática de guerra objetiva a destruição não apenas física, mas moral das tropas, com o objetivo de eliminar sua coesão e, de fato, sua vontade de lutar (DALE, 2008, p. 20).

Contudo, dada a escala da violência da campanha de choque e pavor, os iraquianos, como forma de retaliação, começaram a queimar os campos de petróleo em Rumaila. Com medo de ter seu acesso ao petróleo prejudicado, os EUA optaram adiantar o início da progressão terrestre da Coalizão, iniciando-se a invasão ao Iraque um dia antes do previsto. A progressão estadunidense foi de rapidez impressionante: as primeiras tropas de fuzileiros navais conseguiram o controle dos campos de petróleo ainda no dia 21 de março, com pouca resistência iraquiana. As tarefas seguintes seriam a conquista da cidade de Nasiriyah. Ela marcava um ponto crucial de passagem crucial no Eufrates, por onde corria a estrada principal ligada ao norte do Kuwait. Sua vitória seria garantida por forças especiais dos fuzileiros navais, com o apoio de aviões e helicópteros, além da inteligência e demais forças especiais (KEEGAN, 2005, p. 190-191; PIRNIE *et al.*, 2015, p. 78-80).

A segunda fase da campanha convencional marcou uma marcha em duas frentes para os arredores de Bagdá, pelos V Corpo do Exército, na maior parte a oeste do Eufrates, e pela Primeira Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais a leste do rio, na península de al-Faw, região praticamente desabitada e rica em petróleo. Além disso, uma pequena brigada aerotransportada, juntamente com as Forças Especiais, conduziu uma missão de economia de força no norte do Iraque, trabalhando com a resistência curda e com as forças aéreas dos EUA

para atacar alvos importantes. Enquanto isso, ao sul, o foco da campanha aérea girou em direção às brigadas blindadas da Guarda Republicana, que estavam dispostas em um arco abaixo de Bagdá (DONNELLY, 2004, p. 58).

A opção geral do planejamento era por um deslocamento rápido, evitando o combate urbano e tomando distância das cidades mais bem protegidas. O foco seria a periferias das cidades que deveriam ser tomadas para o estabelecimento de pontos avançados de reabastecimento. As cidades propriamente ditas não seriam controladas pela força principal; infere-se da estratégia estadunidense que se fossem deixadas unidades para trás para controlar as cidades, é possível que o restante da já reduzida quantidade de tropas não seria suficiente para concluir o cerco à Bagdá. E a opção pelo deslocamento rápido não permitia que a 3ª Divisão como um todo parasse a progressão para lidar com cidades isoladas. Aqui já se nota um aparente descaso em relação ao planejamento da fase que se seguiria aos combates majoritários (FONTENOT; DEGEN; TOHN, 2004, p. 209).

Por isso, neste conflito ficou evidenciada a importância da logística aerotransportada. Dada a opção geral do planejamento por um deslocamento rápido, a linha de suprimentos americana ficava muito vulnerável a ataques de unidades iraquianas estacionadas em cidades contornadas; focos de resistência como Samawah e Najaf começaram a se transformar em dificuldades, prejudicando a progressão: entre os dias 26 e 29 de março, cerca de dois terços da 3ª Divisão de Infantaria estava presa com a contenção destas cidades. Para retomar a progressão e finalizar esta pausa operacional forçada, foram trazidas as 101ª e 82ª divisões aerotransportadas para atuar nestas localidades, permitindo que a 3ª Divisão de Infantaria e a 1ª Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais voltasse ao seu plano conjunto de cerco a Bagdá (DONNELLY, 2004, p. 58-67). A prontidão e o rápido deslocamento das tropas, aspectos desenvolvidos extensivamente pela RMA tiveram grande importância nesta guerra.

O avanço das tropas da coalizão foi de velocidade impressionante, visto que as fracas e desorganizadas forças iraquianas não foram capazes de oferecer resistência real. Elas haviam sofrido com uma década de sanções econômicas e haviam enfrentado duas guerras nas décadas anteriores (Irã-Iraque e Golfo), tendo parte significativa de suas forças e recursos destruídas. No dia 04 de abril as forças da coalizão iniciaram os ataques à Bagdá, realizando ataques-relâmpagos, como foram chamados, no centro da cidade para a desestabilização das defesas. O ataque foi extremamente eficiente, tendo em vista que em 09 de abril de 2003, a estátua de Saddam Hussein foi derrubada pela população com a ajuda de fuzileiros navais. O término efetivo dos principais confrontos militares no Iraque se daria no dia 14 de abril de

2003, com a tomada de controle da cidade natal de Saddam Hussein, Tikrit e em 01 de maio de 2003 (VISENTINI, 2012, p. 105).

Quanto a suas operações, a velocidade da vitória estadunidense dá a entender que a *Iraqi Freedom* foi extremamente bem executada. Pode-se considerar que os cortes de contingente solicitados por Rumsfeld não prejudicaram a performance operacional das Forças Armadas da Coalizão. As lições que foram imediatamente tomadas em relação à OIF denotaram o sucesso tecnológico da operação, tendendo a minimizar o papel do aparato terrestre e enfatizar o papel da tecnologia e dos sistemas de combate sem engajamento direto. Nesse sentido, a força terrestre viu seu papel diminuído nas formulações doutrinárias posteriores e, conseqüentemente, grande parte da logística correlata; ampliava-se ainda mais o processo de brigadização.

Contudo, isto foi um erro de interpretação, pois a *Iraqi Freedom* não deveria ser computada como uma vitória político-estratégica. O objetivo principal da campanha era o de (1) derrubar o regime de Saddam, (2) estabelecendo no Iraque um governo democrático e autossustentado, (3) que se constituísse como um aliado estadunidense na Guerra ao Terror (DALE, 2008, p. 9-10). Infelizmente, do que se propunha, os EUA alcançaram apenas a derrubada do regime. A reconstrução do aparato estatal iraquiano foi um fracasso, tanto no que tange à infraestrutura física, que foi completamente destruída entre as duas campanhas americanas (1991 e 2003) quanto no que toca a uma burocracia consistente. Mais importante, eles não conseguiram promover uma transição democrática pacífica, para um governo aliado. "Pacificação" implica, como condição mínima, a ausência de guerra e de violência doméstica como resultado da desestruturação estatal; se refere a um estado de paz duradoura que permita uma estabilização da ordem política e uma normalização da vida social. Isto não foi alcançado no imediato pós-guerra (DEFLEM; SUTPHIN, 2006, 277-278).

Em parte, um dos erros no planejamento estadunidense foi não ter deixado claro a todas as partes sob seu comando (nem mesmo aos comandantes militares) quais seriam suas funções depois de findos os combates principais. Não houve uma coordenação clara entre o Departamento de Estado e o CENTCOM (que deveriam ser intermediados pelo Departamento de Defesa, nesse sentido) sobre qual seria o papel de cada uma das duas organizações no pós-guerra, nem sobre qual seria o governo que tomaria a frente do país. Ainda, importa mencionar que mesmo a reconstrução material do país tomou segundo plano em relação às operações de contrainsurgência que tiveram de ser empreendidas para manter um mínimo de controle sobre a situação no país (DALE, 2008, p.14-18). O descaso com o planejamento para o pós-guerra se faria sentir pelos vários anos que se seguiram à OIF. Nesse sentido, pode-se

dizer que há uma discrepância entre o pretendido pela Doutrina – guerras curtas, rápidas e decisivas – e os resultados obtidos no Iraque: um envolvimento prolongado, custoso (econômica e politicamente) e que acabaria custando a vida de inúmeros americanos e americanas.

Como é sabido, entre os anos de 2003 e 2006, uma série de governos transitórios atuou no Iraque, até que um corpo de leis e eleições livres pudessem ser realizadas. E de fato, a Constituição do Iraque foi ratificada em 15 de outubro de 2005 e, em 15 de dezembro de 2005, foram realizadas as eleições para o Conselho de Representantes do Iraque. O Conselho de Representantes foi empossado em março de 2006, com o Presidente Jalal Talabani e o Primeiro Ministro Jawad al-Maliki à frente do governo. Contudo, não seria possível contar com uma estabilidade democrática no país, tendo em vista o desmantelamento da rede policial durante o conflito. Quase imediatamente ao término oficial das principais operações militares, dava-se início ao período de insurgência (DEFLEM; SUTPHIN, 2006, p. 269).

A violência da invasão estadunidense, desumanizada e sem uma força terrestre capaz de oferecer pacificação às cidades conquistadas, danificou a infra-estrutura policial, o que mais tarde contribuiria para impedir a reconstrução das forças civis. Isto acabaria por deixar o país desprotegido, pois como denunciado anteriormente, a menor atuação do Exército dos EUA em terra fez dificultava a manutenção da ordem nos territórios civis e a reestruturação do país derrotado. Não tendo policiamento local ou do invasor, era óbvio que a confusão instaurar-se-ia. Isto ocorreu, pois - conforme a denúncia de Dale (2008, p. 14-18; 35-38) ao congresso - embora a direção dos EUA tenha sido informada sobre o possível caos de situações de pós-guerra - o comando militar não contava com agitação após a cessação de grandes operações de combate e não orientou seus oficiais sobre as suas principais responsabilidades pós-término das operações. Além disso, pressupunham a colaboração iraquiana no imediato pós-conflito: assumiram que a burocracia do estado iraquiano (principalmente aquela parte ligada às funções de policiamento e manutenção da ordem) permaneceria disponível e disposta a retomar seu trabalho no período pós-guerra. Ainda, não levaram em conta a degradação da infraestrutura iraquiana, que deveria ser recuperada antes de tudo.

Among the greatest difficulties in the post-war reconstruction of Iraq have been the resurgence of ethnic and religious rivalries, the eruption and intensification of the insurgency, difficulties in mobilizing medical supplies and other necessary goods, and the restoration of Iraq's primary social institutions. Clearly, the coalition forces

were prepared to wage war, but were much less prepared to establish peace¹⁰¹ (DEFLEM; SUTPHIN, 2006, p. 277).

Portanto, já em maio de 2003, dar-se-ia início ao período de contrainsurgência: campanha armada por uma grande variedade de forças não-convencionais, que operaram contra a forças da coalizão e do novo governo iraquiano. Estas forças incluíam simpatizantes ba'athistas de Saddam Hussein, líderes tribais sunitas, membros de grupos combatentes islâmicos e até gangues locais. Originalmente dirigido às forças da coalizão, a insurgência rapidamente se espalhou pela sociedade iraquiana, visando civis e instituições iraquianas, incluindo forças de polícia e segurança. As táticas insurgentes incluem carros-bomba, atentados suicidas, sequestros, tomada de reféns, tiroteios, ataques com morteiros e outros tipos de assalto - táticas da guerra não-convencional. Por isto, as forças dos EUA foram forçadas a permanecer no país, mas com eficiência limitada; suas unidades eram formadas por militares que não treinamento para agir como policiais. Ainda, cabe-se ressaltar que pesquisas realizadas entre a população iraquiana descobriu que quase 45% dos entrevistados apoiavam a insurgência, enquanto apenas 15% disseram que apoiaram fortemente a coalizão (DEFLEM; SUTPHIN, 2006, p. 273; 278). Isto demonstra, mais uma vez, os EUA falharam em constituir o Iraque como um aliado na Guerra ao Terror.

De 2004 a meados de 2007, o Iraque foi extremamente violento: as mortes de civis foram em média mais de 1.500 por mês, enquanto as baixas militares dos EUA giravam em torno de 100 mortos e 700 feridos. Os EUA não tinham a estrutura correta para os esforços de pacificação, não podendo reconstruir o Iraque e suas instituições democráticas (que, por sua vez, seriam responsáveis pelo policiamento local uma vez bem estabelecidas). A situação só seria alterada no final de 2007, quando George W. Bush optou por uma mudança na estratégia, conhecida como “New Way Forward” ou “Surge” (palavra em inglês que traduz um aumento súbito e considerável). Em 10 de janeiro de 2007, o presidente George W. Bush anunciou um reforço de 30.000 soldados para o Iraque, sob comando do Gen. David Petraeus (BIDDLE; FRIEDMAN; SHAPIRO, 2012, p. 1-2).

O reforço se mostraria necessário para ampliar a segurança nas seções críticas do oeste e do centro do Iraque. As ofensivas da coalizão conseguiram eliminar e até mesmo ocupar lugares específicos em momentos específicos anteriormente; porém, isto motivava apenas a

¹⁰¹“Entre as maiores dificuldades na reconstrução do Iraque no pós-guerra estão o ressurgimento de rivalidades étnicas e religiosas, a erupção e intensificação da insurgência, dificuldades na mobilização de suprimentos médicos e outros bens necessários, e a restauração das principais instituições sociais do Iraque. Claramente, as forças da coalizão estavam preparadas para fazer a guerra, mas estavam muito menos preparadas para estabelecer a paz.” (DEFLEM; SUTPHIN, 2006, p. 277, tradução nossa).

realocação dos insurgentes, causando danos terríveis a outras regiões. O “surge” acabou fornecendo tropas suficientes para controlar extensões muito maiores, evitando o retorno dos insurgentes e permitindo a manutenção da segurança. Em outras palavras, as forças estadunidenses seriam responsáveis também por assegurar as vizinhanças que tivessem sido pacificadas permanecessem como tal, uma tarefa que anteriormente cabia às forças iraquianas. A idéia do aumento de tropas era a de fornecer contingente suficiente para tornar essa etapa possível. Além disso, colocou-se como responsabilidade das tropas americanas a proteção dos próprios civis iraquianos, diminuindo a ênfase doutrinária nas operações e retomando um pouco do aspecto político anterior (BIDDLE; FRIEDMAN; SHAPIRO, 2012, p. 22-23).

A eficiência do “surge” foi notável: em junho de 2011, a média mensal de baixas militares dos EUA foi inferior a 11, enquanto as mortes civis ficaram em torno de 200, cerca de um décimo da taxa da última metade de 2006 (BIDDLE; FRIEDMAN; SHAPIRO, 2012, p. 1-2). Bem verdade que outros fatores influenciaram este resultado - tal como o movimento que ficou conhecido como Despertar Sunita, em que chefes tribais sunitas, da província de al-Anbar, iniciaram um processo de cooperação com as tropas estadunidenses, em uma aliança contra os insurgentes neo-salafistas/wahabitas -, a importância do reforço para o controle da insurgência foi inegável (DALE, 2008, p. 86). Isto permitiria a futura retirada das tropas estadunidenses: ao cabo de 2008, assinou-se um acordo que previa a retirada total das forças armadas estadunidenses para o final de 2011. Simultaneamente, seriam realizadas as medidas para retomada completa do controle pelo governo iraquiano (VISENTINI, 2014, p. 114).

Dado que a situação no Iraque só melhorou após a reversão (ainda que parcial) das tendências apresentadas desde a RMA, a presente dissertação interpreta a Guerra do Iraque de 2003 como a crise do legado pós-Vietnã. No período que antecedeu o “Surge”, os EUA se viram envolvidos em uma guerra de 10 anos de duração, custosa e que não atingiria os objetivos propostos. O perfil de força era inadequado, pois, dada a menor atuação do Exército em 2003, fora dificultada a manutenção da ordem nos territórios civis, levando à um longo período de contrainsurgência. Consequências de longo prazo desta falha estadunidense incluem a fragilização da imagem estadunidense em nível global, o peso que perdura sobre o orçamento doméstico do país e uma possível relação com a crise de 2008. Mais uma vez, enfatiza-se que a vitória operacional não implicou em uma vitória político-estratégica, pois subverteu-se a lógica Clausewitziana. Este processo será trabalhado em detalhes na próxima e última seção.

5.3 CONCLUSÕES PARCIAIS: ESTARÍAMOS VIVENDO A CRISE DO LEGADO ESTADUNIDENSE?

Como vimos ao longo do presente capítulo, a Guerra do Iraque de 2003 foi a primeira aplicação prática do modelo de Transformação das Forças Armadas advogado por Donald Rumsfeld. Dado ao estonteante sucesso da campanha de 1991, sobrevalorizou-se os benefícios do uso de uma força de voluntários e do processo de modernização militar. Portanto, certas características da ALB passaram a ser exacerbadas, eliminando a importância remanescente da massa. Entre elas, inclui-se logística aerotransportada, teatro sintético de guerra (comando e controle, consciência de situação e guerra centrada em rede), supremacia aérea, guerra da informação e operações baseadas em efeitos - todas empregadas intensamente na Guerra do Iraque.

Isto ocorreu, pois o custo destas tecnologias implicava numa decisão orçamentária que colocava qualidade do soldado individual (treinamento, equipamento e capacidade de liderança) em detrimento da massa. Fica óbvio, portanto, que o uso intenso de tecnologia e o emprego de forças enxutas foi a característica marcante da campanha em 2003. Entretanto, o rápido sucesso obtido não se transformou em duradouro. A menor atuação do Exército trouxe consequências negativas. Seu papel de manutenção da ordem nos territórios civis ficou prejudicado, encaminhando o país para um longo período de contra-insurgência; os EUA saíram do Iraque apenas em 2011. Além disso, em razão deste prolongado conflito, os EUA viram sua imagem internacional estadunidense prejudicada, tiveram parte de seu orçamento comprometido e, ainda, ampliaram o impacto da crise de 2008.

O prejuízo da imagem estadunidense está ligado à predisposição à atuação unilateral. A ideia da Doutrina Bush de que poderes unipolares não precisam agir multilateralmente, pois têm a opção de agir unilateralmente é prepotente por definição. Abre espaço para o desrespeito às instituições internacionais - como ocorreu na invasão do Iraque, que se deu em total desprezo à autoridade do CSNU - e para o desdém para acordos internacionais. Como dito anteriormente, o governo Bush rejeitou compromissos globais, incluindo o Tribunal Penal Internacional, o Protocolo de Kyoto, o protocolo que implementa a proibição de armas biológicas e retirou-se do Tratado de Mísseis Antibalísticos de 1972 com a Rússia. Além disso, abriu-se mão da busca por parcerias no SI; conforme explicado anteriormente, o custo de manutenção de um perfil de força semelhante aos dos EUA tornava ineficiente buscar alianças em conflitos armados, visto que possíveis parceiros não conseguiriam manter o ritmo de combate imposto pela RMA. Em suma, o novo modelo de atuação internacional dos EUA

tinha caráter intervencionista - vide as duas guerras no Oriente Médio - e isolacionista, visto seu desinteresse pela vontade dos demais Estados.

A Guerra do Iraque (2003), na verdade, fora uma das primeiras ocasiões em que membros permanentes utilizaram seu poder de veto contra os EUA desde o final na Guerra Fria; a ideia aqui era barrar o unilateralismo de George W. Bush. A Rússia, por exemplo, votou contra a intervenção em 2003 e, uma vez que a guerra estourou, advogou constantemente pelo encerramento do conflito e que a situação fosse resolvida sobre a autoridade do CSNU. Este posicionamento estava alinhado com o de outros países, tais como China, Alemanha e França. Na verdade, Moscou já divulgara em conjunto com Paris e Berlim um comunicado dizendo que não deixariam passar uma proposta de resolução que autorizasse o uso da força no Iraque; antes de aprovar tal medida, era necessária a conclusão das investigações das Nações Unidas sobre a posse iraquiana de armas de destruição em massa. Quando, em desrespeito às normas dos Conselho de Segurança, os EUA optou por invadir, cada vez mais a imagem do país ficava prejudicada aos olhos dos demais membros citados.

With every hour, human casualties and destruction are mounting, peaceful citizens are dying - children, old people, women. American and British soldiers are dying, as are Iraqi servicemen. [...] the only way out of the situation is to immediately end military action and re-start the process of political solution within the framework of the U.N. Security Council¹⁰².

Excertos do Presidente Vladimir Putin , no Parlamento Russo (DOUGHERTY, 2003).

O peso sob o orçamento veio como consequência da duração prolongada não-programada do conflito e das despesas indiretas da guerra. Aqui é de praxe trabalhar com o peso conjunto das campanhas no Iraque e no Afeganistão, tendo em vista que ocorreram em uma janela muito semelhante de tempo. Os EUA gastaram mais de US\$ 2 bilhões em despesas diretamente relacionadas ao combate - particularmente o planejamento e realização da Operação *Iraqi Freedom* (OIF), *Enduring Freedom* (OEF) e *New Dawn* (OND). Contudo, isto representa apenas uma fração do custo total da guerra, que totalizaria algo próximo a US\$ 1 trilhão.

Por exemplo, apenas o custo somado das campanhas de contra-insurgência e das necessidades de reconstrução nacional iraquiana implicaram ficam entre US\$ 4 bilhões e US\$ 6 bilhões (BILMES, 2013, p. 1-4). Contudo, em termos de custos contínuos, a maior

¹⁰²“A cada hora, mortes e destruição humanas estão aumentando, cidadãos pacíficos estão morrendo - crianças, idosos, mulheres. Soldados americanos e britânicos estão morrendo, assim como soldados iraquianos. [...] a única maneira de sair da situação é acabar imediatamente com a ação militar e recomeçar o processo de solução política no âmbito do Conselho de Segurança da ONU” (CNN, 2003, tradução nossa).

responsabilidade acumulada das guerras no Iraque e no Afeganistão é o custo de fornecer assistência médica e benefícios por invalidez aos veteranos de guerra - benefício permanente adquirido pelos serviços prestados. Ao contrário do que propunha Rumsfeld, as guerras não se desdobraram de forma rápida e, portanto, o pequeno contingente inicial não foi suficiente para a década de permanência no Oriente Médio; aproximadamente 2,5 milhões de homens e mulheres de serviço serviram neste período e têm direito aos benefícios concedidos aos veteranos de guerra, sendo que 56% destes homens e mulheres estão - atualmente - sob cuidados do Estado (seja por invalidez física, traumas psicológicos ou pensões). Isto já implicou em um custo de US\$ 134,3 bilhões essa conta só será quitada décadas adiante; despesas futuras são previstas em mais de US\$ 836,1 bilhões (BILMES, 2013, p. 4-9).

Ainda, existem custos indiretos relacionados às Operações no Iraque e Afeganistão, que incluem: custos com planos de saúde dos soldados; recrutamento; despesas gerais relacionadas com o aprovisionamento, monitorização, custos legais, custos de avaliação, etc.; bem como a depreciação de equipamentos comuns danificados ou consumidos durante as guerras. Estes custos superam US\$ 750 bilhões (BILMES, 2013, p. 19). Por fim, há autores que incluem como custos indiretos a influência dos conflitos sobre o preço do barril de petróleo: neste período, os preços da *commodity* subiram de US\$20 por barril para US\$ 140 por barril, aumentando em bilhões de dólares por ano o valor de importações estadunidenses.

Pode ser incluído, como um último custo indireto, o próprio surgimento do Estado Islâmico (EI). De acordo com Abdul Yosufi (2016, p. 109), a ascensão e a consolidação do EI ocorreu, principalmente, devido às decorrências do conflito sectário e da intervenção estadunidense no Iraque. A fraqueza das operações de contra-insurgência por parte dos EUA permitiu o fortalecimento do movimento insurgente, que, mais tarde, evoluiria para o EI. Este movimento - ao menos inicialmente - tinha o apoio de uma grande parcela da população iraquiana, que via os EUA como um poder ocupante ilegítimo. Eles indiretamente criaram, em função de seu descaso com o planejamento de longo prazo pós-operação, um novo foco de insurgência, contra o qual serão forçados a intervir em um futuro predizível, forçando uma atuação contínua no Oriente Médio.

De acordo com Bilmes (2013, p. 19-21), em função destes custos, durante os anos 2000, os EUA acumularam uma dívida de US\$ 9 trilhões de dólares, requisitando pelo menos US\$ 2 trilhões para o contínuo financiamento de suas atividades na região (implicando em juros de US\$ 260 bilhões). Stiglitz (2009, p. 334-336), interpreta isto como um dos fios condutores da crise econômica de 2008. À época, o Banco Central dos Estados Unidos, a fim de manter a força da economia, foi forçado a compensar o efeito negativo de maiores gastos

com o conflito e com petróleo, assim optando por manter taxas de juros menores e reduzindo a carga de impostos. Momentaneamente, isto movimentou a economia estadunidense, mas acabou por a bolha imobiliária que causaria o crash econômico de 2008. Com o maior consumo neste setor, os preços da habitação subiram, mas a renda real da maioria dos americanos estagnou; isto forçou uma parcela da população a tirar hipotecas ou empréstimos de taxa variável quando as taxas de juros estavam em níveis historicamente baixos. Contudo, tais taxas de juros compunham um cenário econômico artificial, que eventualmente estourou.

Este quadro negativo para os EUA - não consecução dos objetivos estratégicos no Iraque, prejuízo da imagem no país no SI e crise econômica - levou a cúpula decisória a questionar algumas decisões do passado. Como vimos anteriormente, os anos 1990 e 2000 foram marcados por uma tendência de minimizar o papel do aparato terrestre e enfatizar o papel da tecnologia e dos sistemas de combate sem engajamento direto. Inclusive, em formulações doutrinárias posteriores à ALB, como a Batalha AeroNaval (ASB, do inglês *AirSea Battle*). A ASB, por sua vez, trazia um papel ínfimo às forças terrestres, apostando no desmantelamento das forças adversárias através dos domínios aéreo, marítimo e espacial (BIDDLE; OELRICH, 2016). Contudo, o período prolongado de contrainsurgência e as consequências políticas correlatas de longo prazo forçaram as Forças Armadas a questionar se haviam tomado a decisão correta.

Além disso, pode-se questionar se estas doutrinas poderiam ser utilizadas frente a um adversário mais poderoso. Em 2003, o Iraque encontrava-se arrasado e não-recuperado de uma guerra anterior (a Guerra do Golfo de 1991), e, mais, encontrava-se sob embargo internacional, com capacidade pífia de recuperar suas capacidades militares. É importante destacar que os principais adversários estadunidenses na arena internacional hoje - Rússia e China - encontram-se em uma situação muito mais vantajosa do que o Iraque jamais esteve, mesmo em 1991. A redução de contingente talvez não seja uma opção em uma guerra envolvendo competidores de capacidade tecnológico-qualitativa similar à americana.

Entretanto, a percepção dos erros do passado pode não estar fora de alcance. A recente formulação doutrinária estadunidense (FM 3-0 Operations de outubro de 2017), representada na Doutrina da Batalha Multi-Domínio (MDB, do inglês *Multi-Domain Battle*) demonstra um retorno à centralidade do poder terrestre, ou seja, da massa, no perfil de força estadunidense. Ao que parece, podemos ver um retorno da força terrestre como o principal meio de combate, enquanto as outras forças e domínios (aéreo, marítimo, espacial, cibernético e mesmo psicológico) assumiriam funções de suporte. Propõe-se investigar esta nova formulação

doutrinária em trabalhos futuros, dando continuidade ao trabalho desenvolvido na presente dissertação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos na seção introdutória da presente dissertação, propunha-se fazer uma análise da evolução do perfil de força estadunidense após 1975 em dois eixos centrais – política externa e modernização militar. Utilizou-se como marco teórico as obras de Mearsheimer (1981) e Clausewitz (2003), que argumentam que a estrutura de força de um país deve se dar em função das suas considerações de Política Externa, pois a guerra deve ser pensada como um instrumento para atingir fins políticos e, portanto, deve ser organizada em torno dos mesmos: o objetivo político – motivo original para a atividade bélica – determinará o objetivo militar a ser alcançado e, portanto, deverá orientar a estruturação do perfil de força de um país - e não o contrário.

Este argumento encontrou correspondência empírica na evolução histórica do perfil de força estadunidense, até a Guerra do Vietnã, em 1975. Contudo, o estudo da história norte-americana deixa claro que a derrota militar no conflito deu início a um período de crescente fragmentação social, perda da confiança doméstica em seus militares e de questionamento do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, em que a guerra era ganha através do peso dos números e da mobilização nacional em tempo de guerra, enfim, da massa. O sentimento de humilhação nos EUA e a perda de tantas vidas americanas teria motivado uma reformulação da doutrina militar dos EUA que não foi precedida de uma reorientação de política externa do país.

Portanto, procurou-se responder ao longo do trabalho de que maneira a humilhação da derrota do Vietnã promoveu uma reorientação das instituições militares, antes mesmo de uma reformulação no pensamento político estadunidense, e quais as repercussões disso para a esfera político-estratégica do país. A nossa hipótese foi de que o Vietnã operou como uma conjuntura crítica na história americana – ou seja, como um evento contingente capaz de flexibilizar padrões institucionais, dando início a cadeias de eventos *path dependent* que possuem propriedades distintas - capaz de inverter os eixos de política externa e modernização militar, contrariando a teoria existente.

Para verificar a veracidade de tal hipótese, o primeiro passo tornou-se analisar os antecedentes históricos à Guerra do Vietnã - o perfil de força que atuou nas duas Guerras Mundiais. Relembrando, a escolha pelo método de conjunturas críticas pressupõe a análise de quatro etapas distintas: os antecedentes históricos, a ruptura ou crise, a avaliação se esta gerou um legado distinto e, ainda, analisar uma eventual crise do legado. Este método nos pareceu adequado tendo em vista que dedica-se ao estudo da interrupção de longos períodos de

estabilidade *path dependent* por um breve momento de flexibilidade institucional, durante o qual mudanças drásticas podem ocorrer; estas mudanças originam de eventos contingentes, gatilhos para uma trajetória que se distingue do período anterior.

Por isso, na escrita do primeiro capítulo (os antecedentes históricos), percebemos que - durante a primeira metade do século XX, particularmente no período que se estendeu do Movimento de Prontidão, que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, ao final da Segunda Guerra Mundial - o pensamento militar dominante advogava que a atividade bélica deveria ser planejada em função de interesses nacionais vitais, contando com maciço apoio popular; mobilização era a palavra-chave. O perfil de força condizente com este ideário dependia, portanto, do uso de força esmagadora, massa de soldados de infantaria (*“boots on the ground”*), apoio de fogo aproximado (blindados e, principalmente, aviões) e concentração de poder de fogo (artilharia) - estrutura que ficaria conhecida como o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra.

Dito de outra forma, as duas Guerras Mundiais permitiram a formação do Exército de massas estadunidense. O esforço da conscrição – reestabelecida durante a Primeira Grande Guerra – no período de paz relativa do entre-guerras, juntamente com a mobilização industrial que ocorreu entre 1940 e 1945 nos EUA, permitiram o envio de dois milhões de soldados ao front ocidental. O sucesso desta organização militar é inegável, tendo em vista ao final de 1945, o país era uma das duas superpotências militares do globo, líder do bloco ocidental e controlador de uma vasta esfera de influência.

Contudo, a partir de 1975, passou-se a questionar tal modelo de perfil de força. Ao longo do segundo capítulo, deixou-se claro que a derrota militar no conflito deu início a um período de crescente fragmentação social, perda da confiança doméstica em seus militares e de questionamento do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, em que a guerra era ganha através do peso dos números e da mobilização nacional em tempo de guerra, enfim, da massa. Esta “síndrome da derrota” pós-Vietnã motivaria uma reformulação da doutrina militar dos EUA, que não foi precedida de uma reformulação dos objetivos de política externa do país.

A razão que levou ao envolvimento dos Estados Unidos na Indochina é o que ficaria conhecida como teoria do dominó. Seu ponto central era que, se os EUA não conseguissem intervir e ajudar o Vietnã do Sul, isto enviaria uma mensagem ao restante do Sudeste Asiático de que os EUA não estavam verdadeiramente comprometidos em conter o comunismo. Segundo o Secretário de Defesa à época, Robert McNamara, uma vitória de Hanói na guerra colocaria o Vietnã à mercê do controle chinês e, conseqüentemente, todo o sudeste da Ásia. O

Vietnã foi interpretado como o caso-teste da credibilidade estadunidense, que deveria provar que poderia enfrentar o desafio global das guerras comunistas de libertação.

Uma vez que foi decidido pela intervenção estadunidense, foram iniciadas as preparações para o conflito. É sabido que Exércitos vitoriosos tendem a se preparar para a próxima guerra seguindo as mesmas linhas o último conflito; no caso dos Estados Unidos, isso significava a Segunda Guerra Mundial e, em menor grau, a Coreia. Por isso, o Exército que lutaria no Vietnã remeteria, ao menos judicialmente, ao modo tradicional de guerra. Contudo, na prática, estas forças seriam radicalmente diferentes: as reservas não foram convocadas; os soldados enviados ao frente de batalha eram recrutas inexperientes, sem a real formação e treinamento do que caracterizamos como soldado-cidadão.

Este alto grau de inexperiência levou a um altíssimo número de baixas, acumulando um ressentimento nos EUA no período de 1968 a 1973. Por isso, tornou-se prioridade - para o governo e para as Forças Armadas - reconstruir a imagem do do Exército. Contudo, esta reconstrução menosprezou as lições sobre o combate, particularmente, a realização de uma apreciação da estratégia das deficiências de seu estilo operacional no Vietnã; seria centrada em evitar, ao máximo, mortes de soldados americanos - ou seja, optou-se abandono da estratégia de atrito e do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra e na eliminação do serviço seletivo, que estava sofrendo seu mais poderoso ataque na história, para retomar as graças da opinião pública e congressual. E este abandono do serviço seletivo significaria a transferência da responsabilidade de combate para uma força profissional, com mobilidade estratégica, capaz de deslocamento rápido e que contasse com a mais nova tecnologia de guerra, permitindo a obtenção de uma vitória rápida e fulminante.

Todavia, tal reforma militar era inadequada, pois a derrota havia sido meramente política. Em termos operacionais e táticos, nenhuma batalha foi perdida no Vietnã; perdeu-se o apoio doméstico para a continuidade do conflito. Não era necessário abandonar o Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra. Na verdade, questiona-se que este tenha sido a orientação do perfil de força que lutara no Vietnã - as reservas não foram convocadas; os soldados enviados ao frente de batalha eram recrutas inexperientes, sem a real formação e treinamento do que caracterizamos como soldado-cidadão.

O principal marco organizacional de promoção destas mudanças foi o estabelecimento TRADOC em 1973, pelo general William E. DePuy. Sua missão era repensar a forma como o Exército estava organizado, como havia treinado suas forças e qual deveria ser a ênfase das reformas das décadas de 1970 e 1980. Decidiu-se por enfatizar a profissionalização dos soldados, no treinamento contínuo, na constante modernização tecnológica e no

desenvolvimento de doutrina - a ideia era construir uma força capaz de lutar guerras curtas e intensas, com mínimas baixas estadunidenses. Para alcançar esta meta, as palavras-chave, para o general DePuy, eram treinamento, liderança e doutrina - o campo de batalha moderno estava lançando novas demandas e o Exército deveria estar preparado para enfrentá-las. Por isso, operou-se uma reforma sob escopo da ALB; uma reforma incrivelmente sedutora: a ideia de uma guerra rápida e fulminante, atingindo a vitória absoluta com poucas baixas, tinha a aprovação da totalidade da sociedade estadunidense, ou seja, militares e civis.

Esta reforma foi validada pela introdução da Doutrina Carter (1980). Mais uma vez, enfatiza-se a palavra validada: o contrário do que previam os trabalhos de Clausewitz (2003) e Mearsheimer (1981), a política não foi o elemento norteador das alterações no perfil de força; o trauma do Vietnã fora tão forte que conseguiu subverter esta lógica, funcionando como uma conjuntura crítica. A nova Doutrina previa que os EUA lançariam mão de todos os meios necessários para defender seus interesses ao redor do mundo, particularmente no Oriente Médio, e previa o engajamento direto de forças americanas nas regiões conhecidas como frentes basilares. Portanto, ocorreu uma ampliação da presença militar estadunidense na região, o que reafirmava todos os esforços de alteração no perfil de força estadunidense realizados na década anterior: mobilidade estratégica, treinamento, tecnologia, flexibilidade e a iniciativa.

Em suma, o trauma da derrota no Vietnã colocou uma pressão de reforma sobre as instituições político-militares de tal forma, que se deu início ao planejamento tático-operacional em 1973, com a criação do TRADOC, cujo objetivo era formular e experimentar doutrinas, e apenas em 1980 deu-se início a reformulação do pensamento político, com a Doutrina Carter e o pensamento de Brzezinski sobre as frentes basilares estratégicas. Ou seja, o caminho foi feito de maneira inversa ao que Mearsheimer-Clausewitz propuseram. Confirmou-se a hipótese original de que o Vietnã operou como uma conjuntura crítica na história americana capaz de inverter estes eixos, política externa e modernização militar.

Infelizmente, esta subversão da lógica política externa/perfil de força traria consequências negativas para os EUA. Em termos estratégicos, as reformas não foram adequadas, pois não foram orientadas para objetivos políticos de longo prazo, mas sim buscavam a rápida vitória operacional, visto que enfatizada a prontidão militar e a mobilidade das tropas, além de lançar mão de recursos como intensos bombardeios. O custo deste novo perfil de força implicaria em um *trade-off* entre tecnologia e massa e, como consequência, reduziu-se a importância da ofensiva terrestre e o papel social que esta instituição representava, ou seja, a manutenção da ordem nos territórios civis e a reestruturação do país

derrotado. Contudo, o vácuo de poder e o caos resultantes acabariam por forçar os EUA a permanecer em conflitos prolongados e dispendiosos.

Isto pôde ser vislumbrado no terceiro e no quarto capítulo, quando foram discutidas as aplicações empíricas deste perfil de força – Guerra do Golfo (1991) e Guerra do Iraque (2003), com destaque para a segunda. Conforme demanda o método, estes capítulos foram dedicados à análise do legado e da crise do do Vietnã. Nestes conflitos, os Estados Unidos obtiveram vitórias operacionais rápidas, mas não conseguiram a mudança de regime pacífica ou o alistamento do país como um aliado no Oriente Médio, isto é, seus objetivos políticos. Isso ocorreu em razão da ênfase militar na prontidão para efetuar intervenções externas a partir de campanhas aéreas; em mais detalhes, a ofensiva terrestre teria sua importância reduzida, sendo realizada a partir de brigadas aerotransportadas, apoiadas em tecnologia de ponta, com baixos efetivos. Esta nova estrutura das Forças Armadas – conhecida como o Novo Modo Americano de Fazer a Guerra – reduziu a atuação do Exército em terra e, por consequência, fez desaparecer o papel social que esta instituição representava: a manutenção da ordem nos territórios civis e a reestruturação do país derrotado. Além disso, adquiriria um caráter desumanizado - recorrendo cada vez mais a ataques remotos, veículos aéreos não-tripulados e violentas campanhas aérea - e unilateral. Como dito anteriormente, a RMA tornou ineficiente para os EUA buscar alianças em conflitos armados, visto que possíveis parceiros não conseguiriam manter o ritmo de combate imposto pelo novo perfil de força dos EUA. Estes são aspectos a serem criticados, pois tornam os EUA mais cegos à violência de suas intervenções militares.

Porém, essa transição não se operou de forma abrupta; as consequências negativas não foram sentidas em um primeiro momento. O legado do Vietnã inicialmente apresentava um caráter híbrido: as forças que lutaram em 1991 combinavam o uso intensivo de tecnologia com a massa de soldados. Contudo, como vimos no quarto capítulo, o estonteante sucesso na guerra foi interpretado – erroneamente – como uma demonstração dos benefícios do uso de uma força de voluntários e da necessidade de aprofundar o processo de modernização militar iniciado em fins da década de 1970. Depois do término da conflagração, certas características da Batalha Ar-Terra passaram a ser exacerbadas, todas da vanguarda tecnológica: vitórias rápidas e fulminantes; logística aerotransportada; teatro sintético de guerra; supremacia aérea; guerra da informação e operações baseadas em efeitos. A tecnologia, portanto, deixou de ser vista como um mero instrumento, mas interpretada como a própria razão do sucesso. Por isso, a década de 1990 foi marcada por um movimento entre os comandantes militares, de revisar suas doutrinas e táticas para tirar proveito da modernização: deu-se início a RMA.

O perfil de força resultante era marcado pelo uso intenso de tecnologia e pelo emprego de forças enxutas, podendo ser observado com clareza na campanha do Iraque de 2003. Os resultados das operações no Iraque foram excelentes no imediato pós intervenção: as forças americanas e britânicas precisaram de apenas 26 dias para tomar o Iraque, com um custo de apenas 161 mortes. A progressão das forças americanas teve uma velocidade impressionante, inclusive deixando frágeis suas linhas de suprimentos. Além disso, sofreu pouca resistência tanto do exército iraquiano quanto da própria Guarda Republicana (a força de elite de Saddam). Entretanto, levando-se em conta os resultados de longo prazo da invasão, não se pode ter um otimismo muito grande: o menor número de soldados em solo prejudicou a manutenção da ordem nos territórios civis, o que levaria ao longo período de contrainsurgência no Iraque. Como consequência desse duradouro período de intervenção, os EUA viram-se prejudicados de - pelo menos - três formas distintas: a percepção internacional sobre o país, o seu orçamento doméstico e a sua economia.

O período prolongado de contrainsurgência e as consequências políticas correlatas de longo prazo forçaram as Forças Armadas a questionar se haviam tomado a decisão correta. Isto que esta fora uma luta contra um país periférico, arrasado por uma crise econômica e por conflitos anteriores. Considerando que vivemos em um sistema com duas grandes potências militares, capazes de oferecer resistência real aos EUA (incluem-se aqui fatores como capacidade de segundo ataque nuclear, a doutrina militar chinesa de A2AD, a extensão dos recursos russos, entre outros), é provável que a escolha pela ALB (e, posteriormente pela ASB) tenha sido um erro.

Por isso, encerramos o quarto capítulo e esta seção questionando se os esforços recentes do governo Trump, particularmente, a nova formulação doutrinária estadunidense (FM 3-0 Operations de outubro de 2017), representada na Doutrina da Batalha Multi-Domínio (MDB, do inglês Multi-Domain Battle) demonstra uma revisão das doutrinas anteriores e um retorno à centralidade do poder terrestre, ou seja, da massa, no perfil de força estadunidense. Ao que parece, podemos ver um retorno da força terrestre como o principal meio de combate, enquanto as outras forças e domínios (aéreo, marítimo, espacial, cibernético e mesmo psicológico) assumiriam funções de suporte. Contudo, dado ao escopo do trabalho, esta indagação será um objeto de investigação futura e um tema a ser explorado pela autora em sua carreira como pesquisadora.

REFERÊNCIAS

- A GESSERT, Robert. The AirLand battle and NATO's new doctrinal debate. **The Rusi Journal**, [s.l.], v. 129, n. 2, p.52-60, June 1984. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03071848408522247>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- ALMEIDA, Rodrigo Torres de. **Construção e expansão do Complexo Industrial-Militar Norte-Americano**: um passo em direção ao poder global. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Curso de Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ALNASRAWI, Abbas. Iraq: economic sanctions and consequences, 1990–2000. **Third World Quarterly**, London, v. 22, n. 2, p.205-218, Apr. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436590120037036>. Acesso em: 22 jan. 2019.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ATWOOD, Margaret. **The Robber Bride**. Toronto: Mcclelland And Stewart, 1993.
- BIDDLE, Stephen. **Military power**: explaining victory and defeat in modern battle. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- BIDDLE, Stephen. Ver a Bagdad, pensando em Saigón. **Foreign Affairs en Español**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 187-200, abr./jun. 2006.
- BIDDLE, Stephen. Victory misunderstood: what the Gulf war tells us about the future of conflict. **International Security**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.139-179, 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2539073>. Acesso em: 22 jan. 2019.
- BIDDLE, Stephen; FRIEDMAN, Jeffrey A.; SHAPIRO, Jacob N. Testing the surge: why did violence decline in Iraq in 2007?. **International Security**, [s.l.], v. 37, n. 1, p.7-40, July 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1162/isec_a_00087. Acesso em: 22 jan. 2019.
- BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. Future warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea battle, and command of the commons in East Asia. **International Security**, [s.l.], v. 41, n. 1, p.7-48, July 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1162/isec_a_00249. Acesso em: 22 jan. 2019.
- BILMES, Linda. The financial legacy of Iraq and Afghanistan: how wartime spending decisions will constrain future national security budgets. **Ssrn Electronic Journal**, [s.l.], p.1-21, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2281275>. Acesso em: 22 jan. 2019.
- BOOT, Max. The new American way of war. **Foreign Affairs**, [s.l.], v. 82, n. 4, p.41-58, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/20033648>. Acesso em: 22 jan. 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 196**. Relator: Ministro da Defesa Waldir Pires. Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01. Brasília, 22 fev. 2007. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.

- BRIGHT, James M. **Failure in strategy: America and the Vietnam War 1965-1968**. Quantico: United States Marine Corps Command and Staff College Marine Corps University Press, 2001.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **EUA-URSS: o grande desafio**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.
- BURGAN, Michael. **America in World War II**. Pleasantville: World Almanac Library, 2007.
- CAPOCCIA, Giovanni. Critical junctures. **Oxford Handbooks Online**, [s.l.], p.118-140, 2 May 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199662814.013.5>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, R. Daniel. The study of critical junctures: theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. **World Politics**, [s.l.], v. 59, n. 3, p.341-369, Apr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0043887100020852>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- CAVERLEY, Jonathan D. Explaining U.S. military strategy in Vietnam: thinking clearly about causation. **International Security**, [s.l.], v. 35, n. 3, p.124-143, Dec. 2010. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1162/isec_a_00025. Acesso em: 21 jun. 2018.
- CHANT, Christopher. **Air War in the Gulf War**. Oxford: Osprey Publishing, 2001.
- CHERWITZ, Richard A.. Lyndon Johnson and the “crisis”; of Tonkin gulf: a president's justification of war. **Western Journal of Speech Communication**, [s.l.], v. 42, n. 2, p.93-104, Aug. 1978. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10570317809373928>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- CIGAR, Norman. Iraq's strategic mindset and the gulf war: blueprint for defeat. **Journal of Strategic Studies**, [s.l.], v. 15, n. 1, p.1-29, Mar. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402399208437471>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **On war**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- COLLIER, Ruth B.; COLLIER, David. **Shaping the political arena: Critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- COOKE, Tim *et al.* **History of World War II (1): origins and outbreak**. New York: Marshall Cavendish, 2005.
- CROCKER III, H. W. **The yanks are coming! A military history of the United States in World War I**. New York: Regnery History, 2014.
- CRONKITE, Walter. **Walter Cronkite editorial on Tet and Vietnam (1968)**. Washington, 27 Feb. 1968. Disponível em: <https://alphahistory.com/vietnamwar/walter-cronkite-editorial-1968/>. Acesso em: 24 set. 2018.
- CURREY, Cecil B. **Vitória a qualquer custo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

DADDIS, Gregory A. 'A better war?' – the view from the Nixon White House. **Journal of Strategic Studies**, [s.l.], v. 36, n. 3, p.357-384, Jun 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2012.688173>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DALE, Catherine. **Operation Iraqi Freedom: strategies, approaches, results, and issues for Congress**. Washington: Congressional Research Service, 2008. (CRS Report for Congress).

DEFLEM, Mathieu; SUTPHIN, Suzanne. Policing post-war Iraq: insurgency, civilian police, and the reconstruction of society. **Sociological Focus**, [s.l.], v. 39, n. 4, p.265-283, Nov. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00380237.2006.10571289>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DIBB, Paul. The revolution in military affairs and Asian security. **Survival**, [s.l.], v. 39, n. 4, p.93-116, Dec. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396339708442946>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DICICCO, Jonathan M; FORDHAM, Benjamin O. The things they carried: generational effects of the Vietnam war on elite opinion. **International Studies Quarterly**, [s.l.], v. 62, n. 1, p.131-144, 17 Jan. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/isq/sqx068>. Acesso em: 21 jun. 2018.

DONNELLY, Thomas. **Operation Iraqi Freedom: a strategic assessment**. Washington: The AEI Press, 2004

DOUGHERTY, Jill. Putin warns on Iraq war. **CNN**, [s.l.], 28 Mar. 2003. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2003/WORLD/europe/03/28/sprj.irq.putin/>. Acesso em: 11 mar. 2003.

DUELFER, Charles A.; DYSON, Stephen Benedict. Chronic misperception and international conflict: the U.S.-Iraq experience. **International Security**, [s.l.], v. 36, n. 1, p. 73-100, Summer 2011.

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973 (1): the Golan heights**. Oxford: Osprey, 2003.

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973 (2): the Sinai**. Oxford: Osprey, 2003.

ECHEVARRIA II, Antulio J. **Toward an American way of war**. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2004. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/library/report/2004/ssi_echevarria.pdf. Acesso em: 23 maio 2018.

ECHEVARRIA II, Antulio J. **War, politics, and RMA: the legacy of Clausewitz**. Washington: JFQ Forum, 1996.

EISENHOWER, Dwight D. **Farewell address**. Washington: 17 Jan. 1961.

EVANS, Michael. From Kadesh to Kandahar. *In*: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (ed.). **Strategic studies: a reader**. New York: Routledge, 2008. p. 375-390.

FINER, Samuel. State- and nation-building in Europe: the role of the military. *In*: TILLY, Charles (org.). **The formation of national states in Western Europe**. New Jersey: Princeton University Press, 1975. Cap. 2, p. 84-163.

FINLAN, Alastair. **The Gulf War 1991**. New York: Routledge, 2003.

FONTENOT, Gregory; DEGEN, E. J.; TOHN, David. **On point: the United States Army in Operation Iraqi Freedom**. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute Press, 2004.

GALULA, David. **Counterinsurgency warfare: theory and practice**. Westport: Greenwood Publishing Group, 1964.

GAWTHORPE, Andrew J. 'Mad dog?' Samuel Huntington and the Vietnam War. **Journal of Strategic Studies**, [s.l.], v. 41, n. 1-2, p.301-325, 20 Dec. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2016.1265510>. Acesso em: 23 maio 2018.

GHAREEB, Edmund; KHADDURI, Majid. **War in the Gulf 1990-1991: the Iraq-Kuwait conflict and its implications**. New York: Oxford University Press, 2001

GORDON, Joy. **Invisible war: the United States and the Iraq sanctions**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JERVIS, Robert. **Perception and misperception in international politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

KEEGAN, John. **A Guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.

KEEGAN, John. **The Second World War**. London: Ramdon House, 1990.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KHONG, Yuen Foong. Vietnam, The Gulf, and U.S. choices: a comparison. **Security Studies**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.74-95, Sept. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636419209347500>. Acesso em: 23 maio 2018.

KIPPEL, Karin von. **Democracia pela força**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

KISSINGER, Henry A.. The Vietnam negotiations. **Survival**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.38-50, Feb. 1969. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396336908440951>. Acesso em: 23 maio 2018.

KREPINEVICH, Andrew F. Cavalry to computer; the pattern of military revolutions. **The National Interest**, Gainesville, v. 1, n. 37, p.30-42, Fall 1994.

KREPINEVITCH, Andre F. **The military-technical revolution: a preliminary assessment**. Washington: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 1992.

LEWIS, Michael W. The law of aerial bombardment in the 1991 Gulf War. **The American Journal of International Law**, [s.l.], v. 97, n. 3, p.481-509, July 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/3109837>. Acesso em: 23 maio 2018.

LEWY, Gunter. **America in Vietnam**. London: Oxford University Press, 1978.

LIEBER, Keir A.; PRESS, Daryl G. The end of MAD? The nuclear dimension of U.S. primacy. **International Security**, [s.l.], v. 30, n. 4, p.7-44, Apr. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1162/isec.2006.30.4.7>. Acesso em: 23 maio 2018.

LIMONCIC, Flávio. **Os inventores do New Deal**: Estado e sindicato no combate à Grande Depressão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIND, Willian S. *et al.* The changing face of war: into the fourth generation. **Marine Corps Gazette**, Quantico, v. 73, n. 10, p. 22-26, Oct. 1989.

LOCK-PULLAN, Richard. How to rethink war: conceptual innovation and AirLand battle doctrine. **Journal of Strategic Studies**, v. 28, n. 4, p. 679-702, Aug. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390500301087>. Acesso em: 23 maio 2018.

LOCK-PULLAN, Richard. **US intervention policy and army innovation**: from Vietnam to Iraq. New York: Routledge, 2006.

LOO, Bernard Fook Weng. Decisive battle, victory and the revolution in military affairs. **Journal of Strategic Studies**, [s.l.], v. 32, n. 2, p.189-211, Apr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390902743118>. Acesso em: 23 maio 2018.

MAHNKEN, Thomas G. **The American way of war since 1945**. New York: Columbia Press University, 2008.

MAHNKEN, Thomas G.; WATTS, Barry D. What the Gulf War can (and cannot) tell us about the future of warfare. **International Security**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.151-162, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2539371>. Acesso em: 23 maio 2018.

MAHONEY, James. Comparative-historical methodology. **Annual Review of Sociology**, [s.l.], v. 30, n. 1, p.81-101, Aug. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.30.012703.110507>. Acesso em: 23 maio 2018.

MAHONEY, James. Path dependence in historical sociology. **Theory And Society**, [s.l.], v. 29, n. 4, p.507-548, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1023/a:1007113830879>. Acesso em: 23 maio 2018.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. Comparative historical analysis in the social sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MALKASIAN, Carter. AirLand battle and modern warfare. *In*: INTERNATIONAL FORUM IN WAR HISTORY, 13., 2014, Tokyo. **Proceedings** [...] Tokyo: The National Institute for Defense Studies, 2014. p. 115-120.

MARTEL, William C. **Grand strategy in theory and practice**: the need for an effective American foreign policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MCALLISTER, James. Who lost Vietnam? Soldiers, civilians, and U.S. military strategy. **International Security**, [s.l.], v. 35, n. 3, p.95-123, Dec. 2010. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1162/isec_a_00024. Acesso em: 23 maio 2018.

MEARSHEIMER, John J. Hans Morgenthau and the Iraq War: realism versus neo-conservatism. **The National Interest**, Washington, v 1. n. 81. p. 10-18, Sept. 2005.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John J.; BOND, Brian. The British generals talk: a review essay. **International Security**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.165-184, 1981. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2538535>. Acesso em: 23 maio 2018.

MILWARD, Alan S. **War, economy, and society: 1939-1945**. Berkeley: University of California Press, 1979.

MONTEGRAMANO, Antony S. **Operation Overlord: an example of the command and control aspects of the operational art**. Washington: National Defense University, 1986.

MUELLER, John. The perfect enemy: assessing the Gulf War. **Security Studies**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.77-117, Sept. 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636419508429253>. Acesso em: 23 maio 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta da ONU**. [S.l.], 1945.

NEVES JÚNIOR, Edson José. **A modernização militar da Índia: as virtudes do modelo híbrido**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/143479>. Acesso em: 23 maio 2018.

O'CONNELL, Mary Ellen. Enforcing the prohibition on the use of force: the U.N.'s response to Iraq's invasion of Kuwait. **Southern Illinois University Law Journal**, Carbondale, v. 15, p. 453-486, 1991.

OUR WORLD IN DATA. **Military spending**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/military-spending>. Acesso em: 8 maio 2018.

PEROSA JUNIOR, Edson José. A política externa estadunidense no Oriente Médio e a formulação da Doutrina Carter (1977-1981). **Urutágua**, Maringá, v. 1, n. 28, p. 97-109, maio 2013.

PERRY, William J. **Report of the Secretary of Defense to the President and the Congress**. Washington: Department of Defense, 1996.

PERRY, William J. Desert storm and deterrence. **Foreign Affairs**, [s.l.], v. 70, n. 4, p.66-82, 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/20044914>. Acesso em: 8 maio 2018.

PIRNIE, Bruce R. *et al.* Land operations. In: PERRY, Walter *et al.* **Operation Iraqi Freedom: decisive war, elusive peace**. Santa Monica: Rand, 2015. p. 57-148.

POSEN, Barry R. Command of the commons: the military foundation of U.S. hegemony. **International Security**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.5-46, July 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1162/016228803322427965>. Acesso em: 8 maio 2018.

PRESS, Daryl G. Lessons from ground combat in the Gulf: the impact of training and technology. **International Security**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.137-146, Oct. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1162/isec.22.2.137>. Acesso em: 8 maio 2018.

PRESS, Daryl G. The myth of air power in the Persian Gulf War and the future of warfare. **International Security**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.5-44, Oct. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1162/016228801753191123>. Acesso em: 8 maio 2018.

ROBERTS, Adam. The 'War on terror' in historical perspective. *In*: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (ed.). **Strategic studies: a reader**. New York: Routledge, 2008. p. 398-420.

ROSEN, Stephen Peter. The impact of the office of net assessment on the American military in the matter of the revolution in military affairs. **Journal Of Strategic Studies**, [s.l.], v. 33, n. 4, p.469-482, Aug. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2010.489704>. Acesso em: 8 maio 2018.

ROTTMAN, Gordon; VOLSTAD, Ron. **Armies of the Gulf War**. London: Reed International Books, 1993.

RUMSFELD, Donald H. **Transformation planning guidance**. Washington: Department of Defense of the United States, 2003.

SALMINEM, Pertti. **The impact of arms technology on military doctrines**. Helsinki: War College, 1992.

SAUNDERS, Elizabeth N. Transformative choices: leaders and the origins of intervention strategy. **International Security**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.119-161, Oct. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1162/isec.2009.34.2.119>. Acesso em: 8 maio 2018.

SCHILLING, Voltaire. **Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

SCHMIDT, Brian C.; WILLIAMS, Michael C. The Bush doctrine and the Iraq War: neoconservatives versus realists. **Security Studies**, [s.l.], v. 17, n. 2, p.191-220, 22 May 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636410802098990>. Acesso em: 8 maio 2018.

SCHMITT, Michael N. The legality of operation Iraqi freedom under international law. **Journal of Military Ethics**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.82-104, June 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/15027570410006453>. Acesso em: 8 maio 2018.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Theresa L. **The whirlwind war: the United States Army in operations Desert Shield and Desert Storm**. Washington: Cmh Publication 70-30, 1995.

SEELEY, J. R. **The expansion on England**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

SOUNDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial: história completa**. São Paulo: Contexto, 2013.

SPRING, Baker. Operation Iraqi Freedom: military objectives met. *In*: HERITAGE FOUNDATION. **Research: reports**. [S.l.], Apr. 2003. Disponível em: <http://www.heritage.org/research/reports/2003/04/operation-iraqi-freedom-military-objectives-met>. Acesso em: 15 nov. 2016.

STARRY, Donn A. **Mounted combat in Vietnam**. Washington: Department of the Army, 1978.

STERNER, Eric R.. You say you want a revolution (in military affairs)? **Comparative Strategy**, [s.l.], v. 18, n. 4, p.297-308, Oct. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01495939908403187>. Acesso em: 15 nov. 2018.

STEWART, Richard W. **American military history (2):** the United States Army in a global era, 1917-2003. Washington: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 2005.

STEWART, Richard W. **War in the Persian Gulf:** operations Desert Shield and Desert Storm, August 1990 - March 1991. Washington: Center Of Military History, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. The anatomy of a murder: who killed America's economy?. **Critical Review**, [s.l.], v. 21, n. 2-3, p.329-339, Jan. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08913810902934133>. Acesso em: 15 nov. 2018.

TAYLOR, William J.; BLACKWELL, James. The ground war in the Gulf. **Survival: global politics and strategy**, London, v. 33, n. 3, p.230-245, May 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396339108442592>. Acesso em: 15 nov. 2018.

TELHAMI, Shibley. Between theory and fact: explaining American behavior in the Gulf War. **Security Studies**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.96-121, Sept. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636419209347501>. Acesso em: 15 nov. 2018.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. **War and anti-war:** making sense of today's global chaos. New York: Warner, 1993.

TUCKER, Spencer C. **Vietnam.** Quantic: UCL Press, 1998.

TUCKER-JONES, Anthony. **The Gulf War:** Operation Desert Storm 1990-1991. Barnsley: Pen & Sword Books, 2014.

U.S. arms production in WW2. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://ww2-weapons.com/u-s-arms-production/>. Acesso em: 8 maio. 2018.

ULLMAN, Harlan. War in Iraq. **The Rusi Journal**, [s.l.], v. 148, n. 3, p.10-14, June 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03071840308446882>. Acesso em: 8 maio. 2018.

UNITED NATIONS. **UN Security Council resolution 1566:** terrorism. [S.l.], 2004. Disponível em: <http://i.cfr.org/content/publications/attachments/SC1566.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

UNITED NATIONS. **UN Security Council resolution 678.** [S.l.], 1990. Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/575/28/IMG/NR057528.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 nov. 2016.

UNITED STATES. Congress. **Public law 102-1.** [S.l.], 1991. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-105/pdf/STATUTE-105-Pg3.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

UNITED STATES. **FM 100-5:** operations, 1976. Washington: Department of the Army, 1976.

UNITED STATES. **FM 100-5: operations**, 1982. Washington: Department of the Army, 1982.

UNITED STATES. **FM 100-5: operations**, 1993. Washington: Department of the Army, 1993.

UNITED STATES. George W. Bush (2001-2009). **President George W. Bush's Monday night televised address to the nation**. Washington, 18 Mar. 2003b. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2003/WORLD/meast/03/17/sprj.irq.bush.transcript/>. Acesso em: 11 mar. 2019.

UNITED STATES. George W. Bush (2001-2009). **Remarks by the President at U.S. Naval Academy Commencement**. Annapolis, 25 May 2001. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/05/20010525-1.html>. Acesso em: 11 mar. 2019.

UNITED STATES. **National strategy for combating terrorism**. Washington, 2003a.

UNITED STATES. Secretary of State. Robert McNamara. **Memorandum for the President by Robert McNamara, "South Vietnam"**. Washington, 16 Mar. 1964.

UNITED STATES. **Selected manpower statistics**. Washington: Department of Defense, 1997.

VISENTINI, Paulo F. **A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VISENTINI, Paulo G. F. **O grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VIZENTINI, Paulo. **Guerra do Vietname**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

VIZENTINI, Paulo. **Primeira Guerra Mundial**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VIZENTINI, Paulo. **Segunda Guerra Mundial**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

WARBRICK, Colin. The invasion of Kuwait by Iraq. **International and Comparative Law Quarterly**, Cambridge, v. 40, n. 02, p.482-492, Apr. 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/iclqaj/40.2.482>. Acesso em: 11 mar. 2019.

WEIGLEY, Russell Frank. **History of the United States Army**. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

WESTERN, Jon. The war over Iraq: selling war to the American public. **Security Studies**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.106-139, Jan. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09636410591002518>. Acesso em: 11 mar. 2019.

WOLFOWITZ, Paul. **Defense Planning Guidance FY 1994-99**. Washington: Department of Defense of the United States, 1992.

WOODWARD, David R. **The American Army and the First World War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

YOSUFI, Abdul Basir. The rise and consolidation of Islamic State: external intervention and sectarian conflict. **Connections**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 91-110, 2016.